

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 05

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2005

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Ambiente de Comunicação Social

— José Maurício de Lima da Silva

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e Serviços — CEIS)

Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e Agroindustriais — COERG)

Equipe responsável

Autores: Assuéro Ferreira, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Carlos Américo Leite Moreira, Geraldo Magela Lima Barbosa, Inez Sílvia Batista Castro, Jociany Monteiro Luz, Roberto Alves Gomes e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Ádila Maria Barbosa Pinto, Bruno Alencar Firmo Barreira, Janaína Saldanha de Carvalho, Jociany Monteiro Luz e Roberto Alves Gomes.

Editor

Jornalista Ademir Costa (Reg. 461/03/66-CE)

Revisão vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Gigliola Sena

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré, CEP 60.740-000,
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. – N. 5 (jul.-ago. 2005)- . – Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2005- .

n. il.

Bimestral.

ISSN

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (05)

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Desempenho da fruticultura no Nordeste
09	1.2 - Floricultura no Nordeste - Avaliação e Perspectivas
12	1.2.1 - Avaliação
13	1.2.2 - Perspectivas
15	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
21	2.1 - Expectativas de crescimento para a economia no Nordeste
23	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
31	4 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL
37	4.1 - Produção Industrial no Nordeste
41	5 - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
45	6 - PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA
51	7 - COMÉRCIO
55	8 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
55	8.1 - Agricultura
58	8.2 - Pecuária
60	8.3 - Agronegócio
65	9 - EMPREGO E RENDIMENTO
65	9.1 - Emprego
68	9.2 - Rendimento
71	9.3 - Considerações adicionais sobre a criação de empregos formais

75	10 - SETOR EXTERNO
75	10.1 - Balança Comercial Brasileira
76	10.1.1 - Exportações
82	10.1.2 - Importações
85	11 - BALANÇA COMERCIAL NORDESTINA
95	12 - BALANÇOS DE PAGAMENTOS
99	13 - FINANÇAS PÚBLICAS
99	13.1 - Governo Federal
101	13.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
102	13.3 - Estados e Municípios
102	13.3.1 - Arrecadação de ICMS
104	13.3.2- Transferências Voluntárias
106	13.3.3 - Transferências Constitucionais

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Desempenho da Fruticultura no Nordeste

José Ailton Nogueira dos Santos¹

Marcos Antônio dos Santos²

O Nordeste brasileiro é a única região tropical semi-árida no mundo dotada de elevadas temperaturas ao longo de todo o ano (26 a 30°C, em média) e de baixa umidade relativa do ar, resultando na menor incidência de pragas e doenças. A insolação média anual de 2.800 horas torna precoce as colheitas, além de proporcionar um maior número de safras por ano para algumas espécies frutícolas.

É considerado ainda como uma das poucas regiões do planeta com vantagens comparativas e competitivas para elevar as exportações de frutas tropicais *in natura* para a Europa, Estados Unidos e Ásia, no período de outubro a abril, meses em que a oferta dos países do Hemisfério Norte é interrompida pelo inverno.

Em 2004, o Brasil produziu 38 milhões de toneladas de frutas, mantendo-se na condição de terceiro maior produtor mundial, perdendo apenas para a China e Índia.

Atualmente, a área ocupada com fruteiras no Brasil é de 2,3 milhões de hectares, com a base agrícola produtiva gerando 5,6 milhões de em-

pregos, equivalente a 27% do total de ocupação agrícola brasileira.

O mercado mundial das frutas em 2003 situou-se em torno de 42 milhões de toneladas, sendo 90% de frutas de clima temperado e 10% de frutas tropicais. É importante acrescentar que o volume das frutas tropicais na entressafra da produção do Hemisfério Norte torna-se maior, dada a impossibilidade climática dessa parte da Terra. Atualmente, o mercado internacional das frutas frescas movimenta algo em torno de US\$ 21 bilhões no ano.

A adoção da produção integrada de frutas, focada na qualidade, sustentabilidade, avaliação da conformidade do processo produtivo e rastreabilidade, por exigência da Comunidade Européia, principal mercado das frutas brasileiras, prontamente observada pelos fruticultores brasileiros, tem contribuído para que esse cenário de crescimento de nossa pauta de exportações de frutas no mercado internacional venha a ser preservada. Por outro lado, os mercados externo e doméstico de sucos naturais apresentam, também, um cenário de crescimento no

¹ Engenheiro agrônomo, especialista em Planejamento Rural Integrado e Irrigação.

² Engenheiro agrônomo, especialista em Planejamento Rural Integrado.

consumo mundial, com ênfase nos derivados de frutas tropicais, onde os sucos cítricos brasileiros se destacam no cenário internacional.

O incremento continuado da produção de frutas brasileiras, tendo como causa principal a existência de um mercado dentro e fora do Brasil, com demanda insatisfeita para algumas frutas tropicais, resultou, simultaneamente, na redução das importações nacionais de frutas, na diversificação da fruticultura e na expansão dessa atividade agrícola para outras regiões do país, tornando-as áreas de concentração de fruteiras.

A propósito ainda dessa performance, tem-se de reconhecer que, nos últimos cinco anos, foram implantadas simultaneamente duas importantes estratégias, que resultaram na expansão das exportações brasileiras de frutas frescas: diversificação de nossa pauta de exportação e uma ampliação no número dos países importadores das frutas frescas, que no passado recente, concentrava-se nos países vizinhos, além da modesta participação americana.

O cenário mundial das frutas sugere que a fase de produzir desfocada do mercado, isto é, plantar primeiro, para vender depois, não encontra mais amparo no mercado globalizado das frutas frescas, obrigando a que o fruticultor passe a atuar em sintonia com o mercado e as reais necessidades e desejos dos consumidores, apoiando-se na vertente – vender primeiro para plantar depois.

A pesquisa Desempenho do Fruticultor da Área de Atuação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB³ desenvolvida pelo BNB-ETENE, em fase de conclusão, denominada de “revela existirem vulnerabilidades em alguns dos elos da cadeia do agronegócio das frutas, ainda pendentes de integração, cabendo destacar o desconheci-

mento do mercado pelo fruticultor nordestino, principalmente, os mini, micro e pequenos produtores não organizados e não integrados a redes de comercialização, que contribuiu para o surgimento de vários intermediários atuando de forma desvantajosa para os produtores, parte deles bem estruturados nas centrais estaduais de abastecimento e mercados do produtor.

A metodologia adotada permitiu realizar uma análise quantitativa e qualitativa dos fruticultores nordestinos, a partir do intervalo da média de aceitação dos indicadores do sucesso da atividade frutífera, resultando na caracterização de três categorias de fruticultor no Nordeste: fruticultor grupo A – fruticultor acima da média de aceitação dos indicadores do sucesso; fruticultor grupo B – fruticultor no intervalo da média de aceitação dos indicadores do sucesso; e fruticultor grupo C – fruticultor abaixo da média de aceitação dos indicadores de sucesso.

A partir do intervalo da média de aceitação dos indicadores de sucesso da atividade frutífera estabelecido na metodologia, vê-se no Gráfico 1 existirem nas áreas de concentração de frutas no Nordeste, três grupos de fruticultores.

O grupo A, com 22,5% do total de fruticultores nordestinos, compõe a categoria de fruticultores acima da média de aceitação dos indicadores de sucesso, enquanto o grupo B, com 33,5%, contém os fruticultores no intervalo da média de aceitação dos indicadores do sucesso e o grupo C, em torno de 44%, representa o grupo de fruticultores abaixo da média de aceitação dos indicadores de sucesso.

Tal performance contempla, indistintamente, a fruticultura irrigada e sequeiro, todas as categorias de produtores, faixa etária, nível de instrução e nível de adoção de tecnologias,

³ BNB. Desempenho do fruticultor da área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil: BNB. No prelo.

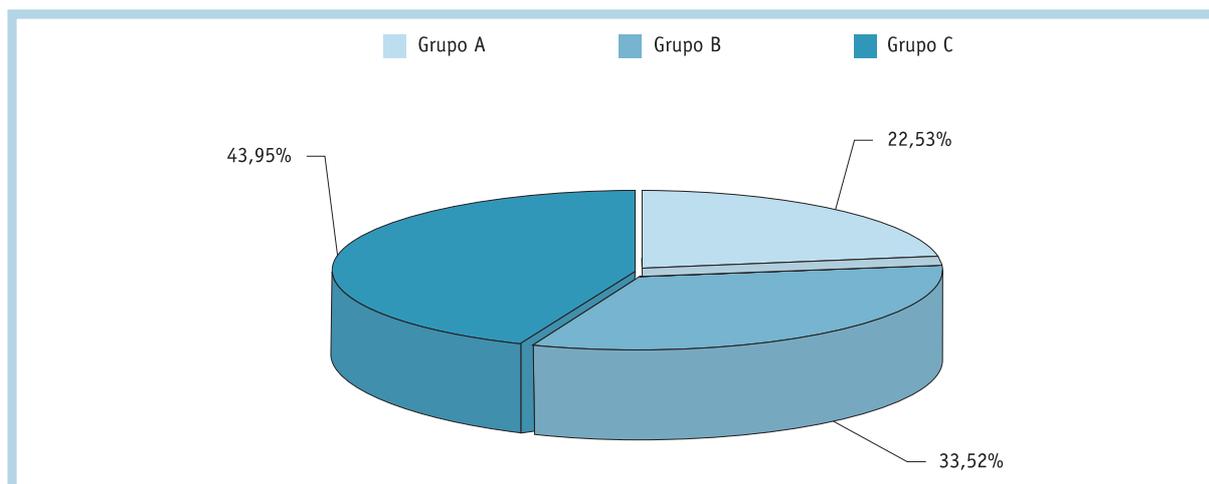


Gráfico 1 – Tipologia do fruticultor por grupo de produtor: Região Nordeste (31/12/2003)

Fonte: Pesquisa de campo ETENE. BNB. Desempenho do fruticultor da área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil: BNB. No prelo.

produtor com ou sem assistência técnica, situação do fruticultor cliente ou não do Banco do Nordeste do Brasil, dentre outras variáveis.

Focada na metodologia adotada, a Tabela 1 mostra a distribuição relativa dos fruticultores localizados nas dezesseis áreas de concentração de frutas no Nordeste, identificando e quantificando os fruticultores dos três grupos: A, B e C.

As dezesseis áreas de concentração de fruteiras no Nordeste, Petrolina-Juazeiro (PE/BA) com 21,5%, norte de Minas Gerais (MG) e sul de Sergipe (SE/BA), com 14,1% cada, Açu-Mossoró (RN) com 10,7%, Guanambi (BA) com 7,4% e Sapé (PB/PE) com 6,6 detêm as cinco primeiras colocações em termos de participação relativa no *ranking* do fruticultor do grupo A no Nordeste. Inexistem fruticultores do grupo A em Acaraú (CE) e Baixo São Francisco (AL/SE). (Tabela 1).

No grupo C, a distribuição espacial está concentrada nas áreas do norte de Minas Gerais (MG) com 21,2%, no sul de Sergipe (SE/BA) com 13,6%, Petrolina-Juazeiro (PE/BA) com 8,9%, Cruz das Almas (BA) com 7,6% e Baixo São Francisco (AL/SE) com 7,2% em relação ao total de fruticultores desse grupo.

Confrontando as participações relativas de cada área de concentração de frutas entre os fruticultores dos grupos A e C, constata-se que esse indicador de avaliação de sucesso foi favorável ao grupo A em Barreiras (BA), com 355,9%; Guanambi (BA), com 340,2%; Açu-Mossoró (RN), com 322,8%; Sapé (PB/PE), com 160%; Petrolina-Juazeiro (PE/BA), em 141,5%; São Domingos (MA), com 94,6%; e sul de Sergipe (SE/BA) com 3,6%.

Esse indicador de avaliação de sucesso do fruticultor do grupo C superou a participação relativa obtida pelo fruticultor do grupo A nas áreas de concentração de frutas de Teresina (PI), com 410,8%; Alto Piranhas (PB), com 359%; Baixo Jaguaribe (CE), com 104,8%; Cariri Cearense (CE), com 92,1%; Ibiapaba (CE), com 87,9%; Cruz das Almas (BA), com 84,7%; e norte de Minas Gerais (MG), com 50,8%.

No âmbito de cada área de concentração, observa-se que a área de Guanambi (BA) apresenta-se em melhores condições, comparativamente às demais áreas de fruteiras no Nordeste, na medida em que 40,9% do total de fruticultores isoladamente encontram-se nos grupos A e

B. Na área de São Domingos (MA), os grupos A e C participam cada um com 36,8% do total de fruticultores dessa área maranhense.

No Baixo Jaguaribe, Acaraú, Ibiapaba e Cariri Cearense, todas no Ceará, norte de Minas

Gerais (MG), Cruz das Almas (BA), Teresina (PI), Baixo São Francisco (AL/SE) e Alto Piranhas (PB), a participação relativa do fruticultor do grupo C lidera o *ranking* dos três grupos analisados (Tabela 2).

Tabela 1 – Nordeste: áreas de concentração de fruteiras, por grupo de produtor (31/12/2003)

LOCALIZAÇÃO	GRUPOS			
	A	B	C	TOTAL
Petrolina-Juazeiro (PE/BA)	21,49	16,67	8,89	14,34
Baixo Jaguaribe (CE)	2,48	5	5,08	4,47
Norte de Minas Gerais (MG)	14,05	8,33	21,19	15,27
Guanambi (BA)	7,44	5	1,69	4,1
Sapé (PB/PE)	6,61	15	2,54	7,64
Cruz das Almas (BA)	4,13	2,78	7,63	5,21
São Domingos (MA)	5,79	2,78	2,97	3,54
Teresina (PI)	0,83	2,22	4,24	2,79
Acaraú (CE)	0	4,44	6,36	4,28
Baixo São Francisco (AL/SE)	0	7,22	7,2	5,59
Açu-Mossoró (RN)	10,74	8,33	2,54	6,33
Barreiras (BA)	5,79	4,44	1,27	3,35
Sul de Sergipe (SE/BA)	14,05	8,89	13,56	12,1
Alto Piranhas (PB)	0,83	4,44	3,81	3,35
Ibiapaba (CE)	2,48	2,22	4,66	3,35
Cariri Cearense (CE)	3,31	2,22	6,36	4,28
Total	100	100	100	100

Fonte: BNB - ETENE - Pesquisa direta

Notas: fruticultor grupo A - acima da média de aceitação dos indicadores do sucesso;
fruticultor grupo B - intervalo da média de aceitação dos indicadores do sucesso;
fruticultor grupo C - abaixo da média de aceitação.

Tabela 2 – Nordeste: participação dos fruticultores por grupo de produtor, segundo as áreas de concentração da fruticultura (31/12/2003)

LOCALIZAÇÃO	GRUPOS (%)			
	A*	B*	C*	TOTAL
Petrolina-Juazeiro (PE/BA)	33,77	38,96	27,27	100
Baixo Jaguaribe (CE)	12,5	37,5	50	100
Norte de Minas Gerais (MG)	20,73	18,29	60,98	100
Guanambi (BA)	40,91	40,91	18,18	100
Sapé (PB/PE)	19,51	65,85	14,63	100
Cruz das Almas (BA)	17,86	17,86	64,29	100
São Domingos (MA)	36,84	26,32	36,84	100
Teresina (PI)	6,67	26,67	66,67	100
Acaraú (CE)	0	34,78	65,22	100
Baixo São Francisco (AL/SE)	0	43,33	56,67	100
Açu-Mossoró (RN)	38,24	44,12	17,65	100
Barreiras (BA)	38,89	44,44	16,67	100
Sul de Sergipe (SE/BA)	26,15	24,62	49,23	100
Alto Piranhas (PB)	5,58	44,44	50	100
Ibiapaba (CE)	16,67	22,22	61,11	100
Cariri Cearense (CE)	17,39	17,39	65,22	100

Fonte: BNB - ETENE - Pesquisa direta

Notas: (*) fruticultor grupo A - fruticultor acima da média de aceitação dos indicadores do sucesso;
fruticultor grupo B - fruticultor no intervalo da média de aceitação dos indicadores do sucesso;
fruticultor grupo C - fruticultor abaixo da média de aceitação.

Tais indicadores sinalizam que o sucesso econômico e social da fruticultura nordestina não está sendo obtido por todos os produtores de frutas no Nordeste, e nem dentro de uma mesma área de concentração de fruteiras. As diferenças existentes entre os fruticultores nordestinos resultam de diversas variáveis: climática, tecnológica, capacitação, gestão, organização, comercialização e mercado, dentre outras.

Ressalte-se, por outro lado, que os estudos ora apresentados em sua versão resumida, possibilitam identificar os elos da cadeia das frutas no Nordeste que apresentam vulnerabilidades, as quais resultaram na definição de políticas e estratégias de ações compartilhadas entre o poder público e a iniciativa privada.

1.2 - Floricultura no Nordeste: avaliação e perspectivas

Alfredo Augusto Porto Oliveira⁴

Maria Simone de Castro Pereira Brainer⁵

O complexo agroindustrial de flores e plantas ornamentais vem apresentando desenvolvimento acentuado no Nordeste brasileiro, a partir da última década do século XX, estimulado pelo incremento no consumo interno, pela abertura de canais de comercialização com o mercado externo, pela oferta de flores de clima tropical, pela implantação de empresas com alta tecnologia oriundas de outras regiões ou de outros países e pelo incentivo à atividade com a realização de feiras e eventos sobre o tema, possibilitando intercâmbios entre os diversos componentes do complexo agroindustrial.

A floricultura é uma atividade econômica de recente expansão e as informações tecnológicas e mercadológicas disponíveis são muito escassas. A literatura existente é, em grande parte, oriunda ou adaptada de regiões com características ambientais diferentes das encontradas no Nordeste. A grande diversidade de espécies exploradas dificulta a homogeneização das informações obtidas com relação à produção e à comercialização.

Embora esta atividade esteja presente em quase todos os países do mundo, os dados estatísticos atualizados nem sempre são disponíveis, devido aos seguintes principais motivos: em alguns países não se inclui o consumo local nas estatísticas; não existe padronização para a classificação dos produtos; não se dispõe de série estatística completa; existem incorreções nos dados devido às diferenças cambiais; utilização de valores monetários diferentes no varejo, cif, fob etc.

A atividade de floricultura passou a ter expansão também na ação financiadora e desenvolvimentista do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com vários projetos financiados aos segmentos de produção, varejo e de pesquisa tecnológica.

No Nordeste, estima-se a existência de aproximadamente 895 produtores inseridos na atividade, incluindo-se aqueles que a exploram em forma associativa (em torno de 20%), representando cerca de 700 unidades produtivas, com

⁴ Consultor, mestre em Economia Rural.

⁵ Técnica do BNB/ETENE, mestre em Economia Rural.

área cultivada de 854ha. Destacam-se nessa atividade os estados de Pernambuco com 188ha (2,23%), Alagoas com 183ha (2,17%), Ceará com 160ha (1,90%) e Bahia com 160ha (1,90%). Esses números poderão ser um pouco superiores, considerando o numeroso contingente de microprodutores que exploram pequenas áreas e participam informalmente do mercado.

No Brasil, a área cultivada está em torno de 8.423ha, existindo 4.989 produtores com expressão econômica na atividade. Essas estimativas destacam o Estado de São Paulo como a unidade da federação que apresenta a maior área cultivada com 5.181ha (61,51% da área total de flores e plantas ornamentais), seguindo-se os estados de Santa Catarina com 918ha (10,90%), Rio Grande do Sul com 460ha (5,46%) e Paraná com 200ha (2,37%).

A região Sudeste concentra 5.559ha de área cultivada (66,00%), o Sul cultiva 1.578ha (18,73%), o Nordeste tem 854ha (10,14%), o Centro-Oeste 260ha (3,09%) e o Norte 172ha (2,04%).

Dados do Ibraflor⁶ para o Brasil indicam que o setor é responsável pela existência de cerca de 50 mil empregos. Destes, 22,5 mil (45%) estão localizados na produção, 3,5 mil (7%) na distribuição, 22,5 mil (45%) no comércio e 2,0 mil (4%) no apoio.

A Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais⁷ estimou, para todo o País, que as vendas no CAF totalizaram R\$ 2,3 bilhões, em 2004, representando crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Desse modo, o consumo brasileiro anual estaria situado em torno de R\$ 13,00 *per capita* ou US\$ 4,3. Considerando que o segmento da produção representa pouco

mais de 30% do valor no varejo, calcula-se que alcance R\$ 750 milhões, em 2004.

A produção e a comercialização regionais de flores e plantas ornamentais envolvem numerosas espécies vegetais, destacando os principais grupos:

- a) flores de corte de clima temperado: rosa, crisântemo, gladiolo, solidago;
- b) flores de vaso de clima temperado: crisântemo, mini-rosa, calanchoê;
- c) flores de corte tropicais: helicônias, alpinias, antúrios, zingiber, costus, tapeinóquilo, abacaxi ornamental;
- d) folhagens tropicais: avenca, samambaia, monstera, schefflera, dracena, papiro, junco;
- e) plantas ornamentais tropicais: palmeiras, ixora, ficus;
- f) plantas de forração e gramados.

A rosa é a principal espécie explorada, em termos de valor da produção, de clima temperado, é cultivada em microclimas do Nordeste, especialmente na Chapada da Ibiapaba (CE), onde empresas especializadas produzem direcionadas ao mercado internacional.

O crisântemo é outra planta de clima temperado que tem grande participação na produção nordestina de flores e plantas ornamentais, sendo comercializado tanto como flor de corte como em vaso.

O abacaxi ornamental, da família Bromeliaceae e gênero Ananas, representa um conjunto de espécies tropicais com crescente área cultivada e a produção voltada especialmente ao mercado externo.

As helicônias, outro grupo de plantas tropicais do gênero Heliconia, apresentam expansão de área cultivada e de participação no mercado internacional de floricultura.

⁶ IBRAFLO. Disponível em: <<http://www.ibraflor.com.br/ibraflor/index>>. Acesso em: 21 jun. 2004.

⁷ BRASIL. MDIC. Apêndendo a exportar. Disponível em: <<http://www.apendendoaexportar.gov.br/flores/>>. Acesso em: 19 jul. 2005.

As palmeiras constituem um grande grupo de espécies produzidas para ornamentação de jardins, parques e alamedas, sendo comercializadas como mudas de diferentes tamanhos. Os cactos, por outro lado, representam uma alternativa produtiva para o semi-árido.

Outras espécies tropicais de crescente produção regional são: alpínias, sorvetão, tapeinóquilo, costus, bastão-do-imperador etc. Algumas espécies mais tradicionais são também importantes, a exemplo de: lírio, gladiolo, solidago, copo-de-leite, gérbera, gipsofila, áster e jasmim.

O mercado consumidor regional, antes abastecido em sua quase totalidade pela produção advinda de outras regiões, tradicionalmente produtoras de flores de clima temperado, passou a ser abastecido, em maior proporção, com a produção local, além do acréscimo de espécies de clima tropical.

Diferentemente de outros setores agrícolas destinados à alimentação humana, em que o consumo alcança todas as faixas de renda, as flores e plantas ornamentais, por serem consideradas bens supérfluos, têm seu consumo concentrado nas classes de renda mais elevadas.

O Estado de São Paulo é o principal consumidor nacional, com 32% do total, seguindo-se: Rio Grande do Sul (11,96%), Rio de Janeiro (11,77%), Minas Gerais (9,08%) e Paraná (8,0%). Em seu conjunto, a participação nordestina é calculada em 11,91%.

As aquisições no atacado de flores e plantas ornamentais realizadas no Nordeste, junto a produtores ou importadores, teria alcançado o total de R\$ 62.350 mil, em 2000. De acordo com esses dados, o consumo *per capita* se situava, então, em R\$ 3,83 ao ano.

Para 2004, estimando-se que o Nordeste mantenha a mesma proporção com relação ao consumo brasileiro (11,91%) e na ausência de levanta-

mento mais detalhado, o consumo nordestino estaria situado em torno de R\$ 273,9 milhões.

A atividade de floricultura e plantas ornamentais movimenta anualmente, em seus diversos segmentos, valores em torno de 100 bilhões de dólares, em todo o mundo. A flor cortada representa o principal produto comercializado, destacando-se rosas, cravos e crisântemos, seguindo-se as plantas de flores e folhagens em vasos.

O valor bruto da produção mundial, no atacado, é estimado em US\$ 35 bilhões para o ano 2005. Os Estados Unidos, Japão e Holanda são os que mais se destacam. Estes três países controlam aproximadamente 50% do valor da produção mundial e, aproximadamente, 20% da área de produção. A Holanda, além de ser um dos três maiores produtores, com aproximadamente US\$ 4 bilhões em valor de produção, constitui-se no principal exportador de flores de corte e funciona como entreposto no processo de comercialização.

O comércio exterior vem apresentando constante crescimento nos últimos 3 anos e se firmando em alguns dos principais mercados consumidores mundiais. Em 2004, as exportações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 23,5 milhões constituídas, principalmente, por mudas de plantas ornamentais (48,5%), bulbos, tubérculos e rizomas (23,1%), flores frescas cortadas (20,8%) e folhagens secas (6,4%). O crescimento das exportações totais, no período 2003/2004, foi de 21,0%, com o aumento das vendas de 46,6% das flores frescas, 35,7% de mudas de orquídeas, 15,3% de mudas de outras plantas ornamentais e 14,4% de bulbos, tubérculos e rizomas. Foram observadas reduções acentuadas nas exportações de folhagens frescas (-244,2%) e em pequena proporção nas folhagens secas (-5,4%).

As importações totalizaram US\$ 5,9 milhões, significando um valor líquido de US\$ 17,6 mi-

lhões no comércio internacional do setor. Conforme informações do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC),⁸ em 2004, os produtos mais adquiridos foram: bulbos, tubérculos e rizomas (46,2%); mudas de plantas (36,3%) e flores frescas cortadas (13,4%).

Os principais mercados de destino das exportações brasileiras, em 2004, foram os seguintes: Holanda, com 49,7% (US\$ 11,684 milhões) do valor total; Estados Unidos, com 21,9% (US\$ 5,137 milhões); Itália com 9,3% (US\$ 2,194 milhões); Japão com 5,0% (US\$ 1,180 mil); Reino Unido com 2,2% (US\$ 525 mil) e Alemanha com 2,1% (US\$ 485 mil). O crescimento das exportações totais do setor, no período 2004/2003, foi de 57,5%. É importante ressaltar o crescimento das exportações para os Estados Unidos que apresentaram incremento de 226,9%, no período 2004/2002, firman-

do-se como segundo maior mercado da produção brasileira.

O Estado de São Paulo, principal produtor nacional, é também o maior exportador. Em 2004, as exportações do Estado representaram 77,4% do total, alcançando US\$ 18,183 milhões, seguido por Rio Grande do Sul com 7,4% (US\$ 1,739 milhão), Minas Gerais com 6,1% (1,435 milhão), Ceará com 5,7% (US\$ 1,329 milhão), Santa Catarina com 1,3% (US\$ 302 mil) e Pará com 1,0% (US\$ 240 mil). Os estados nordestinos totalizaram, no mesmo ano, US\$ 1,459 milhão ou 6,2% do total, com destaque para os embarques realizados pelo Estado do Ceará, que cresceram em 2.323,7%, no período 2004/2002. Do mesmo modo, Pernambuco, com 540,4% e Alagoas, com 163,8%, vêm registrando acentuados incrementos nas exportações, notadamente com flores e folhagens tropicais.

1.2.1 - Avaliação

A floricultura nordestina vem-se constituindo como uma alternativa econômica para parcela dos produtores que dispõem de recursos hídricos, energia elétrica e que desejam explorar áreas relativamente pequenas, comparadas a outras atividades agrícolas. Nada obstante, alguns aspectos desfavoráveis ao desenvolvimento da atividade foram observados:

- deficiência técnica e gerencial de produtores e varejistas;
- baixo controle de receitas e custos dos produtos por parte dos produtores e varejistas;
- raras tecnologias apropriadas às condições regionais;

- pouca mão-de-obra capacitada;
- falta de planejamento estratégico na produção;
- poucas informações de mercado com vistas à orientação da produção;
- baixo nível organizacional e associativo do produtor;
- promoções deficientes dos produtos para os consumidores;
- ausência de padrões de embalagens;
- deficiência no transporte dos produtos com a utilização de veículos improvisados;
- perdas elevadas pelo caráter perecível dos produtos;

⁸ SILVA, C. Supermercados já respondem por 23% das vendas. Disponível em: <http://www.acso.com.br/homet2.asp?str_ID=624>. Acesso em: 23 jun. 2004.

- aumento da concorrência interna com a entrada de empresas especializadas de outras regiões.
- Recomendação de ações para o desenvolvimento da atividade:
 - realização de estudos mais aprofundados sobre o agronegócio das flores na região Nordeste;
 - realização de pesquisas tecnológicas nas áreas de reprodução, sistemas de produção, fitossanidade e pós-colheita;
 - estabelecimento de normas de padronização;
 - divulgação e aplicação de novas tecnologias;
 - identificação de espécies nativas com potencial ornamental;
 - instalação de sistema de informação regional de mercado;
 - incentivo à organização dos produtores;
 - estímulo ao aumento do consumo local através de propagandas;
 - maior acesso ao mercado internacional;
- organização da logística de distribuição;
- capacitação gerencial e tecnológica dos produtores;
- treinamento da mão-de-obra;
- melhoramento da estrutura administrativa e financeira das empresas;
- realização de planejamento estratégico de produção;
- maior presença da extensão rural no setor;
- aumento da acessibilidade dos produtores e varejistas ao crédito;
- intercâmbio das experiências de empresas instaladas na região com incentivos do governo;
- planejamento a ser feito de acordo com a sazonalidade da demanda;
- ofertas de cursos de arte floral;
- união entre os estados da região Nordeste visando ao rateio das despesas de contratação de consultores internacionais para capacitação tecnológica dos produtores.

1.2.2 - Perspectivas

As perspectivas da atividade para a região Nordeste são de tendência crescente considerando os seguintes aspectos:

- localização geográfica que favorece o acesso aos mercados da Europa e América do Norte, principais importadores;
- clima quente, com pequena variação no decorrer do ano e forte luminosidade, apresentando temperaturas amenas em algumas áreas de altitudes elevadas;
- terra a preços relativamente baixos;
- mão-de-obra abundante;
- constitui-se em uma atividade que utiliza intensamente os fatores de produção terra e trabalho (capaz de gerar rendimentos em pequenas áreas e utilizar grande mão-de-obra por área cultivada);
- disponibilidade de infra-estrutura básica de apoio à atividade (energia elétrica, estradas, comunicações etc);
- instituições de apoio tecnológico (universidades, Embrapa, secretarias de agricultura, Sebrae);
- investimento inicial relativamente baixo, sobretudo para o cultivo de espécies de climas tropicais;
- recursos creditícios disponíveis para financiamento à atividade (BNB e BNDES);
- incentivos governamentais federais, regionais, estaduais e municipais;

- estabilidade política e econômica, em relação a outras áreas atrativas ao capital externo;
- aumento do mercado com a ampliação da comunidade econômica européia de 15 para 25 países-membros;
- crescente participação no mercado norte-americano;
- disponibilidade de áreas para a expansão da atividade;
- expansão do consumo interno com o crescimento da renda, da urbanização e maior divulgação dos produtos por eventos e instituições de apoio à atividade. ●

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Apesar da intensificação da pressão política no âmbito do próprio governo, sinalizando alterações no encaminhamento da atual política econômica, as expectativas do mercado relacionadas à evolução dos principais indicadores financeiros, como risco-Brasil, risco dos emergentes, taxa de câmbio nominal, taxa de juros real e preço do petróleo continuam se apresentando bastante favoráveis. Isso significa o reconhecimento, pelo mercado, da manutenção do compromisso do governo com a redução da relação dívida pública/PIB, que hoje está em torno de 52,0%, e com o controle da inflação.

O mecanismo utilizado pela política monetária para combater a inflação foi o controle da de-

manda agregada. Ao compatibilizar a expansão da demanda agregada com o crescimento da oferta de bens e serviços, a política monetária garantiu o controle da inflação. A expectativa de mercado é de que a inflação medida pelo IPCA⁹, em 2005, atinja 5,63%, ligeiramente superior ao objetivo definido pelo governo de 5,10%. Para os próximos doze meses, as expectativas de inflação convergem para a meta de 4,5% definida pelo Conselho Monetário Nacional.¹⁰

O IGP-M deve alcançar em 2005 a taxa mais baixa desde sua criação. A queda do IGP-M é particularmente importante pelo fato de ser um indexador utilizado nos contratos que regem os preços administrados. As estimativas para 2006

Tabela 3 – Indicadores de confiança

	Indicadores de confiança						Indicadores de Cenário Externo	
	Risco Brasil (a) ⁽¹⁾	Risco dos Emergentes (b) ⁽¹⁾	(A)/(b) (%)	Taxa de Câmbio Nominal	Swap de 1 ano PréxDI	Taxa de Juros Real Ex-Ante ⁽³⁾	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$
14/jun/2005 ⁽²⁾	417	316	31,96	2,44	18,24	12,49	4,11	53,73
19/jul/2005 ⁽²⁾	407	293	38,91	2,34	18,06	11,73	4,18	57,36
16/ago/2005 ⁽²⁾	402	287	39,72	2,34	18,00	11,95	4,21	65,41
13/set/2005 ⁽²⁾	391	272	43,75	2,33	17,85	12,48	4,13	61,61
18/out/2005 ⁽²⁾	379	268	41,42	2,24	17,89	12,59	4,47	59,28
21/nov/2005	345	244	41,39	2,22	17,05	11,85	4,46	55,34

Fonte: Banco Central, Valor Econômico e Gazeta Mercantil

Notas: (1) EMBI + do J.P. Morgan; (2) Véspera de reunião do COPOM; (3) Swap de 1 ano préxDI deflacionado pela inflação esperada para os próximos 12 meses.

⁹ IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo): é o índice oficial do Governo Federal, é o termômetro para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99.

¹⁰ BACEN. Relatório de mercado. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSMERC>>. Acesso em: 13 dez. 2005.

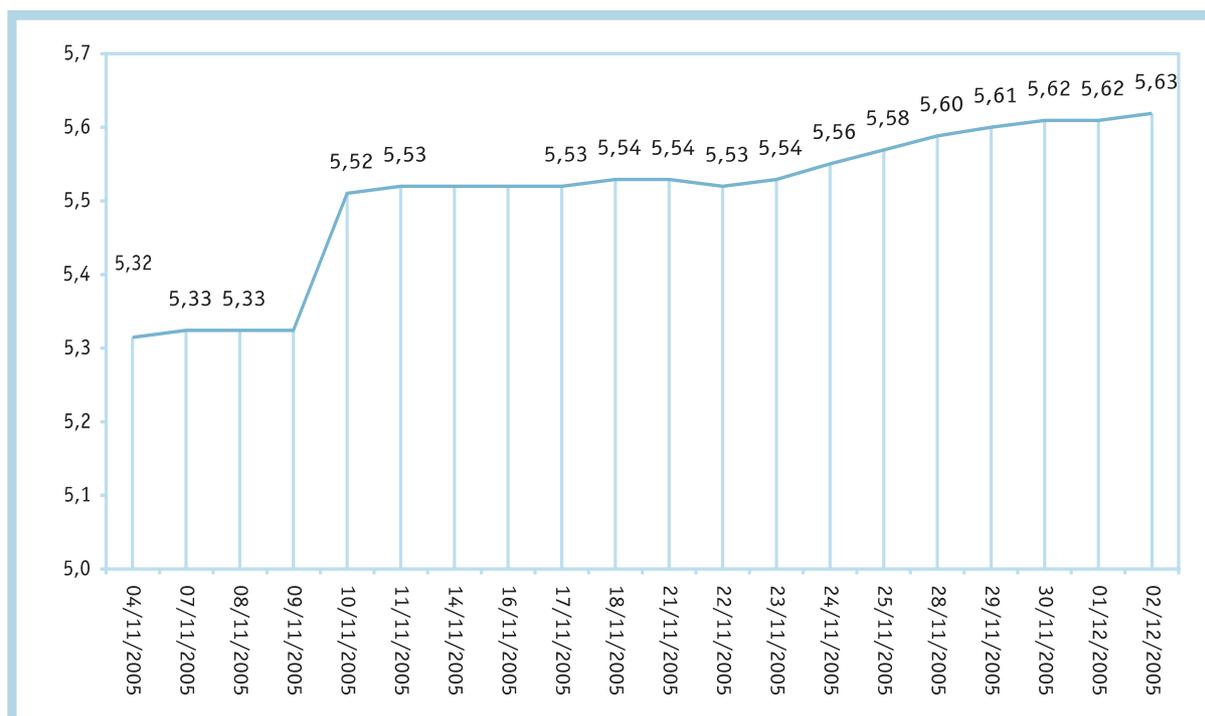


Gráfico 2 – Brasil: mudanças de expectativas de mercado, para 2005, de variações acumuladas do IPCA. Média do agregado. Porcentagem.

Fonte: Dados originais. BACEN. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSERIES>>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração da Equipe de Conjuntura Econômica.

são de forte declínio desses preços (4,50%), intensificando a trajetória decrescente iniciada em abril de 2005.

Entretanto, as expectativas para o crescimento do PIB se reduziram no último mês, principalmente, devido ao resultado negativo de 1,2% no terceiro trimestre do ano em relação ao trimestre anterior. Diante disso, o mercado tem reavaliado suas expectativas sobre a evolução da economia em 2005, estimando um crescimento de, aproximadamente, 2,7%, inferior ao que havia sido projetado anteriormente (3,3%). A indústria deverá ter um crescimento ligeiramente abaixo das expectativas, mas isso pode ser revertido, tendo em vista que a evolução de variáveis importantes que influenciam o comportamento da demanda por produtos de importantes segmentos industriais, especialmente bens de consumo, como o crescimento da massa salarial, o crédito para

peças físicas e a tendência de redução da taxa básica de juros, deverá ter efeitos benéficos sobre o setor, impulsionando, simultaneamente, o ritmo da atividade econômica.

A queda de 1,2% do PIB no terceiro trimestre de 2005, relativamente ao trimestre anterior, superou as expectativas de mercado, que esperava queda de no máximo 0,5%. Esse comportamento foi bastante influenciado pela redução na agropecuária (3,4%) e na indústria (1,2%).

Conforme cálculos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz” (ESALQ), incorporando informações até o mês de setembro/2005, espera-se uma queda no PIB da agropecuária (anualizado) da ordem de R\$ 16,8 bilhões, ou seja, uma redução percentual de 10,5% em relação a 2004.¹¹ Tal

¹¹ INDICADORES RURAIS. São Paulo, ano IX, n. 63, set. 2005.

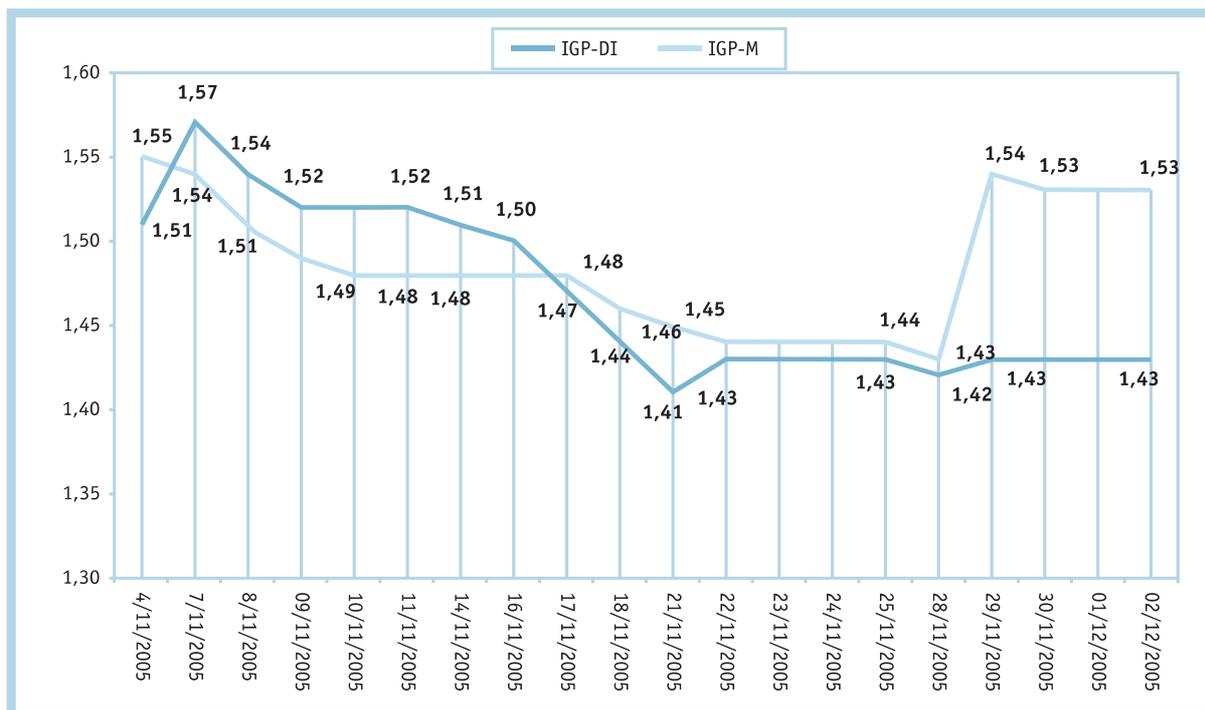


Gráfico 3 – Brasil: mudanças de expectativas de mercado, para 2005, de variações acumuladas do IGP-DI e IGP-M. média do agregado. Percentagem.

Fonte: Dados originais. BACEN. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSERIES>>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

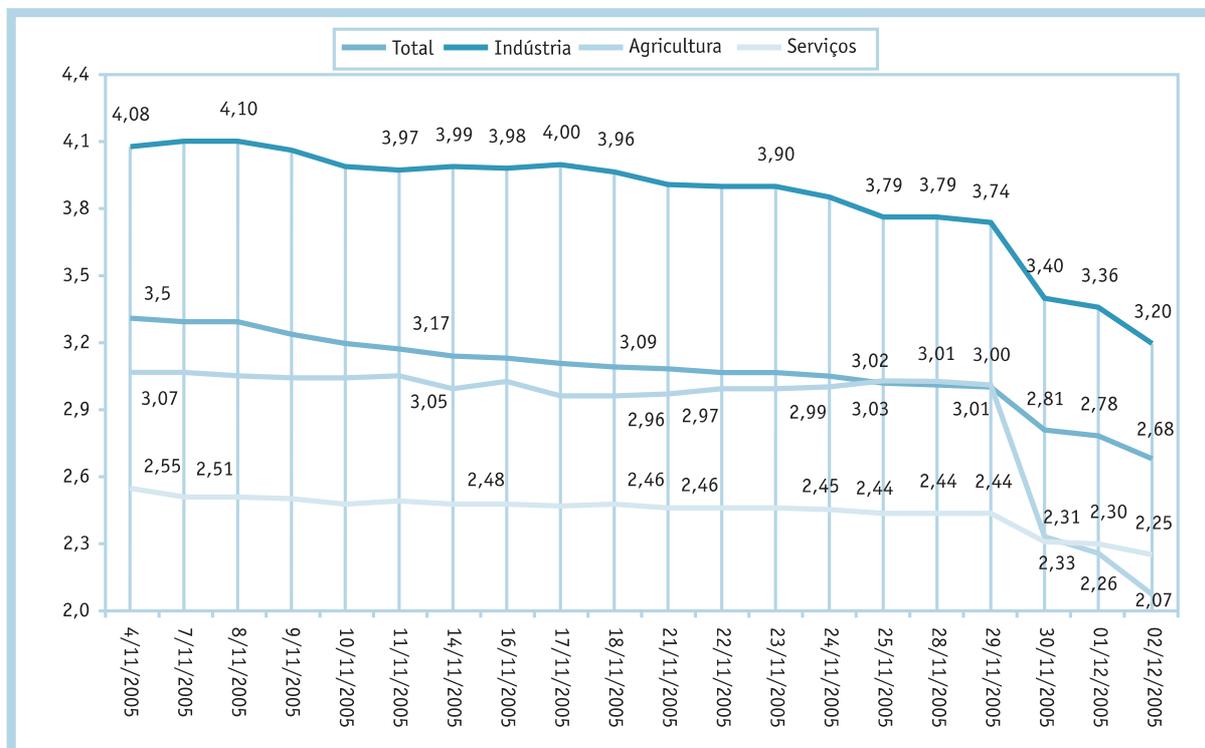


Gráfico 4 – Brasil: mudanças de expectativas de mercado, para 2005, para o crescimento do PIB segundo o setor econômico. Média do agregado. Percentagem.

Fonte: Dados originais. BACEN. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSERIES>>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração da Equipe de Conjuntura Econômica.

comportamento deve-se tanto a uma produção menor quanto a preços menores, no mercado interno, especialmente dos produtos de origem vegetal. Ressalte-se que esses números ainda não incorporam os reflexos sobre a pecuária bovina com a descoberta de focos de febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul, em outubro deste ano.

Para o ano-safra de 2005/2006, as expectativas da Conab¹² são de uma safra de grãos 9,1% maior que a de 2004/2005, o que representará um acréscimo de 10,3 milhões de toneladas. Nove dos quatorze tipos de grãos acompanhados por aquela autarquia deverão apresentar aumento de produção, com destaque para o milho (+18,3%) e a soja (+13,4%), mercê da representatividade na safra de grãos. No rol dos cereais cuja produção esperada é menor que na safra anterior, destacam-se o arroz (-12,4%) e o trigo (-19,2%).

O fraco desempenho da indústria no terceiro trimestre – queda de 1,2% em relação ao trimestre anterior – engendrou uma retração da taxa de crescimento no acumulado dos quatro trimestres, de 5,4% para 3,7%. Esse resultado reflete, sobretudo, o desempenho insatisfatório do segmento de bens de consumo duráveis.

O comportamento desse setor está associado à progressão do volume de vendas. Porém, no segundo e terceiro trimestres, constata-se um crescimento das vendas do comércio, enquanto a produção de bens de consumo praticamente não se expandiu nesse período. Por outro lado, nos dois trimestres anteriores, a produção de bens de consumo foi superior às vendas do comércio. Tudo indica que o desenho do terceiro trimestre é de ajuste de estoques, refletindo uma acomodação da produção de bens de consumo após forte expansão no final de 2004 e início de 2005.

Além do descompasso entre produção e consumo, a expansão em um ritmo mais lento do crédito para pessoas físicas e a manutenção da taxa de juros elevada afetaram, principalmente, a produção de bens de consumo duráveis. As expectativas para a produção industrial em 2005 são de desaceleração (expansão de 3,55% contra 4,12% há quatro semanas). Contudo, para 2006, projeta-se um crescimento de 4,5% da produção industrial.

Esse comportamento do PIB e da produção industrial vem aumentando as pressões em relação à queda da taxa de juros. As perspectivas para a inflação de 2006 garantem uma boa margem para a redução da taxa Selic e das taxas de juros de longo prazo (TJLP). O Relatório de Mercado do Bacen¹³ indica uma taxa de juros, em fim de período, de 18,0% em 2005 e de 15,5% em 2006.

Quanto à taxa de câmbio, já existem algumas evidências quanto aos impactos negativos da forte apreciação cambial que vem ocorrendo desde o ano passado, fato que, certamente, deve atuar em sentido contrário aos efeitos expansionistas da queda da taxa de juros sobre a atividade econômica. Mas o certo é que há o risco de a atual valorização do real provocar deslocamento da produção doméstica por bens importados, bem como afetar negativamente as exportações. De qualquer forma, as expectativas de mercado para a taxa cambial são de R\$ 2,21/US\$, significando uma leve valorização frente às previsões formuladas há um mês (R\$ 2,28/US\$).

Para 2006, a queda dos juros sem prejuízo do controle inflacionário associada à realização de investimentos governamentais será decisiva para incrementar a relação FBCF/PIB.¹⁴ Além da redução da taxa de juros, torna-se crucial evitar uma valorização acentuada da moeda nacional no próximo ano, para que não haja uma redução

¹² CONAB. Disponível em: <www.conab.gov.br/safras>. Acesso em: 15 dez. 2005.

¹³ BACEN. Relatório de mercado. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSMERC>>. Acesso em: 13 dez. 2005.

¹⁴ Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao Produto Interno Bruto.

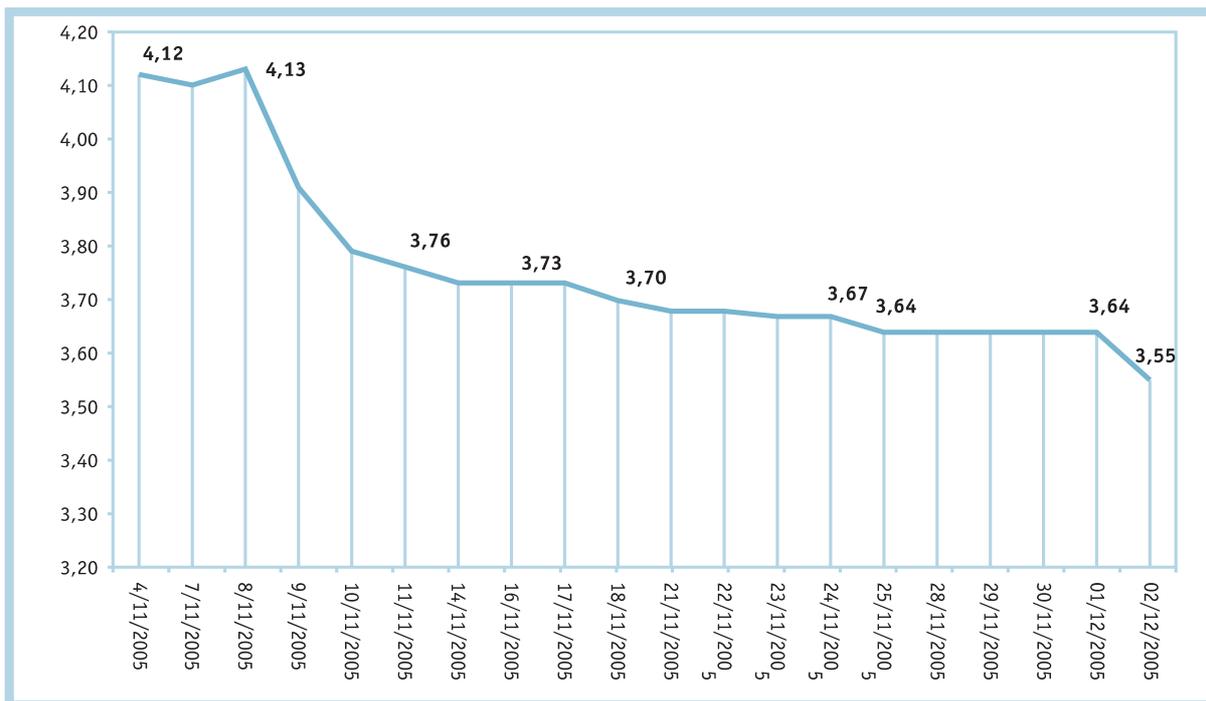


Gráfico 5 – Brasil: mudanças de expectativas de mercado, para 2005, para o crescimento da produção industrial. Média do agregado. Percentagem.

Fonte: Dados originais. BACEN. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSERIES>>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração da Equipe de Conjuntura Econômica.

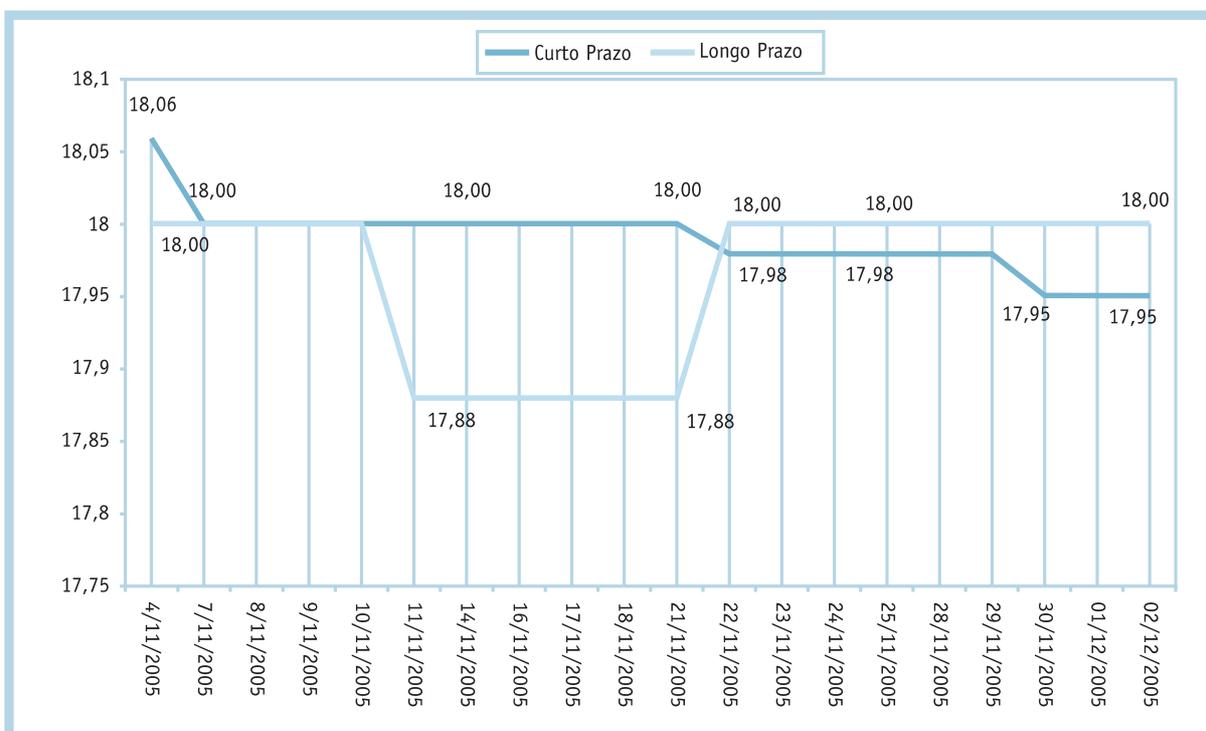


Gráfico 6 – Brasil: expectativas de mercado, de curto e longo prazos, para a meta da taxa Selic, fim de período. 2005. Média Top5. Percentagem ao ano.

Fonte: Dados originais. BACEN. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSERIES>>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração da equipe de Conjuntura Econômica.

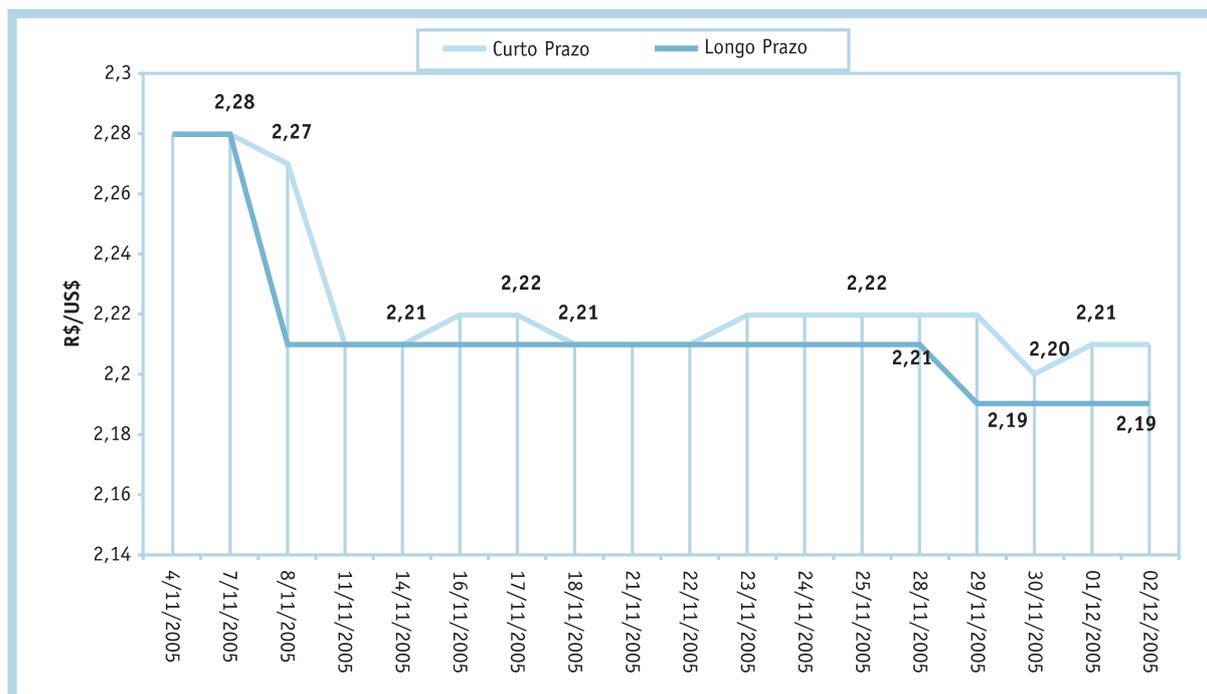


Gráfico 7 – Brasil: evolução das expectativas taxa de câmbio. 2005 – fim de período – Média Top5 – Curto e longo prazo. R\$/US\$

Fonte: Dados originais. BACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?FOCUSERIES>>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração da Equipe de Conjuntura Econômica.

dos saldos da balança comercial e da conta corrente. Em 2005, observou-se um processo de desaceleração da taxa de crescimento das exportações. Porém, a diminuição do ritmo de importações foi ainda maior. Este fato permitiu que o saldo da balança comercial no acumulado em 12 meses permanecesse crescendo substancialmente. Para 2005, a projeção é de um superávit de R\$ 43,0 bilhões na conta comercial e de R\$ 14,0 bilhões em conta corrente. Já em 2006, esses valores seriam de, respectivamente, R\$ 35,6 bilhões e R\$ 6,5 bilhões.

Uma provável deterioração das contas externas poderia levar a uma desvalorização acentuada da moeda nacional. Esta, pelo seu impacto inflacionário, poderia produzir queda dos salários reais e forçar o Banco Central a interromper o ciclo de queda da Selic. Neste caso, a expansão das

exportações estaria prejudicando o desempenho da demanda doméstica.

Com isso, o aumento real da massa salarial que, em 2005, foi favorecido pela combinação de queda da inflação com reajustes salariais acima da inflação para importantes categorias de trabalhadores, seria interrompido.

A combinação de queda da taxa de juros, desvalorização cambial moderada e ampliação do investimento público será decisiva para que a economia volte a crescer com vigor em 2006.

Na Tabela 4, seguem os resultados da pesquisa mensal da Febraban – Federação Brasileira de Bancos,¹⁵ sobre indicadores financeiros. Dentre os resultados, para o ano de 2006, é esperado que as operações de crédito da carteira total (carteira livre, carteira direcionada, *leasing* e se-

¹⁵ FEBRABAN. Projeções econômicas: cenários para 2006: pesquisa Febraban de projeções econômicas. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/show.asp?id_destaque=377>. Acesso em: 15 dez. 2005.

tor público) cresçam 17,3%. Considerando apenas as operações de carteiras livres (pessoas físicas e jurídicas) e direcionadas (habitação, rural, BNDES e outros), a expectativa de crescimento é

de 20,1 e 12,1%, respectivamente. Foi estimado que as operações de crédito com pessoas físicas (25%) devem crescer mais do que as operações com pessoas jurídicas (15,2%).

Tabela 4 – Resultados consolidados de indicadores financeiros (2005). Projeções.

Variável	Febraban Média (i)		CV(ii)		Projeções BNB/ETENE
	Nov	Dez	Nov	Dez	Dez
Investimento Direto (US\$ bilhões) em 2006	15,23	14,9	0,14	0,17	15,95
Resultado Primário (%PIB) em 2006	4,38	4,37	0,08	0,05	4,25
Operações de Crédito da Carteira Total (var. anual) 2006	17,23	17,31	0,16	0,13	20,00
Operações de Crédito da Carteira Livre (var. anual) 2006	20,61	20,12	0,12	0,11	22,00
Operações de Crédito da Carteira Direcionada (var. anual) 2006	11,88	12,13	0,34	0,13	12,00
Operações de Crédito para Pessoas Físicas (var. anual) 2006	26,34	25,08	0,20	0,10	25,00
Operações de Crédito para Pessoas Jurídicas em R\$ (var. anual) 2006	15,31	15,26	0,26	0,12	17,00
Depósitos de Poupança (var. anual dez/2006/dez 2005 %)	9,62	10,14	0,35	0,29	16,00
Depósitos a Prazo (var. anual dez 2006/dez 2005 %)	19,94	19,48	0,19	0,16	20,00
M4 (var. Anual dez 2006/dez 2005 %)	15,45	15,23	0,08	0,08	16,00
Indústria de Fundos (var. anual dez 2006//dez 2005 %)	18,79	18,80	0,07	0,13	19,00
Risco Brasil (Valor em dez 2006)	339,88	321,03	0,08	0,07	340,00
Risco Brasil (Valor em dez 2007)	-	299,33	-	0,12	330,00

Fonte: Febraban¹⁶ com projeções dos bancos ABC Brasil; ABN Amro; Alfa; Arbi; Bancoob; BankBoston; Banrisul; Bansicredi; Barclays; BB; BBM; BES Investimento; BicBanco; BMG; BNB; Bradesco; Brascan; BRB; BSMB; BTM; Cacique; Caixa; Citibank; Daycoval; Dresdner; Emblema; Fator; Fibra; Gerdau; HSBC; Indusval; ING; Intercap; Itaú; Itaú BBA; Itaú Corretora; J. Safra; Luso Brasileiro; Máxima; Nossa Caixa; Opportunity; Pactual; Paulista; Pine; Rabobank; Rendimento; Rural; Safra; Santander; Schahin; Société Générale; Sofisa; UAM; Unibanco; Votorantim e WestLB.

Notas: (i) Na média da Febraban, está inclusa a projeção do BNB. (ii) Coeficiente de variação

2.1 – Expectativas de Crescimento para a Economia do Nordeste

Uma estimativa preliminar para o crescimento do PIB da economia do Nordeste, em 2005, deve levar em conta a desaceleração de crescimento da economia brasileira neste ano. Entretanto, alguns indicadores importantes da atividade econômica vêm-se apresentando mais favoráveis para a Região quando comparados ao contexto econômico nacional no seu todo.

Desse modo, em primeiro lugar, tem-se que, no acumulado do ano, até outubro:

- o índice do volume de vendas do comércio varejista na média da região Nordeste incrementou-se em proporção muito superior ao da economia brasileira, 19,48% contra 4,82% respectivamente;
- o índice de volume de vendas veículos, motos, partes e peças para a média do Nordeste incrementou-se em 13,7% e para o Brasil em 1,49%.

Em segundo, a produção física da indústria de transformação na média do Nordeste incre-

¹⁶ Id.

mentou-se, no mesmo período referido, em 4,73%, enquanto a economia brasileira, no agregado, incrementou-se em 4,11%¹⁷.

Quanto ao comércio externo, o valor das exportações do Nordeste, em outubro deste ano, incrementou-se em 27,1% com relação ao

mesmo mês do ano passado, enquanto para o Brasil como todo, esta expansão foi de 12%.¹⁸

Deste modo, a expectativa mais provável é que a economia regional expresse uma taxa de crescimento do PIB, em 2005, superior ao da economia brasileira no seu todo, cerca de 4,0% contra 3,1%. ●

¹⁷ Todas informações acima citadas foram extraídas das respectivas pesquisas conjunturais do IBGE.

¹⁸ Cf. ALICEWEB. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso: 13 dez. 2005. Elaboração da Equipe de Conjuntura Econômica.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

Segundo as contas nacionais do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado totalizou, no segundo trimestre de 2005, R\$ 480,40 bilhões, superior ao valor observado no primeiro trimestre (R\$ 438,22 bilhões) e no segundo trimestre de 2004 (R\$ 435,55 bilhões).

O PIB acumulado na primeira metade do ano foi de R\$ 918,62 bilhões, enquanto no primeiro semestre de 2004 totalizou R\$ 831,23 bilhões, ou seja, incremento nominal de 10,5%. Em termos setoriais, a agropecuária alcançou R\$ 78,10 bilhões, a indústria R\$ 321,59 bilhões e os serviços somaram 465,45 bilhões (Tabela 5).

O PIB apresentou expansão de 1,4% no segundo trimestre do ano com relação ao trimestre anterior. Comparando o segundo trimestre de 2005 com o mesmo período do ano passado, o crescimento chega a 3,9%. Esse desempenho mostra uma recuperação do ritmo de crescimento da economia brasileira que vinha apresentando uma aceleração nas taxas de crescimento nos últimos trimestres imediatamente anteriores.

O período janeiro-junho também consolida, em relação a igual período do ano anterior, um incremento real importante de 3,4% do PIB, porém inferior ao resultado de 2004 quando a expansão foi de 4,6% (Tabela 6).

De uma perspectiva setorial, no primeiro semestre de 2005, o crescimento do PIB está relacionado, principalmente, com o bom desempenho da indústria, cujo incremento superou consideravelmente a agropecuária e o setor de serviços. Em relação ao primeiro semestre de 2004, a indústria apresentou elevação positiva de 4,4%; a agropecuária de 2,9% e os serviços de 2,4%.

No segundo trimestre de 2005, o crescimento da indústria foi de 5,5% em relação a período similar do ano passado. Destaque para o desempenho da indústria extrativa que cresceu 17,5% – a taxa mais elevada desde o quarto trimestre de 2000, quando obteve um crescimento de 20,4% (Tabela 7).

Contribuiu para esse resultado da indústria extrativa a retomada dos níveis de produção de

Tabela 5 – Brasil: produto interno bruto a valores correntes (R\$ milhões)

Discriminação	2004 ⁽¹⁾					2005 ⁽¹⁾	
	I	II	III	IV	Ano	I	II
Agropecuária	42,237	48,913	36,017	32,476	159,643	35,643	42,452
Indústria	130,700	146,693	168,262	170,087	615,743	151,514	170,076
Serviços	197,119	212,959	225,086	244,230	879,393	223,465	238,988
Subtotal	370,056	408,565	429,365	446,793	1.654,779	410,622	451,516
SIFIM	-17,832	-17,806	-19,913	-17,727	-73,278	-22,323	-22,367
Valor Adicionado a Preços Básicos	352,224	390,759	409,453	429,066	1.581,501	388,299	429,149
Imposto sobre Produtos	43,458	44,789	47,597	49,275	185,120	49,924	51,248
PIB a Preços de Mercado	395,682	435,547	457,050	478,341	1.766,621	438,222	480,397

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume (abr.-jun./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Notas: (1) Resultado calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 6 – Brasil: variações trimestrais do PIB a preços de mercado (%)

Tipo de variação	2004-II	2004-III	2004-IV	2005-I	2005-II
Acumulação ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	4,6	5,0	4,9	2,8	3,4
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	5,1	5,9	4,7	2,8	3,9
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	0,8	1,2	0,7	0,4	1,4

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume (abr.-jun./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 13 dez. 2005.

Tabela 7 – Brasil: Variação do PIB em volume, por setores econômicos. Variação trimestral (%)

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2004-II	2004-III	2004-IV	2005-I	2005-II
Agropecuária	6,0	5,9	3,0	2,6	3,2
Indústria	6,3	7,0	5,9	3,1	5,5
Extrativa Mineral	2,0	2,0	-8,0	3,7	17,5
Transformação	6,8	6,6	8,3	3,6	4,1
Construção Civil	6,9	11,6	5,2	0,6	3,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5,9	5,2	5,8	3,3	4,6
Serviços	3,2	4,1	3,6	2,2	2,5
Comércio	8,9	10,5	7,3	4,2	3,8
Transporte	5,9	0,4	3,6	3,9	4,0
Comunicações	-2,7	-1,4	0,1	-2,8	-1,7
Instituições Financeiras	4,6	5,2	5,0	2,8	3,4
Outros Serviços	7,1	7,1	6,2	2,2	0,7
Aluguel de Imóveis	1,5	2,2	2,1	3,7	2,8
Administração Pública	-0,7	1,3	0,9	0,6	3,4

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume (abr.-jun.05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

petróleo e gás natural no primeiro semestre do ano, após o baixo desempenho verificado no ano passado. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, a produção de petróleo e gás natural aumentou 9,5% e 22,5%, respectivamente, no período janeiro/julho de 2005 (Tabela 8).

A indústria de transformação registrou aumento de 4,1% no segundo trimestre de 2005, dando continuidade à trajetória positiva de crescimento observada desde o terceiro trimestre de 2003.

Os serviços industriais de utilidade pública e a construção civil também se destacaram no segundo trimestre do ano, com incrementos de 4,6% e 3,7%, respectivamente. O bom desempenho da construção civil possibilitou uma expansão de 4,9% da população ocupada no setor nesse período, segundo dados da PME-IBGE.¹⁹

A performance da construção civil ocorre no momento em que os grandes bancos privados estão voltando a fornecer crédito imobiliário. Le-

¹⁹ IBGE. PME. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2005.

Tabela 8 – Produção nacional de petróleo e líquido gás natural (LGN) - (jan.-jul/05)

	LGN ^(m³)			Petróleo ^(m³)		
	2004	2005	Varição do Acumulado no ano (%)	2004	2005	Varição do Acumulado no ano (%)
Janeiro	292,248	341,633	16,9	7.182,535	7.382,254	2,8
Fevereiro	283,004	324,637	15,8	6.694,564	6.644,407	1,1
Março	303,661	359,797	16,7	7.294,742	7.581,902	2,1
Abril	290,524	300,848	13,5	6.911,528	7.995,070	5,4
Mai	330,121	346,255	13,9	7.001,749	8.324,684	8,1
Junho	297,232	394,340	17,0	7.006,628	8.100,731	9,2
Julho	272,941	430,707	22,5	7.458,958	8.282,310	9,5
Agosto	265,912			7.430,277		
Setembro	302,739			7.264,852		
Outubro	319,979			7.396,430		
Novembro	299,779			6.927,263		
Dezembro	342,279			7.364,453		
Total do Ano	3.570,419	2.498,217		85.986,980	54.311,357	

Fonte: Agência Nacional de Petróleo - ANP. Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005

Notas: Inclui o LGN que será separado nas UPNS (Unidades de Processamento de Gás Natural) e dutos. Petróleo: óleo e condensado.

vantamento feito pelo Jornal Valor Econômico²⁰ revela que grandes bancos públicos e privados estão baixando os juros e desenvolvendo estratégias para atrair novos clientes. O Itaú, por exemplo, baixou os juros de 12% ao ano mais TR – custo tabelado para esse tipo de crédito no sistema financeiro de habitação – para 8%, válido para o sistema somente para os primeiros 36 meses de financiamento. Já o banco Real e a Nossa Caixa reduziram os juros de 12% para 9%.

Contribuiu para o retorno dos bancos ao crédito imobiliário a Lei 10.931, de outubro de 2004, que criou o patrimônio de afetação, figura jurídica que não permite a utilização do imóvel como garantia de outros empreendimentos e a MP do bem, do início deste ano, que reduziu o imposto de renda sobre o ganho de capital na venda de imóveis.

De acordo com a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

(ABECIP),²¹ as operações de crédito imobiliário no primeiro semestre do ano somaram R\$ 2,03 bilhões ante R\$ 1,31 bilhão no mesmo período de 2004 – crescimento de 54,9%. Houve incremento de 85,2% do crédito destinado à construção e 29,7% direcionado à aquisição de unidades (Tabela 9).

Nos meses de julho e agosto, o volume de operações de financiamento imobiliário chegou a R\$ 834,47 milhões, significando acréscimo de 65,83% em relação ao mesmo período de 2004.

O setor de serviços em 2005, aumentou suas atividades em 2,5% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior – desempenho superior ao observado no primeiro trimestre nessa mesma base de comparação. Os melhores resultados foram observados no segmento de transporte (4,0%) e no comércio (3,8%).

Os bons resultados do comércio estão intimamente ligados à expansão do mercado inter-

²⁰ VALOR ECONÔMICO. São Paulo: Editora, n. 1343, 12 set. 2005

²¹ ABECIP. Disponível em <www.abecip.gov.br >. Acesso em: 13 dez. 2005.

Tabela 9 – Financiamentos Imobiliários: números de unidades e valores contratados

Meses	2004						2005					
	Números de Unidades			R\$ Milhões Contratados			Números de Unidades			R\$ Milhões Contratados		
	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses
Jan	2.450	2.450	37.021	172,46	172,46	2.274,49	3.723	3.723	55.059	275,71	275,71	3.103,45
Fev	2.743	5.193	36.926	167,88	340,28	2.297,12	3.372	7.095	55.688	239,75	515,46	3.175,37
Mar	6.070	11.263	40.892	212,26	552,54	2.372,20	4.909	12.004	54.527	388,85	904,32	3.351,96
Abr	8.210	19.473	46.306	282,55	835,09	2.505,89	5.462	17.466	51.779	479,06	1.383,38	3.548,48
Mai	4.210	23.683	46.921	214,16	1.049,25	2.532,74	3.692	21.158	51.261	289,71	1.673,09	3.624,03
Jun	4.094	27.777	48.489	266,60	1.315,85	2.651,21	3.965	25.123	51.132	361,60	2.034,69	3.719,03
Jul	4.378	32.156	49.558	278,17	1.594,02	2.709,80	5.573	30.696	52.327	519,42	2.554,11	3.960,28
Ago	3.491	35.645	49.567	225,05	1.819,07	2.714,85	3.798	34.494	52.634	315,05	2.869,16	4.060,28
Set	3.462	39.108	50.428	230,17	2.049,24	2.785,40						
Out	3.464	42.572	50.846	211,18	2.260,42	2.795,01						
Nov	5.817	48.399	52.122	344,53	2.604,96	2.867,72						
Dez	5.397	53.786	53.787	395,24	3.000,19	3.000,19						

Fonte: BACEN e ABECIP. Disponível em: <www.bcb.gov.br> e <www.abecip.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

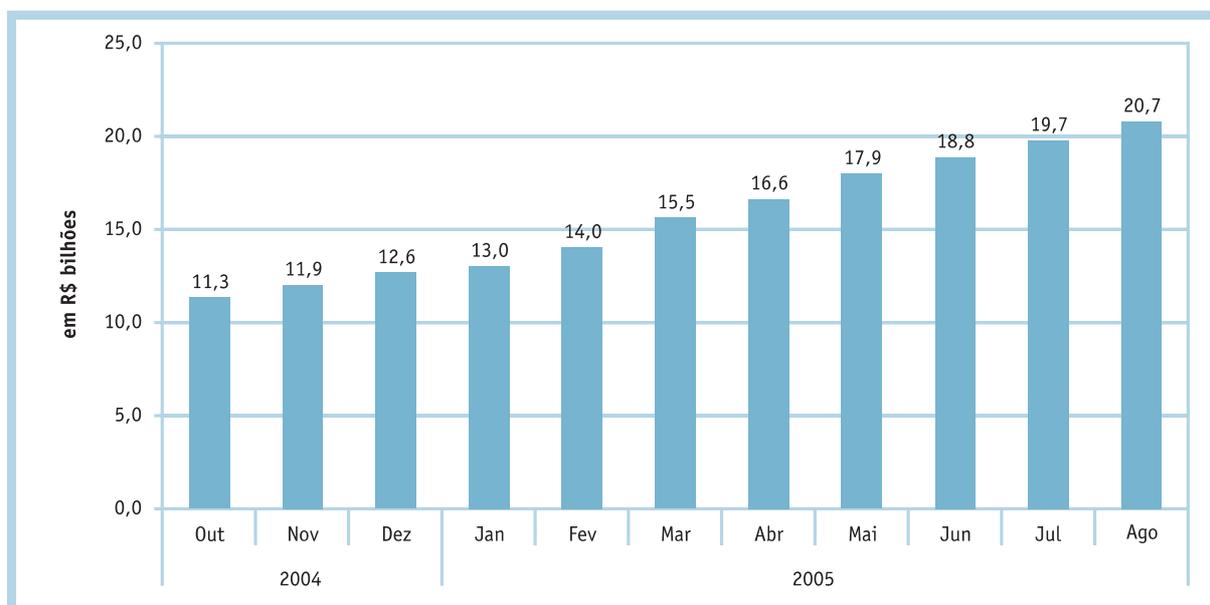


Gráfico 8 – Saldos do Crédito Consignado.

Fonte: BRASIL. BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

no. A conjuntura favorável do mercado de trabalho, assim como a expansão do crédito, principalmente na modalidade via desconto em folha, vêm beneficiando segmentos industriais importantes vinculados às linhas de produtos duráveis de consumo (Gráfico 8).

De fato, analisando os itens que compõem o comércio, percebe-se uma trajetória de cresci-

mento mais robusta para os segmentos mais dependentes da expansão do crédito pessoal e crédito para aquisição de bens²² – caso dos veículos automotivos e seus componentes, móveis e eletrodomésticos e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.

Observa-se também uma expansão das vendas de hipermercados, supermercados, produtos ali-

²² O crescimento no primeiro semestre do ano em termos dessazonalizados a preços constantes das concessões de crédito pessoal e crédito para aquisição de bens exceto veículos foi de 8,0% e 22,0%, respectivamente.

mentícios, bebidas e fumos nos últimos quatro meses, contribuindo de forma significativa para o crescimento de 4,6% do comércio varejista no primeiro semestre de 2005 (ver seção Comércio).

O setor agropecuário registrou taxa de crescimento de 3,2% no segundo trimestre comparativamente ao mesmo intervalo do ano anterior, beneficiado pela maior produção de alguns bens cujas safras são importantes nesse período – caso do feijão, da mandioca e da soja.

Dentre os componentes da demanda, constata-se que o mercado interno exerceu um papel importante na recuperação do crescimento do PIB no segundo trimestre do ano. O consumo das famílias registrou expansão de 3,0% em relação ao mesmo período de 2004, mantendo a trajetória de crescimento iniciada no último trimestre de 2003 (Tabela 10).

O incremento do consumo das famílias está, em grande parte, vinculado à expansão dos empréstimos com recursos livres para pessoas físicas, impulsionado, principalmente, pela progressão das operações de crédito pessoal, com destaque para o crédito consignado, e do financiamento para aquisição de bens promovido pelas cadeias de varejo, como mencionado antes.

De acordo com o Banco Central,²³ as operações de crédito contratadas com recursos livres totalizaram R\$ 317,4 bilhões em agosto (58,6% do total do sistema) – crescimento de 1,6% no mês e de 22,8% em doze meses. Desse total os empréstimos com recursos livres para pessoas físicas atingiu R\$ 145 bilhões, com elevação de 3,4% no mês.

Outro fator importante foi o comportamento favorável do Pessoal Ocupado e do Rendimento Médio do Trabalho Efetivamente Recebido. O nível de desemprego está com a menor taxa dos últimos anos. Além disso, a massa real de rendimentos da população tem crescido nos últimos meses em função da evolução positiva do rendimento médio.

Contribuíram significativamente para a progressão da massa de rendimentos os resultados favoráveis das negociações salariais no primeiro semestre do ano. Dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)²⁴ revelam o maior percentual de reajustes iguais ou superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) conquistado pelos trabalhadores num primeiro semestre ao longo dos dez anos de existência da pesquisa (ver seção Emprego e Rendimento).

Tabela 10 – Brasil. Produto interno bruto. Composição da demanda. Variação trimestral (%)

Discriminação	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2004			2005	
	II	III	IV	I	II
PIB a Preços de Mercado	5,1	5,9	4,7	2,8	3,9
Consumo das Famílias	4,3	5,3	5,0	3,3	3,0
Consumo do Governo	-1,4	0,3	0,8	1,1	3,1
Formação Bruta de Capital Fixo	13,4	19,3	9,3	2,3	4,0
Exportação	17,6	18,2	16,2	13,6	12,9
Importação	14,2	17,7	12,8	12,2	12,7

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume (abr.-jun./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

²³ BRASIL. BACEN. Nota à imprensa: política monetária e operações de crédito ao sistema financeiro. Brasília, 23 set. 2005.

²⁴ DIEESE. As negociações salariais no primeiro semestre de 2005. n. 10. Disponível em: www.dieese.org.br/esp/estpesq10_balanconegociacoes.pdf>. Acesso em 15 ago. 2005.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) fechou o segundo trimestre com aumento de 4,0%, em relação ao mesmo período de 2004 – crescimento superior ao observado no primeiro trimestre nessa mesma base de comparação. Os investimentos vêm se beneficiando da expansão do volume de crédito do sistema financeiro nos últimos meses. No mês de agosto, as operações com recursos livres para pessoas jurídicas O crescimento da FBCF no segundo trimestre decorreu principalmente da produção de bens de capital (5,8%) e do avanço da construção civil (3,4%). A contribuição de máquinas e equipamentos no total do investimento foi mais significativa em razão da queda das exportações desses itens no período, possibilitando uma absorção maior de bens de capital direcionados para a expansão da produção doméstica (Tabela 11).

Outro dado importante é que o incremento das importações de bens de capital, com taxas de crescimento positivas nos dois últimos trimestres, estimulado pela apreciação cambial, vem contribuindo decisivamente para o aumento do consumo aparente.

O bom desempenho da formação bruta de capital influenciou positivamente a taxa de investimento no segundo trimestre, que foi de

19,9%. Comparativamente ao mesmo período de cada ano, esta taxa foi a mais elevada desde 1997 (20,4%) (Gráfico 9). Já a taxa de poupança, nessa mesma base de comparação, atingiu 24% do PIB no segundo trimestre, o segundo maior valor desde 1995, inferior apenas a 2004 (25%).

O crescimento da construção civil foi decisivo para a expansão da produção de bens de capital para o setor, que teve o melhor desempenho entre os segmentos da indústria de bens de capital, com taxa de crescimento de 28,7% no primeiro semestre de 2005.

O crescimento de 3,1% do consumo do governo foi favorecido principalmente pela baixa base de comparação do segundo trimestre do ano passado quando se registrou uma variação negativa de -1,4%.

No âmbito do mercado externo, são sete trimestres consecutivos de expansão das exportações e das importações. As exportações continuam sendo cruciais para o crescimento econômico nacional. No segundo trimestre, as vendas internacionais aumentaram 12,9%, em relação ao mesmo intervalo de 2004.

Tabela 11 – Brasil. Formação bruta de capital fixo (FCBC)^a (em %)

	Trim./ Mesmo Trim. Do Ano Anterior				Acumulação em 2004	Trim./ Mesmo Trim. Do Ano Anterior	
	2004					2005	
	I	II	III	IV		I	II
FCBC	1,8	13,4	19,3	9,3	10,9	2,3	4,0
Construção	0,7	7,0	11,3	3,9	5,7	0,6	3,4
Máquinas e Equipamentos	5,0	14,9	16,3	-17,6	3,7	-0,2	5,8
Absorção Nacional ^b	5,2	11,9	14,1	-24,6	1,1	-8,8	-2,0
Produção	20,1	24,9	24,5	11,5	19,9	5,7	8,4
Exportações	63,6	60,2	53,2	98,0	71,1	42,7	32,9
Importações	2,8	21,5	21,3	-0,6	10,2	25,1	27,3

Fonte: IPEA. *Boletim de Conjuntura*, Brasília, n. 70, set. 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Notas: a Decomposição da FBCF do IPEA

b Produção - exportações

O incremento das exportações está vinculado principalmente ao comportamento dos preços internacionais e do quantum. Dados da Funcex²⁵ revelam que os preços internacionais foram fundamentais para o aumento das exportações nos primeiros meses de 2005, com intensidade superior do que em 2004 para as categorias de manufaturados (10,7%) e semi-manufaturados (18,7%). Já para os produtos básicos, constatou-se uma variação de somente 6,2% dos preços no mercado internacional. Na média global, a variação dos preços de exportação foi de 10,3% no primeiro semestre de 2005 – praticamente o mesmo valor observado no mesmo período do ano anterior (10,0%).

Com relação ao quantum, somente os semi-manufaturados (10,4%) apresentaram uma performance superior neste primeiro semestre comparativamente a primeira metade de 2004. Os produtos manufaturados (17,4%) e os produtos básicos (1,6%) registraram um desempe-

nho inferior ao obtido no período janeiro-junho de 2004. Na média global, o quantum de exportações no primeiro semestre de 2005 progrediu 12,4% – valor inferior ao registrado na primeira metade de 2004 (18,9%).

As importações também registraram uma expansão importante (12,7%) que resulta do maior crescimento do PIB no segundo trimestre e da valorização da moeda nacional frente ao dólar. O incremento das importações decorreu, principalmente, do comportamento dos preços que teve um ganho de 10,5% – superior aos 5,3% do período janeiro/junho de 2004. Por outro lado, o volume de importação evoluiu 8,6%, abaixo dos 18,6% registrado no primeiro semestre de 2004.

Avaliando a intensidade tecnológica das exportações brasileiras, estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Econômico (Iedi)²⁶ constatou que o incremento das vendas externas no primeiro semestre está relacionado

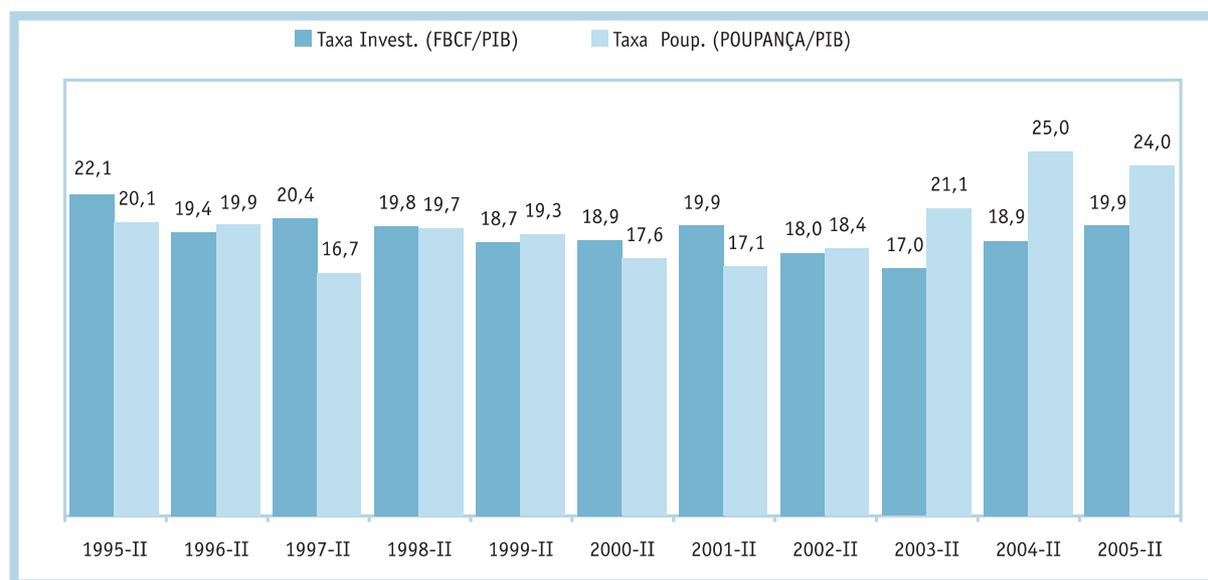


Gráfico 9 – Taxa de investimento e taxa de poupança.

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: (abr.- jun./ 05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

²⁵ BOLETIM FUNCX DE COMÉRCIO EXTERIOR. Brasília, Ano IX, n. 8, ago. 2005. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2005.

²⁶ IEDI. Aspectos relacionados ao dinamismo e à tecnologia no comércio exterior brasileiro. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 ago. 2005.

principalmente ao desempenho de setores de baixa e média-baixa intensidades tecnológica (contribuição de 68,5%). Os produtos da indústria intensiva em tecnologia participaram com 9,0% para o aumento das exportações – esse valor era de 7,5% no primeiro semestre de 2004.

Com relação ao dinamismo dos produtos de exportação, observou-se uma baixa participa-

ção dos setores considerados de alto crescimento no comércio mundial entre 1996 e 2001 (8,4%)²⁷. Por outro lado, houve predomínio dos segmentos que declinaram em sua participação no comércio mundial (70,3%), e, dentre estes, daqueles que registraram crescimento negativo nesse mesmo período (50,5%). ●

²⁷ Crescimento com expansão média superior a 5% ao ano.

4 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Os dados divulgados pelo IBGE²⁸ em agosto revelam uma expansão de 1,1% da produção industrial em relação a agosto, após registrar uma queda de 2,5% no mês de julho em relação a junho. Vale salientar que antes desse resultado negativo, a produção vinha de quatro meses consecutivos de crescimento nessa base de comparação (Gráfico 10).

Em função do resultado positivo obtido em agosto, os demais indicadores apresentaram bom desempenho, com variações mais acentuadas do que as observadas no mês de julho. Comparativa-

mente ao mesmo mês do ano anterior, ocorreu um crescimento de 3,8% da atividade industrial, bem acima do resultado constatado em junho (0,5%). O indicador acumulado no período janeiro-agosto, frente ao mesmo período do ano anterior, alcançou 4,3%. Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de crescimento foi de 5,1%.

Analisando por categoria de uso, observou-se que todos os segmentos registraram expansão na série com ajuste sazonal. O destaque positivo ficou por conta do setor de bens de capital (3,1%) que exibiu desempenho acima da média

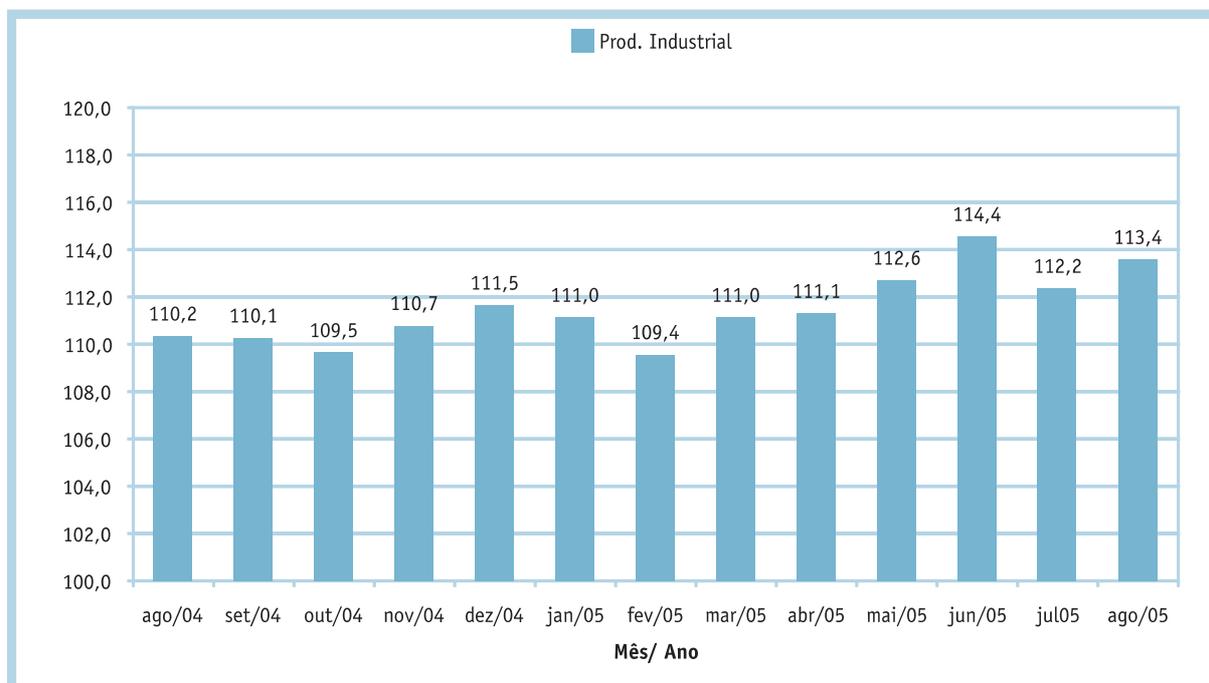


Gráfico 10 – Brasil. Evolução da produção industrial com ajuste sazonal (ago./04-ago./05)

Fonte: IBGE. Pesquisa industrial mensal (PIM-PF) *Base: média de 2002=100. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

²⁸ IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Tabela 12 – Brasil. Indicadores da produção industrial por categoria de uso (ago./05).

Categorias de Uso	Variação (%)			
	Ago.2005/ Jul. 2005*	Ago.2005/ Ago.2004	Acumulação	
			No Ano	12 Meses
Bens de Capital	3,1	3,0	2,7	4,7
Bens Intermediários	0,1	0,4	1,6	3,3
Bens de Consumo	1,3	9,2	8,4	7,8
Duráveis	-1,7	13,0	15,7	15,7
Semiduráveis e Não Duráveis	1,6	8,2	6,4	5,7
Indústria Geral	1,1	3,8	4,3	5,1

Fonte: IBGE. PIM-PF Brasil. (Ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Nota: *Série com Ajuste Sazonal.

global da indústria, após registrar retração de 7,1% em julho. Vale ressaltar que nos meses de maio e junho, a produção de bens de capital assinalou crescimento de, respectivamente, 5,2% e 4,2% (Tabela 12).

O setor de bens de consumo duráveis, cuja demanda depende mais fortemente do crédito, registrou ligeira queda no mês de agosto (-1,7%), após recuo de 6,4% em julho. Os setores de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis registraram incremento de, respectivamente, 0,1% e 1,6%.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor de bens de consumo duráveis continua apresentando expressiva expansão, com taxa de 13,0%. A expansão satisfatória do crédito e o bom desempenho das exportações têm contribuído para o dinamismo de algumas indústrias vinculadas a esse segmento.

Os subsetores que mais se sobressaíram foram o de telefones celulares (50,7%) e de automóveis (13,1%). No acumulado do ano, o setor de bens duráveis já registra um incremento de 15,7%, com destaque, mais uma vez, para a indústria automobilística (9,9%).

O bom desempenho da produção de celulares reflete, além das inovações freqüentes do

produto, o incremento significativo do número de assinantes da telefonia móvel. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANT)²⁹, agosto registrou o segundo maior índice de habilitações de terminais do ano, com 2.368.362 novos acessos em todo o país, aumentando o número de assinantes do Sistema Móvel Pessoal (SMP) para 78.947.332. Nos oito primeiros meses do ano, foram registrados 13.341.755 novos acessos móveis, contra 11.784.798 nos mesmos período do ano anterior – variação de 13,2% (Gráfico 11).

Outro dado importante está relacionado com o crescimento da teledensidade³⁰ móvel brasileira que passou de 41,66 em julho para 42,85 em agosto. Vale mencionar que a teledensidade nacional era de 31,83 em dezembro de 2004.

Do ponto de vista regional, a maior teledensidade é a da região Centro-Oeste (62,5), seguida pela região Sul (53,3), Sudeste (48,3), Norte (31,4) e Nordeste (27,3). Embora ainda classificado com a menor teledensidade dentre as regiões, o Nordeste lidera o crescimento da teledensidade brasileira. Dos estados nordestinos, o Piauí tem o crescimento mais significativo no que se refere a teledensidade, com uma elevação de 6,7% no mês de agosto.

²⁹ Disponível em: <www.anatel.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

³⁰ A teledensidade é um indicador internacional que representa o número de telefones em serviço para cada grupo de 100 habitantes.

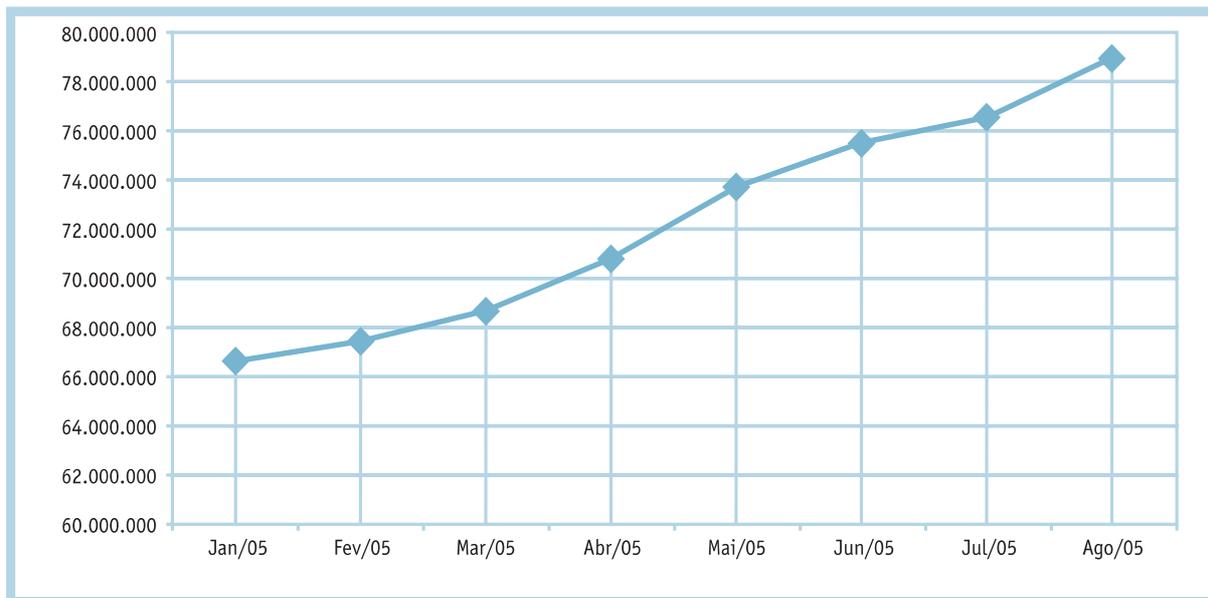


Gráfico 11 – Evolução do número de celulares no Brasil (2005)

Fonte: ANT. Disponível em: <www.anatel.gov.br>. Acesso em: 13. dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE.

Quanto à indústria automobilística, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea),³¹ as montadoras produziram 202.383 veículos em julho – incremento de 7,8% em relação ao mesmo mês de 2004. No acumulado de janeiro a julho, constatou-se um aumento de 14,5% na produção do setor, impulsionado pelo crescimento de 36,2% das exportações e de 8,4% das vendas internas (Tabela 13).

Esse bom desempenho tem possibilitado melhores reajustes salariais dos trabalhadores do setor. Os acordos assinados em 2005 entre alguns sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo e as montadoras estão incluindo a reposição da inflação e aumento real, além do comprometimento de concessão de reajustes reais de salários em 2006.

O impacto do crescimento das vendas das montadoras sobre os preços já começa a apare-

cer. Levantamento da agência AutoInforme³² revela que os preços médios do carro novo subiram 6,8% no acumulado dos sete primeiros meses do ano. Segundo os fabricantes de veículos, os reajustes decorrem das pressões do aumento de preços dos insumos nos custos do setor, com destaque para o aço e a borracha.

A boa performance das montadoras reflete-se positivamente na produção das empresas de autopeças. Pesquisa realizada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS)³³ com 52 empresas em vários estados brasileiros mostra um aumento de 7,2% no faturamento das autopeças no período janeiro-julho, comparativamente a igual período do ano anterior. O número de trabalhadores segue crescendo e passou de 189 mil em janeiro para 197 mil em julho (Gráfico 12).

Outro dado relevante está relacionado com as exportações de autopeças que totalizaram

³¹ ANFAVEA. Carta, n. 231, ago./05. Disponível em <www.anfavea.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

³² FUTEMA, F. GM e Fiat programam nova rodada de reajustes de preços. Folha Online, 06 set 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u100013.shtml>. Acesso em: 09 out. 2005.

³³ SINDIPEÇAS. Disponível em: <www.sindipeças.org.br>. Acesso em: 09 out. 2005.

Tabela 13 – Indústria automobilística: produção, vendas e exportações

Em Unidades	2005	2004	Variações Percentuais		
	Jan.- Jul.	Jan.- Jul.	Jul. 05/ Jun. 05	Jul.05/ Jul.04	Jan.- Jul.05/ Jan.- Jul.04
PRODUÇÃO					
Total	1.404,768	1.226,651	-6,3	7,8	14,5
Veículos	1.315,835	1.150,377	-5,6	8,4	14,4
Caminhões	67,274	59,670	-17,7	-6,7	12,7
Ônibus	21,659	16,604	-14,1	14,7	30,4
LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS					
Total	893,480	823,906	-6,2	3,0	8,4
Veículos LEVES	838,472	768,404	-6,3	3,4	9,1
Caminhões	46,613	44,999	-4,7	-2,6	3,6
Ônibus	8,395	10,503	-9,9	-3,8	-20,1
EXPORTAÇÕES					
Total	464,667	341,234	-7,8	10,0	36,2
Veículos LEVES	435,591	320,947	-8,5	8,3	35,7
Caminhões	18,261	14,457	0,1	22,0	26,3
Ônibus	10,815	5,830	8,4	79,7	85,5

Fonte: ANFAVEA. Carta, N.231, ago./05. Disponível em: <www.anfavea.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

US\$ 4,1 bilhões no acumulado de janeiro a julho – percentual 30,3% superior ao registrado no mesmo intervalo de 2004. Já as importações cresceram 29,1%, nesse mesmo período, alcançando o valor de US\$ 4,0 bilhões.

O setor de bens de capital teve um acréscimo de 3,0% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, após registrar um resultado negativo no mês de julho e seqüência de três resultados positivos nos meses de abril, maio e junho nessa mesma base de comparação.

Estatísticas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)³⁴ mostram um crescimento de 32,7% das exportações de máquinas e equipamentos no período janeiro-agosto de 2005 contra igual período do ano passado. Vale salientar que o setor conquistou a quarta posição nas exportações brasileiras no geral, sendo superado apenas pelo segmento de materiais de transportes e componentes, produtos siderúrgicos, e soja. Entretanto, empresas do setor já estão

perdendo mercado em razão da desvalorização do dólar frente à moeda nacional. O bom desempenho contribuiu para o incremento de 29,5% do faturamento nominal e de 4,3% no nível do emprego no setor de bens de capital no período janeiro-agosto deste ano.

Com relação às importações, constatou-se que a participação de máquinas e equipamentos importados no total de máquinas e equipamentos demandado no mercado interno também diminuiu de 45% para 38%, na comparação do período janeiro-agosto de 2005 com relação a 2004. Apesar da queda, alguns produtores nacionais de máquinas e equipamentos estão sendo bastante afetados pelas importações, principalmente da China. De acordo com a Abimaq, os asiáticos, com destaque para a China, detém 80% do mercado brasileiro de correntes industriais, 75% dos descaroçadores de algodão, 60% dos equipamentos de ginástica nas academias do País e 40% do mercado de tornos.

³⁴ ABIMAQ. Palavra do presidente. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/presidente_show.asp?id=68>. Acesso em: 09 out. 2005.

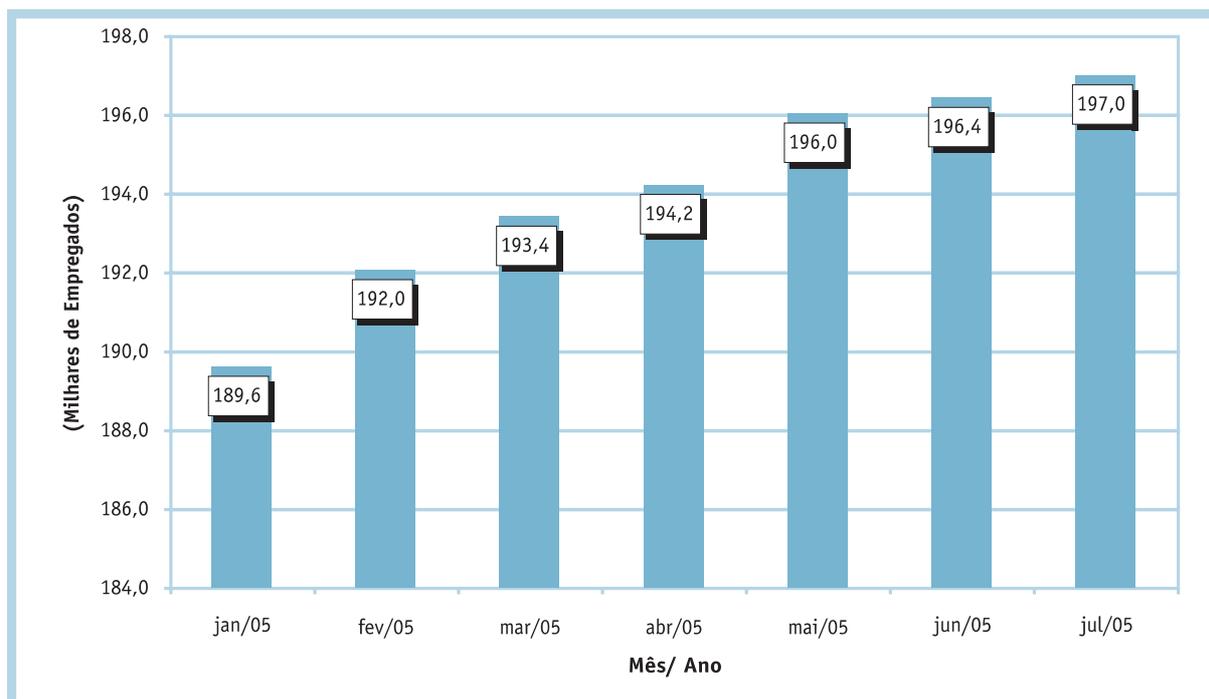


Gráfico 12 – Evolução do emprego no setor de autopeças (jan.-jul./05)

Fonte: SINDIPEÇAS. Disponível em: <www.sindipeças.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Os resultados por subsetor revelam a liderança do segmento de bens de capital para construção (36,2%), seguido pela produção de bens de capital para energia elétrica (11,3%), bens de capital para transporte (9,2%) e bens de capital para uso misto (3,0%). Por outro lado, os destaques negativos ficaram por conta da indústria de bens de capital agrícola (-40,3%) e equipamentos para fins industriais (-0,7%) (Tabela 14).

A queda acentuada da produção de máquinas e equipamentos agrícolas resulta da retração da demanda por conta da perda de renda dos agricultores nos nove primeiros meses do ano em função do fator cambial, dos juros elevados e do déficit de infra-estrutura logística. De acordo com a Anfavea³⁵, as vendas internas registraram em julho um decréscimo de 45% em relação ao mesmo mês de 2004, com apenas 2.015 unidades vendidas.

³⁵ ANFAVEA. Carta, n. 231, ago./05. Disponível em <www.anfavea.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

³⁶ IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

O crescimento de 8,2%, em agosto de 2005 comparativamente a agosto de 2004, do setor de bens semi-duráveis e não duráveis refletiu, principalmente, acréscimos na produção de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (6,0%), carburantes (17,8%) e outros bens de consumo não duráveis (12,2%).

O setor de bens intermediários, por sua vez, teve um ligeiro crescimento de 0,4%. Os maiores destaques ficaram por conta dos insumos industriais básicos (13,2%) e combustíveis e lubrificantes (6,7%). A principal influência negativa foi do subsetor insumos industriais elaborados (-2,5%).

Observa-se que das vinte e sete atividades pesquisadas pelo IBGE³⁶, quinze contribuíram positivamente para o aumento de 3,8% da produção industrial no mês de agosto de 2005, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Apre-

Tabela 14 – Produção física: Brasil, índices especiais de bens de capital

Segmentos	Mensal			Acumulado		
	Jun.	Jul.	Ago.	Jan.- Jun.	Jan.- Jun.	Jan.- Ago.
Bens de Capital para Fins Industriais	104,0	87,3	99,3	105,3	102,3	101,9
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	101,3	85,3	97,6	104,2	101,1	100,6
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	126,1	101,1	111,5	113,0	111,0	111,1
Bens de Capital Agrícolas	62,0	64,5	59,7	64,6	64,6	63,9
Bens de Capital Peças Agrícolas	16,2	19,3	37,1	27,1	25,8	27,3
Bens de Capital para Construção	127,3	124,5	136,2	128,8	128,1	129,2
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	141,5	121,9	111,3	118,3	118,8	117,7
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	116,3	94,6	109,2	112,0	109,3	109,3
Bens de Capital de Uso Misto	107,2	100,8	103,0	101,5	101,4	101,6

Fonte: IBGE. *Índices conjunturais da Indústria* - Brasil. - ago./05. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

sentaram incrementos relevantes a indústria farmacêutica (30,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (10,6%). As maiores pressões negativas foram assinaladas no segmento de vestuário (-11,5%) e têxtil (-5,9%) (Gráfico13).

A queda na produção da indústria têxtil resulta, sobretudo, do crescimento significativo das importações provenientes da China. A liberalização total do setor têxtil com a eliminação do acordo multifibras em 31 de dezembro de 2004 possibilitou a expansão espetacular das exportações chinesas de têxtil e vestuário. Somente um ano após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 11 de dezembro de 2001, a China já detinha cerca de 25% das exportações mundiais de vestuário. Contribuiu para esse fato suas consideráveis vantagens comparativas na área têxtil, relacionadas com uma mão-de-obra barata, uma infraestrutura eficiente e tecnologia de ponta.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Vestuário (ABIT)³⁷, as impor-

tações de têxteis e confecções atingiram volume recorde no mês de agosto, chegando a US\$ 142 milhões, ante US\$ 117,1 milhões em agosto de 2004 – incremento de 21,3%. No período janeiro a agosto, as importações totalizaram US\$ 995 milhões – 5,8% acima do valor observado no mesmo período do ano anterior.

As importações chinesas de cinco tipos de tecidos de seda para o Brasil cresceram 243% em volume de janeiro a agosto, comparativamente a igual período de 2004. Diante desse crescimento desproporcional, o governo brasileiro publicou o Decreto nº 5.556 de 05/10/05, que regulamenta as salvaguardas para importações de produtos originários da China.

Além do setor têxtil, as indústrias de calçados, brinquedos, eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos e químico também preparam pedidos de salvaguarda contra importações chinesas, aproveitando a regulamentação do mecanismo de defesa comercial.

³⁷ ABIT. *Têxtil e confecção*: exportações crescem 8,5% em agosto. Disponível em: <www.abit.org.br>. Acesso em: 10 out. 2005.

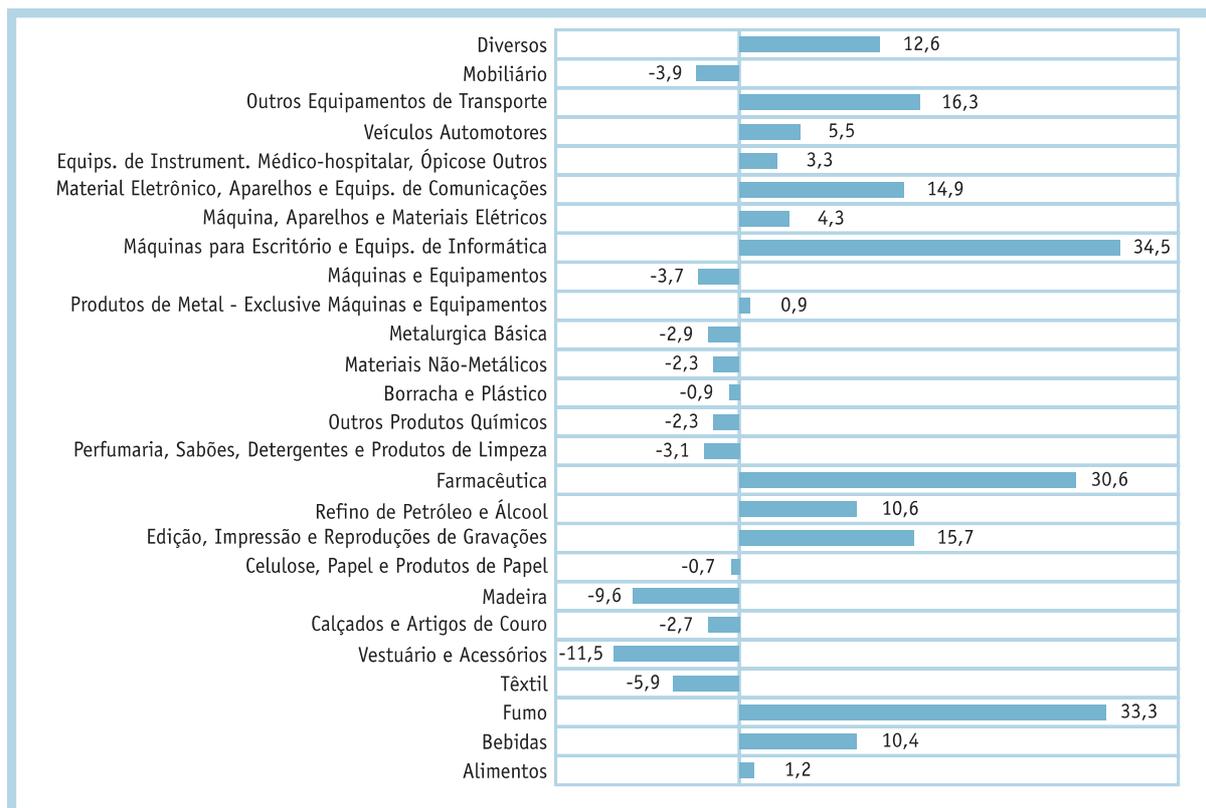


Gráfico 13 – Gêneros selecionados da indústria de transformação variação (ago./05-ago./04)

Fonte: IBGE. PIM-PF. Brasil: (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Os dados de agosto parecem confirmar que o crescimento da produção industrial está relacionado aos efeitos tanto das exportações como do crescimento da demanda interna em razão, principalmente, da expansão do crédito e da recuperação do poder de compra dos consumidores. De fato, observa-se uma participação do

mercado interno nos resultados da produção industrial de agosto. Uma comprovação desse fato é o forte dinamismo do setor de bens de consumo não duráveis que depende essencialmente das rendas salarizadas e do mercado doméstico. No acumulado do ano, o setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis (6,4%) está crescendo acima da média global (4,3%).

4.1 - Produção Industrial no Nordeste

O crescimento positivo de 3,8% verificado na produção industrial brasileira, em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, refletiu o bom desempenho da indústria na maioria dos estados pesquisados pelo

IBGE³⁸. Das quatorze áreas analisadas pela PIM-PF regional, onze registraram incremento nessa base de comparação. Somente Ceará (-2,2%), Paraná (-3,4%) e Santa Catarina (-4,7%) registraram decréscimo da atividade industrial. Os

³⁸ IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

estados que registraram maiores elevações foram Amazonas (10,4%) e Bahia (10,4%).

A região Nordeste apresentou no mês de agosto, em comparação ao mesmo período do ano anterior, expansão industrial de 2,9% – abaixo da taxa obtida para a média nacional (3,8%). O crescimento da indústria nordestina resultou do desempenho de seis dos onze segmentos pesquisados. As atividades que mais se expandiram foram: refino de petróleo e álcool (31,2%), com destaque para a maior produção de óleo diesel e gasolina; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (19,0%), dado a maior fabricação de pilhas e baterias elétricas. Em contrapartida, os ramos de vestuário (-23,4%) e têxtil (-7,1%) assinalaram recuo na produção.

Para o acumulado do ano, oito dos onze segmentos investigados obtiveram resultados positivos. A maior contribuição para um incremento de 4,0% ficou por conta de minerais não-metálicos (17,6%), em razão da maior fabricação de cimento e elementos pré-fabricados de cimento; e alimentos e bebidas (6,1%), resultado do aumento da produção de refrigerantes e

cervejas. Por outro lado, o destaque negativo foi da indústria extrativa (-3,4%), por conta da redução na produção de óleos brutos e gás natural (Gráfico 14).

Dos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, Bahia (10,4%) e Pernambuco (4,4%) registraram taxas de crescimento positivas e acima da média nacional na comparação agosto/2005 – agosto/2004 (Tabela 15).

O Estado da Bahia registrou o melhor desempenho da produção industrial na comparação com o mesmo período do ano anterior, com crescimento do seu nível de atividade em 10,4%. Essa variação foi bem mais acentuada do que a observada no mês de julho na mesma base de comparação (8,3%). Destacaram-se veículos automotores (55,4%), devido a maior fabricação de automóveis; e refino de petróleo e álcool (37,6%), por conta do aumento na produção de celulose. Observou-se retração em somente duas atividades: indústria extrativa (-5,5%), explicada pela diminuição na extração de óleos brutos de petróleo e gás natural; e metalurgia básica (-1,5%), por conta na queda da

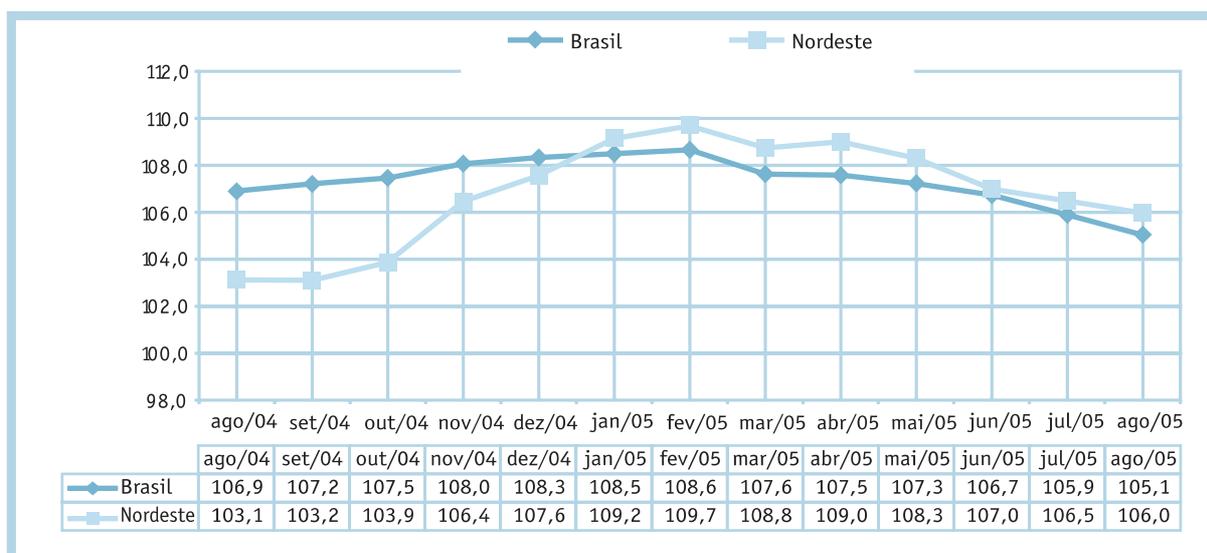


Gráfico 14 – Produção industrial – índice acumulado nos últimos 12 meses (%) (ago./04-ago./05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 15 – Indicadores conjunturais da Indústria – resultados regionais (ago./05)

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Ago.2005/ Ago.2004	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Região Nordeste	2,9	4,0	6,0
Ceará	-2,2	3,1	8,3
Pernambuco	4,4	2,2	2,2
Bahia	10,4	4,1	6,7
Brasil	3,8	4,3	5,1

Fonte: IBGE. PIM-PF. *Regional* (ago./05). Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

produção de lingotes, blocos ou placas de aço ao carbono, e vergalhões de aço ao carbono.

No acumulado do ano, a indústria baiana registrou uma expansão de 4,1%, com sete dos nove setores investigados apresentando aumento nessa base de comparação. As influências mais expressivas vieram de refino de petróleo e produção de álcool (4,9%), impulsionado pelo incremento na produção de gasolina, óleo diesel e óleos combustíveis; e bebidas e alimentos (9,1%), em virtude da maior produção de óleo de soja refinado e leite em pó. Em sentido contrário, as pressões negativas surgiram dos ramos da metalurgia básica (-5,2%), em função da redução da fabricação de ouro em barras e vergalhões de aços ao carbono; e indústria extrativa (-2,8%), em razão do recuo da menor produção de gás natural e óleos brutos de petróleo.

Com um decréscimo de 2,2% de sua produção industrial, a indústria do Estado do Ceará registra sua segunda queda consecutiva na comparação mês/mês anterior. Vale salientar que em julho a retração havia sido de 1,5%. Quatro dos dez setores industriais pesquisados contribuíram negativamente para esse resultado, com destaque para alimentos e bebidas (-8,8%), em função da queda na produção de castanha de caju beneficiada e amendoim e castanha de caju torrados; e vestuário (-21,1%), por conta da queda na fabricação de

calças compridas para uso feminino e vestuário para uso profissional.

Apresentaram incrementos relevantes as atividades de produtos químicos (23,4%), impulsionadas pelo incremento na produção de vacinas para medicina veterinária e oxigênio; e de calçados e artigos de couro (6,7%), refletindo a maior produção de calçados de plásticos e de couro.

No acumulado do ano, o resultado se revelou 3,1% superior ao do período equivalente a 2004, resultado da expansão em sete dos dez setores pesquisados. Vale destacar os acréscimos de minerais não metálicos (33,1%), consequência do aumento na produção de ladrilhos, cimento e placas de cerâmicas, e vestuário (11,8%), por conta do maior dinamismo na fabricação de calças compridas para uso feminino e vestuário para uso profissional.

Apesar da queda na produção industrial em agosto de 2005, comparativamente a agosto de 2004, observou-se um crescimento importante das vendas reais da indústria de transformação cearense nessa mesma base de comparação. De acordo com os Indicadores Industriais da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)³⁹, o faturamento da indústria manufatureira estadual cresceu 8,9%, com destaque para a indústria metalúrgica (24,3%), produtos alimentares (18,1%), vestuário (8,6%) e calçados (6,6%).

³⁹ FIEC/INDI. UEE. Disponível em: <www.sfiiec.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Com relação ao mês anterior, o incremento de 11,3% das vendas reais deveu-se, sobretudo, à expansão nas vendas das indústrias de calçados (27,8%), têxtil (22,4%), vestuário (19,4%) e minerais não metálicos (17,6%). O crescimento do faturamento para o mercado externo e para o resto do País foi determinante para essa performance da indústria cearense (Tabela 16).

Entre julho 2005/julho 2004, houve incremento de 4,4% na produção industrial pernambucana, o quarto resultado positivo nesse tipo de comparação. A expansão do nível de atividade industrial do Estado de Pernambuco deveu-se, principalmente, ao desempenho positivo de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (42,5%), fruto do aumento da produção de pilhas e baterias elétricas; e produtos químicos (15,0%), resultado da maior fabricação de

borracha de estireno-butadieno e oxigênio. Os destaques negativos ficaram por conta do setor têxtil (-27,3%), em razão do recuo na produção de tecidos de algodão; e metalurgia básica (-6,0%), em função da menor produção de vergalhões de aço ao carbono.

No ano, a indústria de Pernambuco cresceu 2,2%, com sete dos onze setores industriais pesquisados registrando incrementos positivos. Produtos químicos (11,4%), devido a maior fabricação de estireno-butadieno e hipoclorito de cálcio; e alimentos e bebidas (3,6%), conseqüência do maior dinamismo da produção de sovertes e refrigerantes, que concorreram decisivamente para o bom desempenho da indústria. Os segmentos que apresentaram retração foram: produtos de metal (-5,6%) e têxtil (-27,2%), explicadas, respectivamente, pelo recuo na produção de latas de alumínio para embalagens e tecidos de algodão. ●

Tabela 16 – Ceará. Variações reais nas vendas (*) em (%)

Setores	Ago. 05/ Ago.04	Ago. 05/ Ago.04	Jan-Ago.05/ Jan-Ago.04
Minerais não-Metálicos	17,6	-0,7	-0,4
Metalúrgico	14,1	24,4	13,6
Químico	4,9	-21,5	-24,1
Têxtil	22,5	0,5	4,2
Vestuário	19,4	8,7	10,2
Calçados	27,9	6,6	4,7
Produtos Alimentares	0,1	18,1	24,1
Outros	-2,3	51,4	31,8
Total da Indústria	11,4	8,9	4,5

Fonte: FIEC/INDI. UEE. Disponível em: <www.sfiec.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Nota: (*) Corrigido pelo índice de Preço por Atacado-Oferta Global - FGV, específico de cada setor.

5 - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

Os dados trimestrais divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴⁰ assinalaram um ligeiro crescimento no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) que alcançou 84,5% – acima dos 84,3% do mês de abril. A análise dos indicadores por categoria de uso indica que o setor de bens intermediários apresenta o maior NUCI da indústria de transformação em julho (87,1%). Entretanto, esse segmento vem reduzindo seu nível de utilização desde o último trimestre de 2004. Já o setor de bens de capital apresenta uma queda do NUCI no primeiro trimestre e uma estabilidade no segundo trimestre de 2005 (Tabela 17).

O crescimento das importações, no primeiro semestre, resultando em aumento da capacidade produtiva de bens de capital, contribuiu para a diminuição do NUCI dos referidos segmentos.

Por outro lado, o crescimento do nível de utilização do setor produtor de bens de consumo de 77,9%, em janeiro, para 82,3%, em julho, está vinculado à expansão do crédito e ao aumento da renda dos trabalhadores na medida em que a respectiva demanda é fortemente influenciada por essas variáveis. Vale salientar que o perfil da expansão industrial ao longo de 2005 confirma o maior dinamismo da produção de bens

Tabela 17 – Brasil. Nível de utilização da capacidade (NUCI)* – percentuais

	2004				2005		
	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	81,7	82,0	84,4	85,1	84,6	84,3	84,5
Bens de Consumo	76,7	75,5	80,3	80,8	77,9	79,3	82,2
Bens de Capital	76,2	78,9	82,1	80,3	84,2	82,2	82,5
Material de Construção	80,1	81,8	81,3	88,5	84,1	83,3	81,4
Bens Intermediários	86,1	87,3	87,3	88,5	88,3	87,5	87,1
BENS COM MAIOR NUCI EM JULHO DE 2005							
Borracha	90,4	90,8	93,2	96,9	96,2	93,5	95,2
Perfumaria, Sabões, Detergentes, Glicerinas e Velas	80,8	94,4	91,6	94,3	91,1	93,5	93,1
Celulose, Papel e Algodão	92,6	92,0	94,7	92,2	93,0	91,6	91,8
GÊNEROS COM MENOR NUCI EM JULHO DE 2005							
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	58,8	62,3	62,2	63,9	55,6	62,8	68,9
Fumo	52,7	71,8	65,9	59,6	46,0	50,1	53,4

Fonte: FGV/IBRE/DGD. *Sondagem conjuntural da Indústria de transformação*, ano 39, n. 156, p.4. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: *Dados com ajuste sazonal.

⁴⁰ FGV. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

duráveis e de bens semiduráveis e não duráveis que cresceram acima da média global.

Entre os gêneros industriais, constata-se que borracha (95,2%), perfumaria, sabões, glicerinas e velas (93,1%) e celulose, papel e papelão (91,8%) apresentam o maior nível de utilização em julho/2005. Em contrapartida, os segmentos de fumo (53,4%) e produtos farmacêuticos e veterinários (68,9%) continuam a registrar o menor NUCI nesse mês.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada para o mês de agosto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁴¹, revelou que o NUCI da indústria de transformação, na série com ajuste sazonal, registrou um ligeiro crescimento de 1,4% em relação a julho. Nos últimos doze meses, constatou-se um decréscimo de 1,2% no nível de aproveitamento da capacidade instalada, pas-

sando de 84,1% em agosto de 2004 para 82,9% em agosto de 2005. No mesmo intervalo, o número de horas trabalhadas, medida indicativa de produção, cresceu 4,7%. (Gráfico 15).

Portanto, o crescimento da ociosidade veio acompanhado de um aumento da atividade industrial, constituindo-se num forte indício de investimentos visando à ampliação da capacidade produtiva, além da continuidade do ciclo de expansão da produtividade iniciado em 2004. Isto revela que a expansão da indústria está sendo acompanhada pelo aumento do estoque de fatores de produção (ver seção produtividade).

Nessas condições, problemas de insuficiência de capacidade de produção para atender à demanda dos próximos meses são pouco prováveis já que se observa uma disposição dos empresários em aumentar os investimentos em máquinas e equipamentos. De fato, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴² prevê um crescimen-

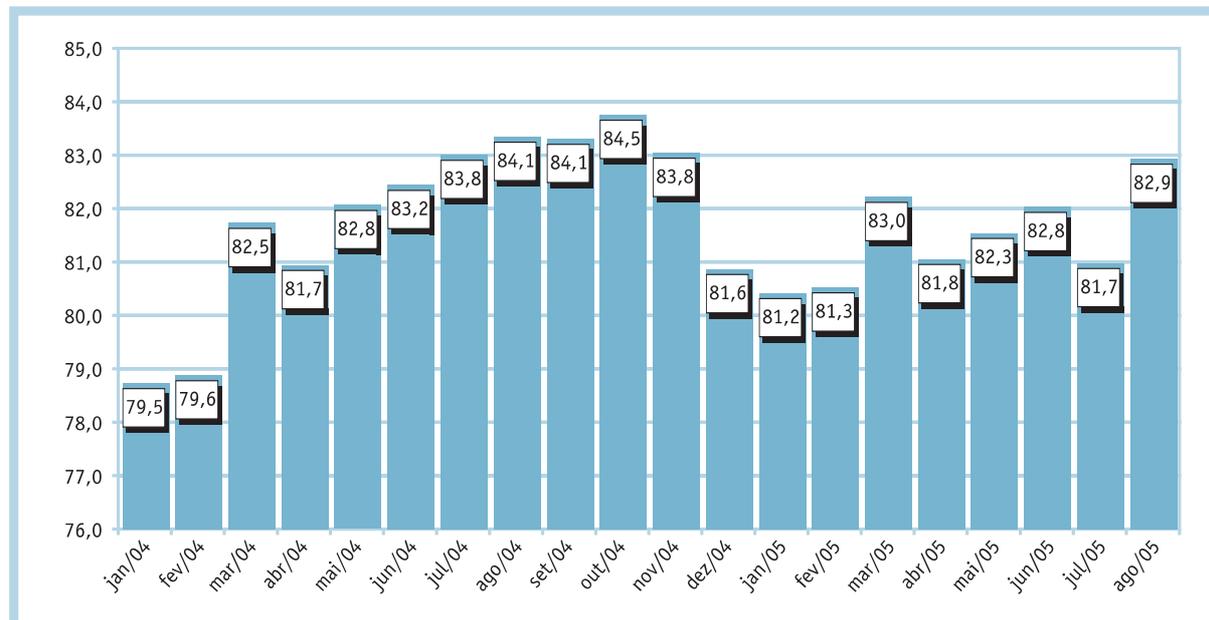


Gráfico 15 – Utilização da capacidade instalada da indústria de transformação: Brasil (jan./04-ago.05)

Fonte: CNI. *Indicadores industriais*. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Dados com ajuste sazonal.

⁴¹ CNI. Sondagem conjuntural: indústria de transformação: Brasil: série histórica. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em 15 dez. 2005

⁴² BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n. 70, set. 2005.

to de 5,3% da Formação Bruta de Capital Fixo em 2005 e de 7,3% em 2006. Com isso, o IPEA estima que a taxa de investimento – a preços do ano anterior – passe de 18,8% em 2004 para 19,9% em 2005 e 20,3% em 2006.

O índice médio de utilização da capacidade instalada da CNI revelou que o Estado do Ceará apresentou a mais alta utilização da capacidade instalada entre os estados nordestinos pesquisados⁴³. O NUCI de agosto do Estado atingiu 79,6% – abaixo do observado em julho (81,4%) e agosto do ano anterior (80,5%). Entre os setores que apresentaram um maior NUCI no Estado, destacam-se têxtil (92,8%), vestuário (80,8%), metalúrgico (80,1%) e calçados (79,4%) (Tabela 18).

O Estado de Pernambuco teve um incremento de 1,6% no NUCI em agosto em relação a julho de 2005. Por outro lado, observou-se um decréscimo de 3,7% na comparação com agosto do ano anterior.

O NUCI da Bahia cresceu 0,8% no mês de agosto em relação a julho. Comparativamente a agosto de 2004, observou-se uma retração de 3,2%.

Pesquisa do IBRE/FGV⁴⁴ mostrava que a maior preocupação com as possibilidades de esgotamento da capacidade produtiva nos próximos dois anos se encontrava no segmento de bens intermediários. Das empresas consultadas, 43% consideravam a existência de gargalos de oferta nesse setor nos próximos dois anos. Diante dessa constatação, investimentos estão previstos ou em realização no sentido de evitar o esgotamento da capacidade produtiva desse setor, beneficiando significativamente a região Nordeste.

A parceria entre a Petrobras e a PDVSA, estatal petrolífera venezuelana, para a construção de uma refinaria de petróleo em Pernambuco prevê investimentos de cerca de US\$ 2,5 bilhões com capacidade de processar 200 mil barris de petróleo pesado por dia. Segundo a Petrobras, cerca de 230 mil postos de trabalho devem ser gerados em quatro anos. Vale salientar que este é o primeiro projeto de refino aprovado pela diretoria da Petrobras desde a conclusão da refinaria do Vale do Paraíba (Revap) em 1979.

A entrada em operação da Usina Siderúrgica do Ceará (USC) tem prazo estimado em 30 meses, quando poderá produzir 1,5 milhão de toneladas de aço/ano. O consórcio é formado pe-

Tabela 18 – Ceará. Utilização da capacidade instalada: percentuais médio (ago/05)

Setores	Agosto 2005	Julho 2005	Agosto 2004
Minerais não-Metálicos	76,3	87,7	63,9
Metalúrgico	80,1	75,7	81,5
Químico	57,4	63,8	71,4
Têxtil	92,8	91,0	94,3
Vestuário	80,8	82,7	89,5
Calçados	79,4	81,6	89,7
Produtos Alimentares	77,9	77,8	80,5
Outros	76,7	78,9	72,3
Total da Indústria	79,6	81,4	80,3

Fonte: FIEC. *Informativo*, ano 14, n. 30. Disponível em: <www.fiec.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁴³ Para o Nordeste, os indicadores industriais da CNI dispõem de informações de Nível de Utilização da Capacidade Instalada para os estados do Ceará, Bahia e Pernambuco.

⁴⁴ FGV Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em 13 dez. 2005. Os dados dessa pesquisa foram reproduzidos na edição de n. 3 de BNB Conjuntura Econômica.

los grupos Danielli, da Itália, a empresa coreana DongKug e a brasileira Vale do Rio Doce. O investimento previsto é de US\$ 750 milhões, com financiamento de US\$ 110 milhões do BNDES. O funcionamento da USC permitirá a construção de um pólo metal-mecânico, possibilitando a atração de grandes empresas para a região.

Contrato de fornecimento de gás natural à USC firmado entre a Petrobras e o governo do Estado do Ceará prevê o fornecimento de gás natural à USC a partir de abril de 2008. Na fase de

operação comercial, a partir de 2009, o consumo da usina será de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural por dia, o suficiente para produzir 1,5 milhão de toneladas de placas de aço por ano.

De acordo com a Petrobras, o abastecimento da USC, instalada no complexo portuário do Pecém, implicará a construção do gasoduto Gasfor II, com previsão de entrada em operação em julho de 2008, aumentando a capacidade de transporte de gás natural de Guamaré (RN) para Pecém (CE). ●

6 - PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA

Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)⁴⁵ revelou que o crescimento da produção industrial no primeiro semestre foi acompanhado pela continuidade da evolução da produtividade iniciada em 2004. Vale salientar que a produtividade da indústria brasileira se encontrava estagnada desde o final dos anos 1990.

O incremento de produtividade de 3,2% no primeiro semestre de 2005 ocorreu com crescimento da produção (5,0%), do pessoal ocupado (2,3%) e de horas pagas (1,8%). As taxas de crescimento do pessoal ocupado e das horas pagas foram superiores às observadas no mesmo período de 2004, embora tenha se verificado uma desaceleração da produção considerando essa mesma base de comparação (Tabela 19).

Essa associação entre crescimento da produtividade, do pessoal ocupado e das horas pagas reverte um quadro observado na década de 1990 quando as empresas líderes passaram a implementar ajustes microeconômicos visando à redução de custos de produção que se caracterizaram essencialmente pela redução do grau de integração vertical (terceirização crescente das funções secundárias e dos serviços de apoio), pelo aumento das importações de bens intermediários e pela substituição da produção local por produtos importados, culminando em desemprego acentuado, num contexto de reduzidas taxas de crescimento da economia.

A aceleração do processo de reestruturação produtiva nesse período se associou à redução do ritmo de crescimento da produção, provo-

Tabela 19 – Brasil. Indústria geral: principais indicadores acumulados. Produção, horas pagas, pessoal ocupado e Produtividade. Variações (%) - (jan.-jun./04)

Variáveis	Variação %			
	2004		2005	
	Jan.- Dez	Jan.- Jun	Jan.- Jun.	Junho
Prod. Física (PF)	8,3	8,3	5,0	6,3
Horas Pagas (HP)	2,1	0,6	1,8	1,0
Pessoal Ocupado (PO)	1,8	0,2	2,3	1,3
Prod. Física/Horas Pagas (PF/HP)	6,1	7,6	3,2	5,2
Prod. Física/ Pessoal Ocupado (PF/PO)	6,4	8,1	2,6	4,9

Fonte: IBGE (PIM-PF, PIMES). IEDI. *Produtividade industrial no primeiro semestre de 2005: desempenho e perspectivas (set./05)*. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁴⁵ IEDI. *Produtividade industrial no primeiro semestre de 2005: desempenho e perspectivas (set./05)*. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 05.

cando uma redução significativa dos empregos industriais não compensada pela criação de empregos no terciário. Deste fato, a produtividade evoluiu significativamente.

Em uma situação de abertura ao mercado internacional e de estabilidade dos preços, o recurso às novas tecnologias e a rápida difusão de técnicas organizacionais centradas na intensificação da utilização do trabalho se fizeram cada vez mais presentes. Face às imposições da competitividade, os ganhos de produtividade foram obtidos através de mecanismos ligados à difusão de sistemas de produção mais flexíveis e menos custosos, repercutindo negativamente sobre a capacidade de criação de empregos da economia brasileira.

Estes mecanismos se revelam poupadores de empregos e de salários na medida em que são baseados na substituição da produção nacional por produtos importados, na disseminação das práticas de terceirização e na eliminação de segmentos da produção e de empresas consideradas pouco competitivos.

A busca absoluta de competitividade, decorrente desse novo processo, justificou a diminuição do emprego e dos rendimentos do trabalho, que se tornaram as principais variáveis de ajuste dos preços e da produção industrial. Ressalta-se ainda que estas transformações ocorreram num período de fortes oscilações do ritmo de atividade econômica.

Observou-se assim, ao longo da última década, o crescimento do desemprego estrutural em todo o País e da precarização do trabalho provocado pela reestruturação produtiva nas indústrias expostas à concorrência internacional, num contexto recessivo de queda da produção industrial e na ausência de políticas públicas de geração de empregos e renda.

A emergência do desemprego estrutural caracterizou-se essencialmente pela sua manutenção mesmo em períodos de retomada da atividade econômica. Ou seja, observou-se, durante os anos 1990, que os empregos destruídos nas fases de recessão não foram recuperados nas fases de reativação. Além do mais, os empregos eliminados no setor industrial, devido à reestruturação produtiva, não foram totalmente absorvidos pelos serviços.

No que se refere aos rendimentos médios dos trabalhadores, estes também apresentaram a mesma configuração estrutural do desemprego. Ou seja, a queda dos rendimentos observada durante os períodos recessivos não foi recuperada pela retomada do crescimento.

O processo de ajuste das empresas na década de noventa trouxe mudanças importantes na indústria de transformação. Dados divulgados pelo IEDI⁴⁶ com base nas contas nacionais revelam maior participação dos setores intensivos em capital e em recursos naturais no valor adicionado da indústria de transformação no período de 1990 a 2003. A siderurgia, por exemplo, evoluiu de 3,6% em 1990 para 6,8% em 2003 sua participação no valor adicionado. Já o setor de refino de petróleo e indústria petroquímica alcançava 10,8% do valor adicionado em 1990 e passou para 17,6% em 2003. Vale destacar o crescimento da participação do segmento de fabricação e manutenção de tratores (de 8,8% para 12,6%), refletindo principalmente o dinamismo do agronegócio nos últimos anos.

Em termos de produtividade, os setores voltados para o agronegócio, química, siderurgia, bens de capital, bens duráveis de consumo e segmentos intermediários intensivos em recursos naturais foram os destaques. No período 1990-2003, a evolução da produtividade implicou a queda do nível de emprego nesses setores (Tabela 20).

⁴⁶ Id.

Por outro lado, os setores tradicionais intensivos em mão-de-obra, que perderam importância na estrutura industrial brasileira, apresentaram um menor dinamismo em termos de produtividade e mantiveram praticamente inalterada a oferta de empregos. Foi o caso da indústria de calçados e de vestuário.

O crescimento da produtividade nos últimos dois anos está relacionado tanto à realização de investimentos visando à ampliação e à modernização do aparelho produtivo quanto a ajustes defensivos envolvendo a adoção de técnicas organizacionais, bem como estratégias de especi-

alização/desverticalização da estrutura industrial. A estabilização dos níveis de capacidade não utilizada num contexto de crescimento da produção industrial reflete essa nova configuração.

Dos dezessete setores analisados, dez registraram aumentos de produtividade no primeiro semestre de 2005. Porém, somente em três a expansão foi acompanhada por aumento da produção e das horas pagas – máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação; minerais não metálicos; e máquinas e equipamentos. Nos outros sete setores, o

Tabela 20 – Brasil. Participação do valor adicionado e do pessoal ocupado na indústria de transformação. Percentagem (1990 e 2003).

Atividades	Valor Adicionado		Pessoal Ocupado	
	1990	2003	1990	2003
INTENSIVO EM CAPITAL	3,5	1,4	2,2	1,4
Fabricação de Aparelhos e Equip. de Material Elétrico	3,6	6,8	1,5	1,0
Siderurgia	10,8	17,6	1,0	0,7
Ref. de Petróleo e Indústria Petroquímica	4,3	2,6	3,2	2,6
Fabricação de Outros Veículos, Peças e Acessórios	4,7	4,4	2,2	1,8
Fabricação de Produtos Farmacêuticos e de Perfumaria	2,7	2,4	1,3	1,4
Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	8,8	12,6	5,7	7,5
Indústria Têxtil	5,9	1,5	4,5	2,7
Fabricação de Aparelhos e Equipe de Material Eletrônico	4,4	2,1	1,8	1,1
INTENSIVO EM TRABALHO				
Fabricação de Elementos Químicos Não-petroquímicos	3,0	4,6	1,0	0,8
Outras Indústrias Alimentares e de Bebidas	4,0	3,5	7,0	7,4
Resfriamento e Preparação do Leite e Laticínios	1,0	0,7	0,7	0,7
Fabricação de Outros Produtos Metalúrgicos	5,4	4,1	7,8	8,5
Abate e Preparação de Carnes	1,9	2,0	2,5	2,7
Fabricação de Calçados e de Artigos de Couro e Peles	1,7	1,3	4,8	4,7
Fabricação de Artigos de Vestuário e Acessórios	4,1	2,0	18,5	19,7
INTENSIVO EM RECURSOS NATURAIS				
Fabricação Ref. Óleos Vegetais e Gorduras para Alimentaç.	1,1	1,8	0,6	0,4
Fabricação de Minerais Não-metálicos	5,0	4,0	6,0	4,7
Metalurgia dos Não-ferrosos	2,0	1,8	0,8	0,8
Indústria de Papel e Gráfica	4,5	6,3	5,0	5,0
Indústria do Café	0,6	1,2	0,8	0,8
Indústria de açúcar	0,9	2,2	0,9	1,0
Beneficiamento de Produtos de Origem Vegetal, Incl. Fumo	3,0	2,3	3,6	3,6
Serrarias e fabricação de Artigos de Madeira e Mobiliário	3,7	2,9	9,7	10,8
Indústria da Borracha	1,6	1,7	0,9	0,6
Indústrias Diversas	2,7	2,2	2,9	4,0
Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Contas nacionais do Brasil, IEDI. Produtividade industrial no primeiro semestre de 2005: desempenho e perspectivas (set./05). Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB ETENE Conjuntura Econômica.

crescimento da produtividade ocorreu com diminuição das horas pagas, com ênfase para os segmentos vinculados à indústria tradicional. Nesse grupo, os ganhos de produtividade são, em geral, superiores àqueles que assinalaram crescimento na produtividade com expansão das horas pagas. Prevaecem nesses segmentos ajustes defensivos que implicam investimentos de substituição ou de mudanças organizacionais. Nos outros seis setores, constatou-se um declínio da produtividade pelo fato de a expansão da produção ter sido inferior ao incremento das horas pagas.

Todos os estados da federação investigados pela pesquisa do IBGE⁴⁷ assinalaram incremen-

tos da produtividade no primeiro semestre de 2005, com exceção de Bahia e Pernambuco. Vale registrar que somente Minas Gerais apresentou uma taxa de crescimento da produtividade superior à verificada em similar período de 2004.

O Ceará apresentou uma variação positiva de 3,3%, destacando-se os setores de minerais não metálicos (53,0%) e produtos de metal, excluindo máquinas (25,3%). Em minerais não metálicos, foi determinante para a expansão da produtividade o aumento da produção física (41,5%), enquanto em produtos de metal, o aumento da produção (12,8%) foi acompanhado por uma redução das horas pagas (-10,0%). O destaque negativo ficou por conta da meta-

Tabela 21 – Brasil. Indicadores acumulados de produção física (PF), horas pagas (HP) e produtividade (PF/PH) por setores de atividade (jan.- Jun./05)

Setores Industriais	Produção Física (PF)	Horas Pags (HP)	PF/HP
Indústria Geral	5,0	1,8	3,2
Indústria Extrativa	10,4	-2,0	12,6
Indústria de Transformação	4,7	1,8	2,8
CRESCIMENTO NA PRODUTIVIDADE COM EXTENSÃO NAS HORAS PAGAS			
Minerais Não Metálicos	5,0	0,7	4,2
Máq. Equip. Excl. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	4,0	2,8	1,1
Máq. Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	10,9	3,3	7,3
Fab. de Meios de Transporte	11,2	11,2	0,0
CRESCIMENTO NA PRODUTIVIDADE COM DECLÍNIO NAS HORAS PAGAS			
Vestuário	3,5	-3,1	6,9
Calçados e Couro	2,5	-9,9	13,8
Madeira	1,5	-4,5	6,3
Papel e Gráfica	6,7	-0,8	7,6
Produtos Químicos	3,5	-1,2	4,7
Borracha e Plástico	0,6	-2,3	2,9
Fab. Outros Produtos, da Ind. De Transformação	5,4	-3,5	9,2
DECLÍNIO NA PRODUTIVIDADE COM EXPANSÃO NAS HORAS PAGAS			
Alimentos e Bebidas	4,9	7,4	-2,4
Têxtil	1,4	4,0	-2,5
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	0,0	15,6	-13,5
Metalurgia Básica	-2,2	5,0	-6,9
Prod. De Metal Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,5	5,1	-0,6
DECLÍNIO NA PRODUTIVIDADE COM DECLÍNIO NAS HORAS PAGAS			
Fumo	-3,7	-1,1	-2,6

Fonte: IBGE. (PIM-PF, PIMES), IEDI. *Produtividade industrial, emprego e salário*. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁴⁷ IBGE. PIM-PF, PIMES. IEDI. *Produtividade industrial, emprego e salário*. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Tabela 22 – Brasil e unidades da Federação. Indicador acumulado de produtividade (PF/PH). Variação % – Base: igual período do ano anterior (2004 - 2005)

Locais	Jan.- Jun./04	Jan.- Dez./04	Jan.-Jun./05
Brasil	7,6	6,1	3,2
Ceará	4,6	9,2	3,3
Pernambuco	5,5	3,4	-0,3
Bahia	9,4	6,9	-0,7
Minas Gerais	0,3	0,4	2,7
Espírito Santo	6,8	4,9	4,7
Rio de Janeiro	7,2	6,2	3,4
São Paulo	10,4	9,8	3,9
Paraná	4,8	6,9	4,6
Santa Catarina	7,0	8,2	2,8
Rio Grande do Sul	8,2	7,1	2,6

Fonte: IBGE. PIM-PF e PIMES. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

lurgia básica (-27,6%), que registrou um aumento das horas pagas (14,1%) mesmo com queda na produção (-17,5%) (Tabela 22).

Já a indústria pernambucana registrou uma diminuição da produtividade de 0,3%. Dos oito setores investigados, somente minerais não-metálicos (7,9%) assinalou crescimento da produtividade. As maiores quedas ocorreram nos setores de refino de petróleo e álcool (-73,4%) e têxtil (-28,4%). O recuo na produtividade foi decorrente do aumento das horas pagas no

segmento refino de petróleo e álcool e queda na produção no setor têxtil.

O recuo de 0,7% da produtividade da indústria baiana decorreu dos resultados negativos dos setores metalurgia básica (-19,6%) e refino de petróleo e álcool (-6,0%). O fator determinante para esse baixo desempenho dos dois setores foi o aumento das horas pagas (12,2% e 4,1%, respectivamente) associado à queda na produção. ●

7 - COMÉRCIO

As informações divulgadas através da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE⁴⁸, relativas ao desempenho do comércio varejista, revelam uma expansão de 6,47% no volume de vendas realizadas em agosto de 2005, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, acima, portanto, do índice verificado em julho último (4,49%). Com esse resultado, as vendas do comércio varejista acumuladas até agosto de 2005 registraram uma expansão de 4,86%, relativamente ao mesmo período de 2004. O faturamento do setor, por sua vez, cresceu quase 10% sobre igual mês de 2004.

Dentre as diversas atividades que compõem o setor, apenas o segmento de combustíveis e lubrificantes apresentou, pelo oitavo mês consecutivo, variação negativa (-5,96%). Este desempenho é explicado pela elevação dos preços

dos combustíveis bem acima da média (8,1% em 12 meses, segundo o IPCA), o que tem limitado o consumo destes produtos. Neste ano, esse setor apresentou uma queda de -6,97% em relação ao período janeiro-agosto de 2004.

Por outro lado, as demais atividades de comércio varejista tiveram crescimento no volume de vendas, como foi o caso dos ramos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com taxa de expansão de 4,07%; móveis e eletrodomésticos, 16,61%; tecidos, vestuário e calçados, 10,51%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 11,78%; equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, livros, jornais, revistas e papelaria, 6,45%; e outros artigos de uso pessoal e doméstico, 16,31%. (Tabela 23).

Tabela 23 – Brasil: Indicadores de desempenho de comércio varejista segundo grupos de atividades PMC – (ago/05)

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal	Acumulação	
	Taxa de Variação	Taxa de Variação	
	Ago.05/Ago.04	No Ano	12 meses
COMÉRCIO VAJERISTA*			
1. Combustíveis e Lubrificantes	6,47	4,86	6,30
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	-5,96	-0,67	-3,94
3. Tecidos, Vest. e Calçados	4,07	3,44	5,59
4. Móveis e Eletrodomésticos	10,51	3,77	3,25
5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria	16,61	18,86	19,84
6. Equip. e Mat. Para Escritório, Informática e Comunicação	11,78	4,49	-
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	63,76	43,60	-
8. Outros Arts. de Uso Pessoal e Doméstico	6,45	1,50	-
	16,31	13,76	-
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO**	5,47	3,35	-
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	5,42	2,30	6,54
10. Material de Construção	-2,91	-5,54	-

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio: (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Notas: (*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

(**) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

⁴⁸ IBGE. Pesquisa mensal do comércio: (ago. 05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005

Em termos de influência sobre o desempenho da taxa mensal de expansão do comércio, o maior impacto positivo foi proveniente do setor de móveis e eletrodomésticos, que vem sendo beneficiado pela manutenção de condições favoráveis do crédito direto ao consumidor, bem como pelos empréstimos pessoais consignados em folha. Isso influenciou para que a taxa acumulada ao longo de 2005, até agosto, fosse de 18,86% e de 19,84% nos últimos 12 meses. Já o ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que registrou recuperação das vendas no mês de agosto, com importância para a formação da taxa do comércio varejista, teve sua expansão decorrente da manutenção do nível de ocupação e aumento no rendimento médio real pelo terceiro mês consecutivo, nas seis regiões metropolitanas tendo como fonte a Pesquisa Mensal de Emprego – PME⁴⁹.

Em termos dos estados nordestinos, observa-se que as maiores taxas de crescimento do volume de transações, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, ocorreram na Paraíba

(28,1%), Sergipe (22,6%), Rio Grande do Norte (21,3%) e Maranhão (20,4%) (Tabela 24).

Por outro lado, as maiores contribuições para a composição da taxa do comércio varejista nacional vieram das transações realizadas pelas empresas localizadas nas regiões metropolitanas da Bahia, Pernambuco e Ceará, quando o faturamento do comércio varejista, de acordo com a PMC⁵⁰, apresentou, no período de janeiro a agosto de 2005, uma elevação de, respectivamente, 13,07%, 21,26% e 21,83%, relativamente ao mesmo período do ano anterior (Tabela 25).

Dentre as atividades varejistas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza, percebe-se que as maiores variações, em termos de faturamento, no decorrer dos oito primeiros meses de 2005, ocorreram nos ramos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (136,66%), móveis e eletrodomésticos (38,04%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (31,79%) e livros, jornais, revistas e papeleria (26,28%). Esse desempenho do ramo de equipamentos e materiais para escritório é

Tabela 24 – Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado*, por unidade de Federação (ago./05)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Ago.05/Ago.04	Acumulado (**)	
		No Ano	12 meses
BRASIL	6,5	4,9	6,3
Maranhão	30,5	20,4	17,4
Piauí	34,9	18,7	13,2
Ceará	23,4	15,6	13,2
Rio Grande do Norte	23,7	21,3	18,4
Paraíba	39,6	28,1	22,2
Pernambuco	16,8	14,8	13,4
Alagoas	22,5	18,4	16,3
Sergipe	29,7	22,6	16,1
Bahia	11,5	7,9	8,7

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio: (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Notas: *Base do ano: Igual período do ano anterior = 100

** Base 12 meses: 12 meses imediatamente anteriormente aos 12 últimos meses =100

⁴⁹ IBGE. Pesquisa mensal do emprego. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁵⁰ IBGE. Pesquisa mensal do comércio. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Tabela 25 – Variação de receita nominal no comércio varejista, por atividade nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife (ago./05)

Atividades	Jan.-Ago.05/Jan.-Ago.04			Ago./2005/ Ago./2004		
	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife
Comércio Varejista	21,83	13,07	21,26	28,37	13,38	22,53
Combustíveis e Lubrificantes	21,76	0,53	32,22	27,49	-2,72	34,87
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	15,49	8,39	17,66	24,12	5,85	15,08
Tecidos, Vestuários e Calçados	21,84	29,05	16,42	30,56	36,49	18,97
Móveis e Eletrodomésticos	38,04	49,54	44,94	39,46	63,30	60,20
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	10,58	14,61	7,83	22,71	22,53	11,80
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	26,28	7,98	18,40	9,74	10,64	18,92
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	136,66	31,70	102,90	164,09	-13,25	132,92
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	31,79	17,37	9,83	25,28	18,80	4,79

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio: (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

explicado basicamente pela ocorrência da apreciação cambial do real em relação ao dólar, que vem tornando os produtos de informática (hardware e software) relativamente mais baratos, enquanto o segmento de móveis e eletrodomésticos vem experimentando os efeitos dinâmicos da demanda sobre as atividades, provocados pelas condições favoráveis do crédito direto ao consumidor.

Na região metropolitana de Recife, cujo crescimento das receitas de vendas do comércio varejista foi de 21,3%, no período de janeiro-agosto de 2005, observa-se que todos os ramos de comércio localizados nessa região experimentaram variação positiva no período, sendo as maiores contribuições provenientes da expansão do faturamento registrado nos ramos de equi-

pamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (102,9%), móveis e eletrodomésticos (44,9%) e combustíveis e lubrificantes (32,2%).

Com relação à região metropolitana de Salvador, verifica-se que as empresas ligadas aos ramos de combustíveis e lubrificantes e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação foram as únicas a registrarem queda nas receitas de vendas no mês de agosto de 2005, em relação ao mesmo mês do ano anterior, com taxas de, respectivamente, -2,7% e -13,3%. No acumulado do ano, entretanto, todos os ramos apresentaram variação positiva nas receitas de vendas. Os maiores crescimentos foram verificados nos ramos de móveis e eletrodomésticos (expansão de 49,5%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (31,7%). ●

8 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

8.1 - Agricultura

O sexto e último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)⁵¹ para a safra 2004/2005 aponta redução na quantidade produzida de grãos, em 4,7% ou 5,6 milhões de toneladas, confirmando previsões anteriores de safra menor. A estimativa é que a produção fique em 113,48 milhões, ante 119,11 milhões de toneladas, da safra anterior (Tabela 26). Dos produtos da lavoura brasileira que tiveram sua produção elevada, cabe destaque para a mamona, cujo incremento foi de 95,5%, passando de 107,3 mil para 209,8 mil toneladas. Dos principais produtos, o arroz, a soja e o feijão aumentaram suas produções, na safra 2004/2005, em 3,1%, 2,6% e 2,2%, respectivamente. O produto que mais influenciou na redução da safra atual foi o milho, cuja produção caiu de 42,13 milhões para 34,98 milhões de toneladas, ou seja, 17,0% menor.

A principal causa para a menor safra foram os problemas climáticos ocorridos nas maiores regiões produtoras do país. Analisando por produto, no caso do algodão, as condições climáticas adversas em todo o ciclo vegetativo da planta reduziram a sua produtividade, mas não prejudicaram a qualidade do produto, conforme alegaram os produtores. A produção do algodão em pluma foi 1,7% inferior à safra 2003/2004.

A maior produção de arroz justifica-se pela ampliação da área plantada nos cerrados brasileiros, em especial os estados do Mato Grosso, Bahia e Piauí, estados em expansão de fronteiras agrícolas, onde existem grandes áreas de terras que foram incorporadas à produção. O Estado do Maranhão, apesar de estar na mesma situação dos outros estados, obteve menor evolução em sua área plantada, de 3,5%.

No caso do feijão, as duas primeiras safras ficaram bastante prejudicadas pelas condições climáticas do Centro-Sul do País, o que elevou os preços deste produto. Já a terceira safra apresentou-se bem melhor frente à safra 2003/2004, com a produção passando de 707,4 mil para 958,7 mil toneladas, incremento de 35,5%. Essa maior produção fez os preços reduzirem-se novamente. De acordo com a CONAB⁵², a saca de 60kg de feijão que estava cotada a R\$ 120,00, no início da safra baiana, recuou para R\$ 45,00 e R\$ 50,00, em agosto de 2005.

Dois fatores influenciaram negativamente a safra 2004/2005 de milho: as más condições climáticas, reduzindo a produtividade, e a baixa cotação em relação à soja, que reduziu a área plantada no país. A produção de milho ficou em 34,98 milhões em 2004/2005, contra 42,13 milhões de toneladas, em 2003/2004, 17,0%

⁵¹ CONAB. Disponível em: <www.conab.gov.br/safra>. Acesso em: 15 dez. 2005.

⁵²Id.

Tabela 26 – Brasil: estimativa da produção de grãos. Safras 2003/2004 e 2004/2005. Mil toneladas

Produto	Safra		Variação	
	03/04	04/05	Percentual	Absoluta
Algodão-carçoço ⁽¹⁾	2.099,20	2.110,30	0,50	11,10
Algodão-pluma	1.309,40	1.286,70	-1,70	-22,70
Amendoim Total	217,30	301,70	38,80	84,40
Amendoim 1º Safra	176,30	244,40	38,60	68,10
Amendoim 2º Safra	41,00	57,30	39,80	16,30
Arroz	12.829,40	13.227,30	3,10	397,90
Aveia	411,00	433,30	5,40	22,30
Centeio	3,50	3,40	-2,90	-0,10
Cevada	367,20	386,70	5,30	19,50
Feijão Total	2.978,30	3.044,40	2,20	66,10
Feijão 1º safra	1.235,10	1.101,20	-10,80	-133,90
Feijão 2º Safra	1.035,80	984,50	-5,00	-51,30
Feijão 3º Safra	707,40	958,70	35,50	251,30
Girassol	85,80	62,50	-27,20	-23,30
Mamona	107,30	209,80	95,50	102,50
Milho Total	42.128,50	34.976,90	-17,00	-7.151,60
Milho 1º Safra	31.554,20	27.272,40	-13,60	-4.281,80
Milho 2º Safra	10.574,30	7.704,50	-27,10	-2.869,80
Soja	49.729,70	51.090,10	2,60	1.297,40
Sorgo	2.014,10	1.567,70	-22,20	-446,40
Trigo	5.851,30	5.845,90	-0,10	-5,40
Triticale	228,60	220,50	23,20	-3,50
Brasil ⁽²⁾	119.114,20	113.480,50	-4,70	-5.633,70

Fonte: CONAB. *Levantamento:* (ago./2005). Disponível em: <www.conab.gov.br/safras>. Acesso em: 15 dez. 2005.

Nota: (1) Produção de caroço de algodão.

(2) Exclui a produção de algodão em pluma.

menor. A produtividade reduziu-se para 2.909 kg/ha, ou 11,7% menor em relação à safra anterior (3.296kg/ha). Já a área plantada decresceu 5,9%, passando de 12,78 para 12,03 milhões de hectares.

Apesar das condições climáticas desfavoráveis, a cultura da soja obteve maior produção, relativamente à safra anterior (2003/2004), passando de 49,8 milhões para 51,1 milhões de toneladas, incremento de 2,6%. Sua área plantada evoluiu 9,0% (de 21,38 milhões para 23,3 milhões de hectares). Isto foi resultado da maior rentabilidade, liquidez e o valor do produto, comparados à cultura do milho. Mesmo assim, a produtividade observada foi menor, de 2.193kg/ha ante 2.329kg/ha, da safra 2003/2004, redução de 5,8%.

A região Nordeste (nos cerrados) não sofreu os mesmos problemas climáticos que acometeram a região Centro-Sul (Gráfico 16). Observam-se bons indicadores para aquela região em termos de produção do algodão (a única a ter variação positiva, a 12,2%, em caroço, e 11,4%, em pluma), do arroz (7,1% – terceiro melhor desempenho, depois das regiões Norte e Sudeste), do feijão (19,0% – atrás apenas do Centro-Oeste), da mamona (93,3% – atrás apenas do Sudeste) e da soja (11,7% – atrás das regiões Norte e Sudeste). Apenas a produção de milho obteve resultado negativo, com -3,3%.

A região Sul foi a mais afetada pelas más condições climáticas, na safra 2004/2005. Todas as culturas tiveram decréscimo de produção, com destaque para o milho (-29,4%), o feijão (-24,8%) e a soja (-21,6%).

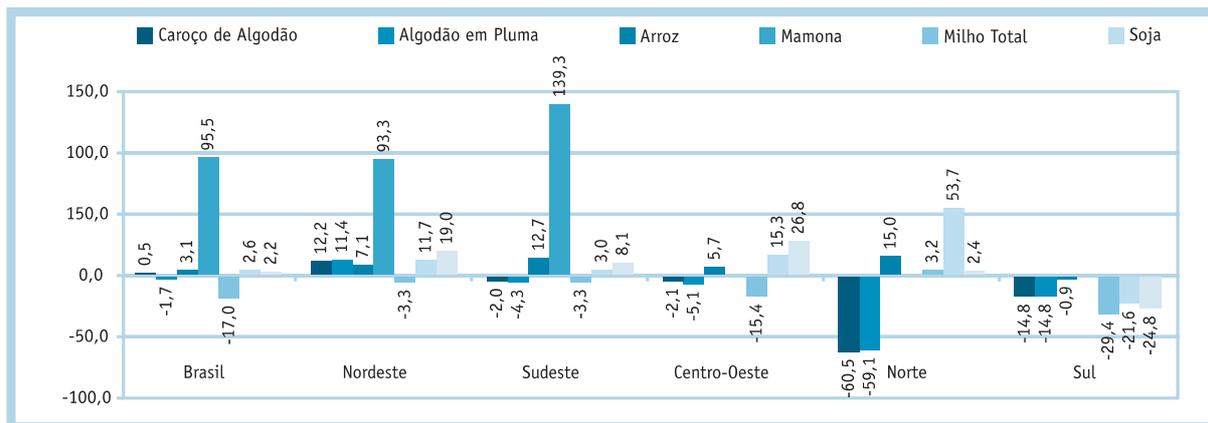


Gráfico 16 – Variação da produção entre as safras 2003/2004 e 2004/2005, do Brasil e grandes regiões. Percentagem.

Fonte: CONAB. *Levantamento:* (ago./05). *Elaboração:* Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: A CONAB não faz levantamento da produção de mamona nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na região Sul, somente houve produção na safra 2004/2005, portanto não há como medir variação.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE⁵³, realizado em agosto de 2005, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no país, sofreu decréscimo de 5,23%, o que dá 113,13 milhões de toneladas (Gráfico 17). Em 2004, a produção chegou a 119,37 milhões de toneladas, diferença de 6,0 milhões de toneladas em relação a

este ano. Destaque para os seguintes produtos: mamona (37,46%), mandioca (12,04%) e feijão 3ª safra (10,7%). Dos produtos que obtiveram desempenho negativo, destaque para o milho tanto da primeira, quanto da segunda safra, com quedas de 12,5% e 28,8%, respectivamente. Segundo o LSPA e a Conab, as causas para menor produção na safra 2004/2005 foram os

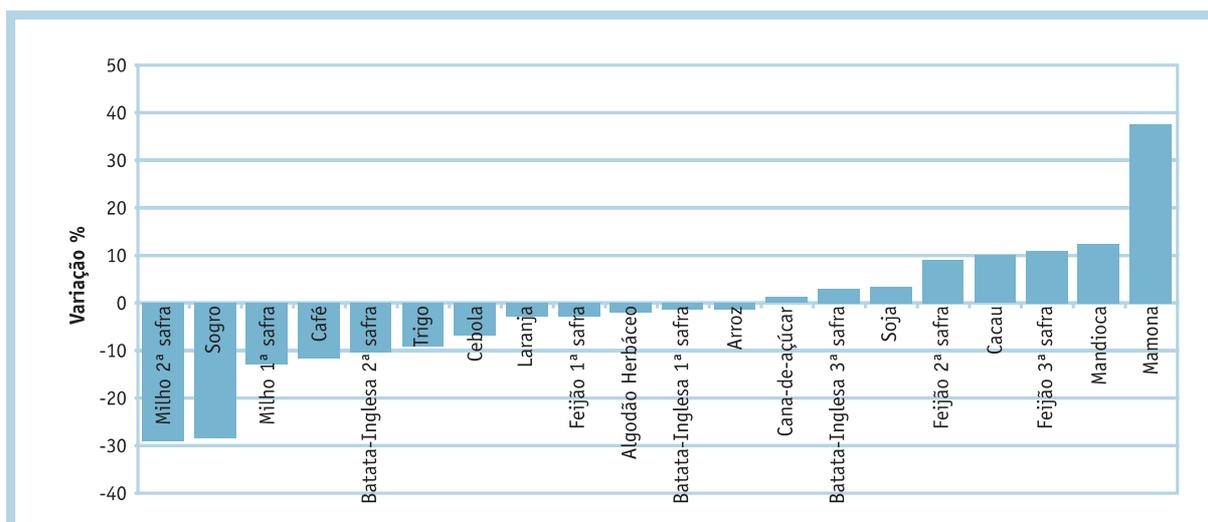


Gráfico 17 – Variação da produção entre as safras 2004 e 2005. Percentagem.

Fonte: IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola:* (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁵³ IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola.* Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em 15 dez. 2005.

problemas climáticos ocorridos na região Centro-Sul do país.

Quanto à participação regional, o Centro-Oeste passou a ser a maior região produtora do país, com 37,29% da safra, incremento de 5,49% em relação à safra anterior (Gráfico 18). A região Sul reduziu sua participação para

34,63%, inferior 19,77%, comparada à safra de 2004. As outras regiões que elevaram suas participações foram: Norte, incremento de 14,81%, passando para 3,61%; e Nordeste, incremento de 7,87%, passando para 8,91%. A região Sudeste reduziu sua participação, produzindo 15,56% da safra nacional, menos 0,23%.

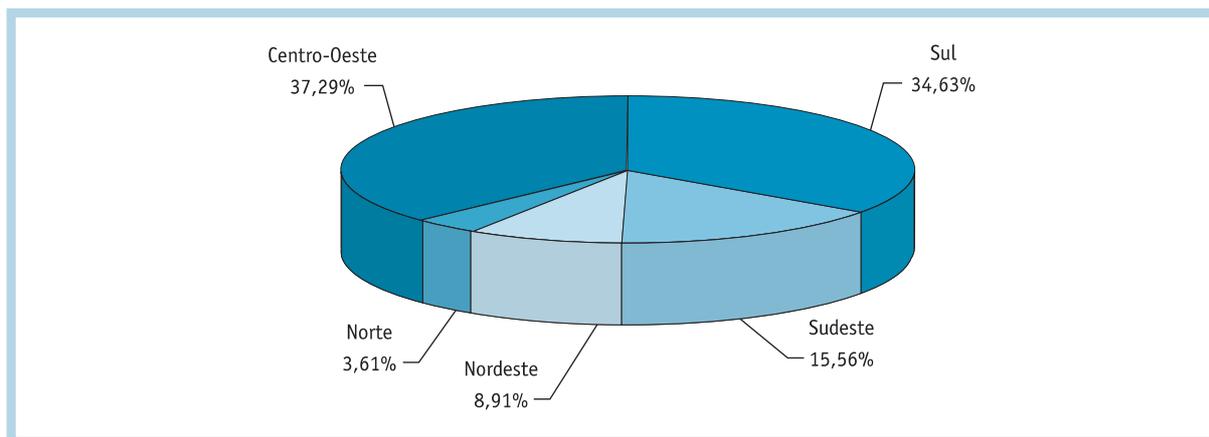


Gráfico 18 – Participação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas segundo as grandes regiões brasileiras, na safra 2005. Percentagem.

Fonte: IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola: (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

8.2 - Pecuária

A partir do mês de setembro, a Conab e a Embrapa Suínos e Aves⁵⁴ passaram a divulgar uma pesquisa sobre o custo da produção de aves e suínos no país. O resultado do primeiro levantamento foi anunciado em coletiva, no dia 22 de setembro de 2005, pelo presidente da Conab e representantes da Embrapa, em Brasília. O estudo terá periodicidade mensal e subsidiará o governo e o mercado nas definições de políticas de preços para estes setores.

A primeira divulgação, contemplando os meses de maio, junho e julho de 2005, aponta maior custo de produção de aves para os dois estados

pesquisados do Nordeste: Ceará e Pernambuco (Tabela 27). No mês de julho/2005, os custos por quilo de frango, para o Ceará, ficaram em R\$ 1,701, R\$ 1,760 e R\$ 1,765, para os tipos de aviário automático, climatizado e manual, respectivamente. Aplicando o preço do frango vivo a R\$ 1,550, no Estado, todos os tipos de aviário apresentaram custos superiores. O item com maior peso nos custos de produção foi a ração, representando 56,05% dos custos totais, no sistema manual (julho/05).

Em Pernambuco, os custos se apresentam ainda mais elevados. Para o mês de julho/2005, os custos foram R\$ 1,979, R\$ 1,966 e R\$ 2,043, para

⁵⁴ CONAB; EMBRAPA SUÍNOS E AVES. Disponível em: <www.conab.gov.br/download/safra/CustofrangoporUF.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2005.

os tipos de aviário automático, climatizado e manual, respectivamente. Com o preço a R\$ 1,70 por quilo do frango vivo, os custos são superiores, igualmente ao Ceará. Os custos com ração representaram 64,38% do total no sistema manual (julho/05).

Mato Grosso apresentou melhor desempenho na produção de aves, com menor custo, com valores em R\$ 1,211, R\$ 1,212, e R\$ 1,225, para os tipos de aviário manual, automático e climatizado, respectivamente. Diferentemente dos estados nordestinos, o tipo de aviário com menor custo foi o manual. Com preço mais atrativo, R\$ 2,000 por quilo de frango vivo, o Estado adquiriu margens positivas nos três tipos de

aviário, com melhor desempenho para o manual, de R\$ 0,789.

Estas condições evidenciam a necessidade de a atividade localizar-se em áreas próximas à região produtora dos principais insumos (milho e soja) ou possuírem sistemas de produção mais eficientes. Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento⁵⁵, no maior Estado produtor de grãos do Nordeste, a Bahia, o preço do milho estava cotado a R\$ 13,50 a saca de 60kg (Praça de Barreiras), posição de 28/08/2005, preço bem inferior ao observado em Fortaleza, de R\$ 21,50, cujo estado (Ceará) é o terceiro maior produtor nordestino do grão. De acordo com o IBGE⁵⁶, a situação dos produ-

Tabela 27 – Custo de produção de frango de corte (jul./2005) (R\$/Frango)

CUSTOS	RS	SC	PR	PE	CE	SP	MG	MT	MS	GO
AVIÁRIO MANUAL										
Custos fixo total	0,138	0,129	0,250	0,232	0,107	0,166	0,106	0,167	0,174	0,134
Custo variável total	3,203	3,610	3,123	5,487	4,659	3,314	3,440	3,041	3,388	2,970
Custo total	3,341	3,739	3,328	5,719	4,766	3,480	3,546	3,208	3,562	3,104
Custo por quilo de frango	1,392	1,626	1,447	2,043	1,765	1,450	1,364	1,211	1,344	1,242
Preço de frango vivo (R\$/kg)	1,250	1,160	1,360	1,700	1,560	1,300	1,400	2,000	2,000	1,400
Saldo (R\$/kg)	-0,142	-0,466	-0,087	-0,343	-0,215	-0,150	0,036	0,789	0,656	0,158
AVIÁRIO AUTOMÁTICO										
Custo fixo total	0,149	0,175	0,144	0,249	0,206	0,234	0,151	0,174	0,189	0,139
Custo variável total	3,165	3,578	3,070	4,698	4,425	3,301	3,427	3,037	3,394	2,921
Custo total	3,314	3,753	3,214	4,947	4,631	3,356	3,578	3,211	3,583	3,060
Custo por quilo de frango	1,380	1,632	1,397	1,979	1,710	1,473	1,376	1,212	1,362	1,224
Preço de frango vivo (R\$/kg)	1,250	1,160	1,360	1,700	1,560	1,300	1,400	2,000	2,000	1,400
Saldo (R\$/kg)	-0,131	-0,472	-0,037	-0,279	-0,151	-0,173	0,024	0,788	0,648	0,176
AVIÁRIO CLIMATIZADO										
Custo fixo total	0,147	0,151	0,162	0,231	0,234	0,249	0,166	0,240	0,243	0,141
Custo variável total	3,109	3,500	3,030	4,114	4,165	3,273	3,394	3,007	3,381	2,914
Custo total	3,256	3,651	3,192	4,345	4,399	3,522	3,560	3,247	3,624	3,055
Custo por quilo de frango	1,357	1,587	1,398	1,966	1,760	1,468	1,304	1,225	1,368	1,222
Preço de frango vivo (R\$/kg)	1,250	1,160	1,360	1,700	1,560	1,300	1,400	2,000	2,000	1,400
Saldo (R\$/kg)	-0,167	-0,427	-0,028	-0,266	-0,210	-0,168	0,096	0,775	0,632	0,178

Fonte: CONAB; EMBRAPA. Disponível em: <www.conab.gov.br/download/safra/CustoFrangoporUF.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: * Este dado apresenta-se inconsistente, tendo em vista o custo total calculado pela CONAB/EMBRAPA ser de R\$ 4,631 e o peso final do frango para o tipo automático de aviário ser 2,72kg. Calculando o custo por quilo de frango, chega-se a R\$ 1,701/Kg.

⁵⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2005.

⁵⁶ IBGE. PAM. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>. Acesso em 15 ago. 2005.

tores de Pernambuco é mais desfavorável, pois o Estado produziu, em 2004, apenas 2,27% do milho regional. O Estado necessita importar boa parte do milho para suprir o consumo interno. Já os estados do Centro-Sul do país estão em melhores condições, por disporem de sistemas integratórios mais eficientes, o que reduz sensivelmente os custos, mesmo o preço do milho encontrando-se mais elevado que o observado na Bahia.

O custo de produção de suínos varia entre R\$ 1,532/kg, no Mato Grosso do Sul, e R\$ 2,466/kg,

em Pernambuco. Novamente, os Estados do Nordeste estão entre os de maiores custos, em especial, para o item ração. Os gastos com ração, em Pernambuco, chegam a 82,47% do total na criação de suínos. O Rio Grande do Sul aparece em seguida, com 77,45%, acompanhado de perto pelo Ceará, com 77,30%. Por outro lado, Goiás e São Paulo apresentam os menores custos com alimentação, com 59,00% e 62,29%, respectivamente. Apesar disto, estes Estados apresentam elevados custos, em virtude dos gastos com produtos veterinários (Goiás, 10,31%) e mão-de-obra (São Paulo, 11,16%).

Tabela 28 – Custo de produção de suínos para abate (jul./05) (R\$/KG)

ITENS DE CUSTO	RS	SC	PR	SP	MS	MT	GO	MG	PE	CE
Custos fixos	0,061	0,067	0,058	0,078	0,057	0,093	0,065	0,034	0,018	0,050
Depredação das Instalações	0,017	0,019	0,017	0,067	0,045	0,046	0,005	0,038	0,009	0,025
Depredação dos Equipamentos	0,018	0,019	0,017	0,028	0,020	0,029	0,017	0,012	0,006	0,032
Remuneração s/ Capital Médio										
Remuneração s/ Reprodutores	0,005	0,005	0,006	0,008	0,007	0,005	0,007	0,006	0,010	0,021
Remuneração s/ Capital de Giro	0,007	0,007	0,006	0,009	0,005	0,005	0,007	0,007	0,010	0,017
Custos Fixo Médio	0,108	0,117	0,104	0,190	0,134	0,178	0,101	0,097	0,053	0,146
Custos Variáveis										
Alimentação	1,516	1,360	1,183	1,471	1,036	1,012	1,123	1,306	2,029	1,662
Mão-de-Obra	0,071	0,074	0,145	0,277	0,063	0,077	0,146	0,134	0,106	0,110
Produtos Veterinários	0,027	0,021	0,017	0,130	0,090	0,017	0,204	0,029	0,030	0,022
Transporte	0,067	0,079	0,060	0,068	0,128	0,075	0,157	0,085	0,064	0,046
Energia e Combustível	0,008	0,010	0,008	0,070	0,007	0,033	0,019	0,006	0,025	0,015
Manutenção e Conservação	0,021	0,023	0,020	0,034	0,024	0,035	0,020	0,015	0,007	0,019
Funrural	0,046	0,046	0,046	0,053	0,046	0,017	0,058	0,049	0,039	0,053
Eventuais	0,086	0,078	0,071	0,102	0,064	0,062	0,083	0,079	0,113	0,093
Custos Variável Médio	1,842	1,691	1,540	2,205	1,398	1,358	1,809	1,703	2,413	2,010
Custo Total Médio	1,950	1,808	1,644	2,395	1,532	1,536	1,910	1,800	2,466	2,155
Preço do Suíno	2,000	1,990	1,870	2,030	2,000	1,860	2,130	2,130	1,800	2,300
Saldo	0,060	0,182	0,228	-0,365	0,468	0,314	0,220	0,330	-0,666	0,145

Fonte: CONAB; EMBRAPA. Disponível em: <www.conab.gov.br/download/safra/CustoFrangoporUF.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2005.
Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

8.3 – Agronegócio

No levantamento para o primeiro semestre de 2005, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior

de Agricultura “Luis de Queiroz” (Esalq), e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) estimaram menor PIB agropecuário⁵⁷. Segundo

⁵⁷ INDICADORES RURAIS. São Paulo, ano IX, n. 63, set. 2005.

estas instituições, o setor rural brasileiro apresenta desaceleração, com retração no seu produto interno. No mês de junho, o setor primário da agropecuária reduziu em 1,38% relativamente ao mês anterior. No acumulado de 2005, a redução foi ainda maior, de 5,18%. Este desempenho é justificado pela forte retração da agricultura brasileira (-8,57%), uma vez que a pecuária obteve menor redução em seu setor primário (-0,22%) (Tabela 29). Quanto ao agronegócio global, a retração foi de 0,75% para a agropecuária, influenciada fortemente pela redução na venda de insumos, menos 3,78%. Já para a indústria e a distribuição, observam-se resultados positivos, de 2,94% e 0,24%, respectivamente, mesmo o setor de dis-

tribuição tendo reduzido novamente sua participação em junho (-0,31%).

Desagregando os valores do PIB por setores da agropecuária, notam-se comportamentos distintos entre a agricultura e a pecuária. Enquanto na agricultura a redução na produção de insumos foi de 6,05%, na pecuária houve crescimento de 0,17%. O primeiro caso é resultado do adiamento pelo produtor na compra de matéria-prima pela expectativa de margem apertada da produção agrícola, em virtude dos menores preços contra maiores custos de produção. No ramo industrial, o PIB do agronegócio da agricultura obteve melhor desempenho, de 3,20% ante 1,42% para pecuária. Quanto à distribuição, houve variação positiva no acumulado do ano

Tabela 29 – Brasil: PIB do agronegócio. Taxas de crescimento mensal (%)

2005	AGROPECUÁRIA				
	Básico ^(a)	Agronegócio Global ^(b)	Insumos	Indústrias	Distribuição
Janeiro	-0,0321	0,2727	0,1056	0,4895	0,3626
Fevereiro	-0,5797	0,0354	-0,2590	0,4715	0,1993
Março	-1,0094	-0,2381	-0,5282	0,2940	-0,0534
Abril	-0,9382	-0,0852	-0,6123	0,5855	0,1018
Maio	-1,3559	-0,2597	-1,0602	0,6663	-0,0542
Junho	-1,3756	-0,4727	-1,4754	0,4002	-0,3140
Acumulado no ano	-5,1819	0,7470	-3,7766	2,9421	0,2409
2005	AGRICULTURA				
Janeiro	0,0898	0,3124	0,0614	0,5193	0,4178
Fevereiro	-0,9512	0,0031	-0,4810	0,4997	0,2074
Março	-1,7166	-0,3817	-0,9011	0,3006	-0,1443
Abril	-1,6022	-0,1857	-0,9906	0,6096	0,0404
Maio	-2,1883	-0,3428	-1,6557	0,7512	-0,0662
Junho	-2,3271	-0,6120	-2,2300	0,4866	-0,3726
Acumulado no ano	-8,5697	-1,2033	-6,0552	3,2085	0,0806
2005	PECUÁRIA				
Janeiro	0,0523	0,1748	0,1823	0,3194	0,2342
Fevereiro	-0,0368	0,1151	0,1252	0,3106	0,1805
Março	0,0147	0,1160	0,1132	0,2562	0,1584
Abril	0,0065	0,1613	0,0319	0,4476	0,2442
Maio	-0,1907	-0,0565	-0,0564	0,1791	-0,0265
Junho	-0,0702	-0,1331	-0,2239	-0,0988	-0,1784
Acumulado no ano	-0,2242	0,3778	0,1721	1,4216	0,6133

Fonte: INDICADORES RURAIS. São Paulo. Ano IX, n. 63 set. 2005. (Dados originais de CNA/CEPEA)

Notas: (A) Somente os setores primários da agropecuária, agricultura e pecuária.

(B) Todo o agronegócio da agropecuária, agricultura e pecuária.

para os dois setores, de 0,08% para a agricultura e 0,61% para a pecuária.

De acordo com o CEPEA/CNA⁵⁸, observou-se ainda redução na produção física e nos preços médios dos produtos da agropecuária. A agricultura apresentou produção física 1,13% e preços médios 7,53% menores enquanto a pecuária apresentou redução em seus preços médios de 2,53%, mesmo elevando sua produção física em torno de 2,37%.

Estima-se, para este ano, o PIB da agricultura em R\$ 79,78 bilhões contra R\$ 95,43 bilhões, em 2004, redução de 16,40% na renda obtida nas lavouras (Gráfico 19). Já a pecuária reduziu seu PIB em 0,46%, passando de R\$ 65,22 bilhões para 64,92 bilhões. Somando-se os dois, a agropecuária apresentou desempenho negativo de 9,92%. Em 2005, o agronegócio como um todo produzirá R\$ 527,84 bilhões, diferença de R\$ 6,14 bilhões em comparação ao ano de 2004. Isto representa redução de 1,15% no agronegócio brasileiro.

Assim como no ano anterior, em 2005 poderá haver mudanças na trajetória crescente da representação do agronegócio no PIB brasileiro, observada desde 2000. Em 2003, o agronegócio representava 30,6% do PIB brasileiro, contra 30,1%, em 2004. Considerando crescimento de 3,5% no PIB do País⁵⁹, o agronegócio passaria a representar 28,7% do PIB total, em 2005.

O valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) reduziu em R\$ 18,13 bilhões, ou 9,5% entre os anos 2004 e 2005 (Tabela 30). Em 2005, o VBP agropecuário será de R\$ 172,9 bilhões contra R\$ 191,0 bilhões, em 2004.

Observa-se forte impacto negativo entre os produtos agrícolas, em especial para os grãos. A agricultura apresentou queda de 15,0% em seu VBP, relativamente a 2004, reduzindo para R\$ 103,0 bilhões. As maiores retrações são observadas nas culturas da uva (-60,4%), do milho (-27,3%), da soja (-27,3%), do algodão em caroço (-22,4%) e do arroz (-18,7%). Esta queda acentuada é resultado da forte baixa dos

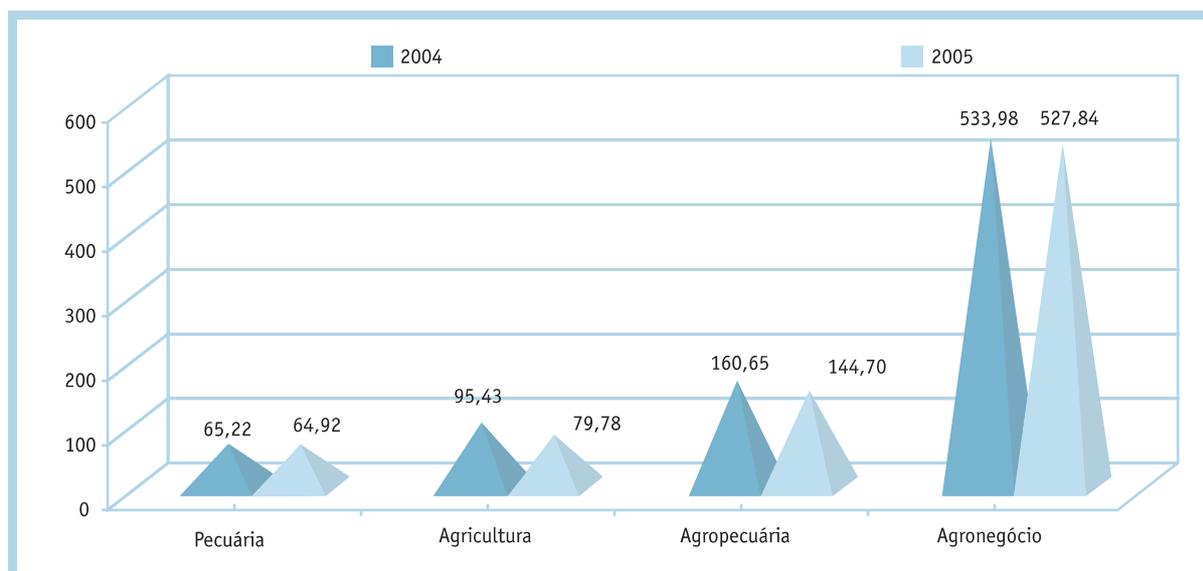


Gráfico 19 – PIB da agropecuária e do agronegócio a preços de 2004 (R\$ bilhões)

Fonte: INDICADORES RURAIS. São Paulo, ano IX, n. 63, set. 2005. (Dados originais de CONAB/IBGE).

⁵⁸ Id.

⁵⁹ BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza, n. 3, mar.-abr. 2005.

preços médios desses produtos entre 2004 e 2005, com exceção do milho, que teve redução maior na produção que no preço.

Enquanto a produção de uva decresceu 5,6%, seu preço médio baixou de R\$ 1,99 para R\$ 0,83, o quilo, resultado da qualidade inferior observada na colheita de 2005. Quanto à soja, sua produção foi 2,6% superior à safra de 2004 enquanto seu preço foi inferior em 29,1%. No caso do milho, sua produção decresceu 17,0% e seu preço, 12,1%, em 2005. Resultado, no caso da produção, de três anos consecutivos de redução de área plantada, além dos problemas climáticos e, no caso do preço, do excesso de oferta global.

Segundo a Conab⁶⁰, dentre os produtos agrícolas que obtiveram desempenho positivo, destacam-se a mamona, a batata inglesa, o café beneficiado e o sisal. Destes, três são importantes na agricultura nordestina. A produção da mamona, incentivada pelo governo federal, saltou de 107 mil para 210 mil toneladas, incremento de 96,3%. Por conta dessa elevação na produção, seu preço médio reduziu de R\$ 0,83 para R\$ 0,77 o quilo, 7,2% inferior, o que fez seu VBP elevar-se menos, de R\$ 88,9 milhões para R\$ 162,0 milhões (82,2%). Já o sisal, importante atividade agrícola no semi-árido brasileiro, obteve resultados positivos tanto do lado da produção quanto em seu preço médio, elevando o VBP para R\$ 185,6 milhões, em 2005, ante R\$ 168,9 milhões, em 2004. A produção saltou de 199 mil, em 2004, para 214 mil toneladas, em 2005, incremento de 7,5% e o seu preço médio passou de R\$ 0,85 para R\$ 0,87, no mesmo período. Espera-se que este melhore na safra 2005/2006, pois o preço mínimo do sisal, estipulado pelo governo federal,

desde agosto de 2005, está em R\$ 0,96, para o quilo do sisal bruto.

No setor pecuário, observa-se o VBP estagnado, se comparado a 2004. O incremento foi de apenas R\$ 13 milhões, ou 0,02%. Todos os itens da pecuária apresentaram variação positiva na produção, de 2,0% para suínos (de 2,68 milhões para 2,73 milhões de toneladas) a 6,0% para ovos (66,3 milhões para 70,30 milhões de caixas de 30 dúzias). Em compensação, os preços não tiveram o mesmo comportamento. Excetuando-se a carne suína e o leite, houve queda nos preços médios dos itens observados. O preço da carne bovina reduziu em 8,7%, fazendo o VBP retrair de R\$ 32,31 bilhões para R\$ 30,93 bilhões (-4,3%). A produção de carne de frango cresceu 5,4%, porém seu preço médio reduziu em 4,2%, de R\$ 1,92 para R\$ 1,84, o quilo. A suinocultura foi a atividade pecuária com melhor desempenho, em 2005. Apesar da produção ter evoluído somente 2%, o preço médio passou de R\$ 34,27 para R\$ 37,72 (10,2%), o que fez o VBP elevar-se em 12,4%, de R\$ 6,12 bilhões para R\$ 6,88 bilhões.

Outro fator que tende a impactar negativamente o VBP pecuário, em 2005, é a incidência da febre aftosa no Mato Grosso do Sul. Por conta dos casos ocorridos neste Estado, o abate de animais reduziu-se drasticamente. O primeiro foco foi registrado em 10 de outubro de 2005, em Eldorado, Mato Grosso do Sul.⁶¹ Havia a expectativa de que fossem exportados R\$ 3,1 bilhões em carne bovina, valor que deve se reduzir por conta da febre aftosa. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o PIB pecuário reduzirá em 3%⁶².

Apesar do embargo à carne brasileira, dado por diversos países compradores, espera-se que

⁶⁰ CONAB. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2005.

⁶¹ QUINTÃO, C.; MONTEIRO, V. Aftosa derruba preços da carne em SP. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 27 out. 2005. p. B-12. Agronegócio.

⁶² BALDI, N. Indústria reduz abates e transfere produção. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 out. 2005. p. B-12. Agronegócio.

Tabela 30 – Valor bruto da produção agropecuária brasileira: 2004 e 2005

Produtos	Produção			Preços Médios Reais ^(A) (base agosto/2005, pelo IGDI)			Valor Bruto Produção (VEP) R\$ Milhões		
	Unidade	2004	2005	Unidade	2004	2005	2004	2005	Var.%
Agrícolas							121.139,8	102.996,8	-15,0
Algodão em caroço ⁽¹⁾	mil t	3.409	3.396	Kg	1,43	1,11	4.869,9	3.769,4	-22,4
Amendóim ⁽¹⁾	mil t	217	302	kg	1,26	0,96	273,7	290,1	6,0
Arroz ⁽¹⁾	mil t	12.829	13.227	kg	0,71	0,56	9.068,7	7.371,5	-18,7
Banana ⁽²⁾	milhões de cachos de 10 dúzias	695	666	dúzia	0,63	0,61	4.304,3	4.180,6	-2,9
Batata Inglesa ⁽²⁾	mil t	2.931	2.849	kg	0,52	0,75	1.519,7	2.125,8	39,9
Cacau (em amêndoas) ⁽²⁾	mil t	196	214	15kg	67,88	58,62	880,5	835,5	-5,1
Café beneficiado ⁽¹⁾	mil sacos de 60 kg	39.272	33.328	60kg	225,36	302,98	8.860,0	10.097,6	14,1
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	mil t	416.256	419.033	t	30,13	31,36	12.539,8	13.142,5	4,8
Cebola ⁽²⁾	mil t	1.133	1.064	kg	0,70	0,62	790,5	657,5	-16,8
Feijão ⁽¹⁾	mil t	2.978	3.044	kg	1,26	1,25	3.753,4	3.795,2	1,1
Fumo ⁽²⁾	mil t	920	879	kg	4,55	4,40	4.185,2	3.868,5	-7,6
Laranja ⁽⁶⁾	milhões de caixas	448	434	cx	6,96	6,76	3.113,7	2.935,4	-5,7
Mamona ⁽¹⁾	mil t	107	210	kg	0,83	0,77	88,9	162,0	82,2
Mandioca ⁽²⁾	mil t	23.781	26.825	t	208,94	172,00	4.969,0	4.613,9	-7,1
Milho ⁽¹⁾	mil t	42.129	34.977	kg	0,33	0,29	14.094,9	10.234,3	-27,3
Sisal ⁽²⁾	mil t	199	214	kg	0,85	0,87	168,9	186,6	9,9
Soja ⁽¹⁾	mil t	49.793	51.090	kg	0,79	0,56	39.168,0	28.470,4	-27,3
Tomate ⁽²⁾	mil t	3.489	3.284	kg	0,94	0,92	3.271,0	3.021,4	-7,6
Trigo ⁽¹⁾	mil t	5.851	5.846	kg	0,46	0,38	2.701,9	2.231,1	-17,4
Uva ⁽²⁾	mil t	1.283	1.211	kg	1,99	0,83	2.547,9	1.008,5	-60,4
Pecuários							69.861,4	69.874,4	0,02
Carne bovina, eqc ⁽³⁾	mil t	8.360	8.750	15kg	58,05	53,02	32.316,9	30.931,0	-4,3
Frango ⁽⁴⁾	mil t	8.494	8.960	kg	1,92	1,84	16.319,9	16.426,0	0,6
Leite ⁽³⁾	milhões de litros	23.478	24.500	litro	0,50	0,50	11.683,8	12.299,4	4,7
Ovos ⁽⁴⁾	mil caixas de 30 caixas	66.318	70.297	dúzia	1,72	1,62	3.420,6	3.407,1	-0,4
Suínos ⁽⁵⁾	mil t	2.679	2.732	15kg	34,27	37,78	6.120,2	6.860,9	12,4
Total							191.001,2	172.871,2	-9,5

Fonte: (1) CONAB; (2) IBGE; (3) CNA; (4) UBA; (5) ABIPECS; (6) IEA-ESALQ/CEPEA-IBGE. Elaboração: CNA/Decon.

Nota: (A) FGV: preços reais pelos IGP-DI, média de janeiro a julho a preços de agosto/05 com base na variação dos preços da CONAB de junho a julho de 2005, café (média USP/ESALQ).

(*) Equivalente carcaça.

as exportações se reduzam menos que o estimado, quando o foco foi descoberto. Fatores que podem explicar esta tendência são: a reorganização das exportações dentro do território nacional – estados exportadores estão vendendo

no país, enquanto outros que não exportavam agora o fazem; o preço competitivo da carne brasileira e a falta de opções de países substitutos do Brasil no suprimento mundial, em quantidade e qualidade⁶³. ●

⁶³ CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Exportações de carne bovina em 2005 chegam a US\$ 3 bilhões, um novo recorde. Disponível em: <http://cna.interjornal.com.br/noticia_imprimir.kmf?noticia=3869501>. Acesso em: 16 nov. 2005.

9 - EMPREGO E RENDIMENTO

9.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de agosto, do IBGE⁶⁴, realizada nas grandes regiões metropolitanas no agregado, revelou que a taxa de desocupação (relação entre desocupados⁶⁵ e população economicamente ativa) foi de 9,4% pelo terceiro mês consecutivo. Apesar de estabilizada, esse resultado mantém a trajetória de queda iniciada em maio de 2004. Na comparação com agosto de 2004, observou-se uma

queda de 2,0 pontos percentuais. Vale salientar que a taxa de desocupação continua sendo a menor de toda a série pesquisada (Gráfico 20).

Todas as regiões metropolitanas investigadas registraram estabilidade na comparação com julho de 2005, com variação inferior a um ponto percentual. Já no confronto com agosto de 2004, somente Recife não verificou alteração na taxa de

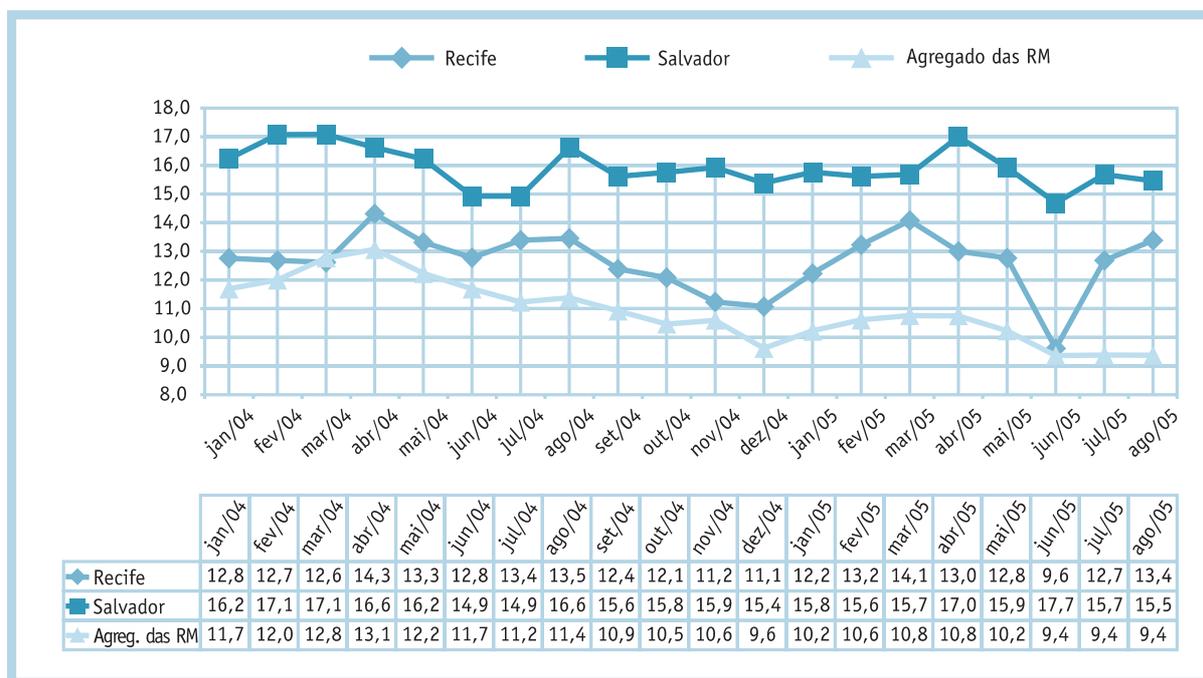


Gráfico 20 – Taxa de desocupação para o total das áreas cobertas pela PME, Salvador e Recife.

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁶⁴ IBGE. Pesquisa mensal do emprego. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁶⁵ O IBGE classifica como desocupadas as pessoas que não estão trabalhando, estão disponíveis para trabalhar e têm tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam a pesquisa.

desocupação. As maiores quedas foram observadas em Belo Horizonte (de 10,2% para 8,3%), Rio de Janeiro (de 8,6% para 7,4%) e São Paulo (de 12,6% para 9,4%) que ficaram abaixo da média nacional.

O número de pessoas exercendo algum trabalho estimado pela PME foi de 19,9 milhões em agosto de 2005, sendo 56,1% do sexo masculino e 43,9% do sexo feminino. Esse resultado significou um incremento de 2,4% em relação a agosto de 2004 – 469 mil pessoas a mais no contingente de ocupados.

De acordo com a PME, 47,3% das pessoas ocupadas tinham uma jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais e cerca de 34,0% acima de 45 horas semanais.

Já o número de pessoas desocupadas ficou em 2,1 milhões – queda de 17,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O maior percentual do contingente de desocupados encontra-se entre as mulheres que representam 53,1% do total em agosto. De acordo com a faixa etária, observa-se uma participação maior de desocupados para as pessoas entre 25 e 49 anos (46,3%), enquanto 38,3% tinham de 18 a 24 anos. A população desocupada com 50 anos ou mais representava somente 6,9% do total.

No que se refere às regiões nordestinas pesquisadas, Salvador e Recife permanecem com taxas de desocupação acima da média nacional. A taxa de desocupação de 15,5% observada em Salvador continua sendo a maior entre as regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE. Comparativamente ao mês anterior, a taxa de desocupação manteve-se estável e no confron-

to com igual mês do ano anterior, observou-se um recuo de 1,1 ponto percentual.

Salvador não registrou alteração significativa no número de pessoas ocupadas em relação ao mês anterior, enquanto que na comparação com agosto de 2004, constatou-se um crescimento 3,3%. O nível de ocupação⁶⁶ e a taxa de ocupação⁶⁷ permaneceram estáveis no mês de agosto em Salvador tanto na comparação com o mês anterior como no confronto com o mesmo mês do ano anterior.

Em Recife, a PME constatou uma nova tendência ascendente da taxa de desocupação que passou de 9,6% em junho para 13,4% em agosto. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o quadro foi de estabilidade.

Já a população ocupada não se alterou de forma significativa na região metropolitana de Recife na comparação com julho/2005 e no confronto com agosto/2004. Considerando o nível e a taxa de ocupação, os resultados revelaram estabilidade no mercado de trabalho, em ambas as comparações.

Para o município de Fortaleza, pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)⁶⁸ mostrou uma queda importante da taxa de desemprego aberto⁶⁹ de 17,4% em julho de 2005 para 16,1% em agosto de 2005. Entretanto, esse recuo está relacionado principalmente à redução da população economicamente ativa (PEA) que teve uma diminuição de 29.930 trabalhadores, de julho a agosto de 2005. De acordo com o IDT, a redução da PEA reflete tanto a diminuição da taxa de ocupação quanto do desemprego aberto (Tabela 31). Considerando a

⁶⁶ Proporção de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa.

⁶⁷ População ocupada em relação à população economicamente ativa.

⁶⁸ IDT. Ocupação e desemprego no município de Fortaleza. Disponível em: <www.idt.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁶⁹ Para o IDT, desemprego aberto está relacionado com as pessoas que, no período de referência (trinta dias imediatamente antes ao dia de realização da entrevista), não estavam exercendo nenhuma atividade, isto é, não tinham uma ocupação, e se encontravam pressionando o mercado de trabalho, através de medidas concretas de procura. Já a taxa de desemprego aberto é obtida pela determinação da proporção de pessoas na condição de desemprego aberto na população economicamente ativa.

Tabela 31 – Indicadores mensais do mercado de trabalho de Fortaleza (2004-2005)

Mês/ Ano	Ago./04		Jul./05		Ago./05	
	Taxa	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	
Pop. Economicamente Ativa	46,8	50,84	1.024,035	49,3	994,105	
Ocupação	38,3	41,44	834,691	40,9	824,610	
Ocupação Informal	52,3	53,80	449,064	54,2	446,526	
Desemprego Aberto	16,8	17,38	175,520	16,1	157,963	

Fonte: IDT. *Ocupação e desemprego no município de Fortaleza*. Disponível em: <www.idt.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

faixa etária, a pesquisa constatou uma queda expressiva do desemprego tanto entre os adultos (-7,8%) como entre os jovens (-5,9%).

No que tange às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, as informações das seis regiões investigadas pelo IBGE⁷⁰ revelam que nenhuma categoria registrou variação significativa comparativamente a julho de 2005. Contudo, em relação a agosto de 2004, constatou-se expansão de 6,2% dos empregados com carteira assinada no setor privado – aumento de aproximadamente 462 mil pessoas.

Os oito primeiros meses do ano assinalam uma progressão importante do emprego no setor privado com carteira assinada, passando de 8.629 mil em janeiro para 8.937 em agosto de 2005 – aumento de 3,5%. Já os trabalhadores sem carteira assinada, nesse mesmo intervalo, registraram um crescimento de apenas 1,2% (Tabela 32).

As regiões metropolitanas do Nordeste não apresentaram variação significativa no número de empregados com carteira assinada em agosto de 2005 na comparação mensal (mês/mês anterior) e anual (mês/mesmo mês do ano anterior) (Gráfico 21).

Tabela 32 – Trabalhadores com carteira e sem carteira assinada (jan./04-ago./05) (Mil pessoas)

Período	Com Carteira	Sem Carteira
Jan/04	8.259	4.128
Fev/04	8.233	4.115
Mar/04	8.266	4.119
Abr/04	8.255	4.272
Mai/04	8.383	4.350
Jun/04	8.407	4.345
Jul/04	8.424	4.365
Ago/04	8.424	4.395
Set/04	8.518	4.475
Out/04	8.575	4.474
Nov/04	8.689	4.452
Dez/04	8.662	4.579
Jan/05	8.629	4.411
Fev/05	8.744	4.328
Mar/05	8.788	4.321
Abr/05	8.812	4.396
Mai/05	8.986	4.434
Jun/05	8.969	4.448
Jul/05	8.917	4.455
Ago/05	8.937	4.466

Fonte: IBGE, PME (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁷⁰IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

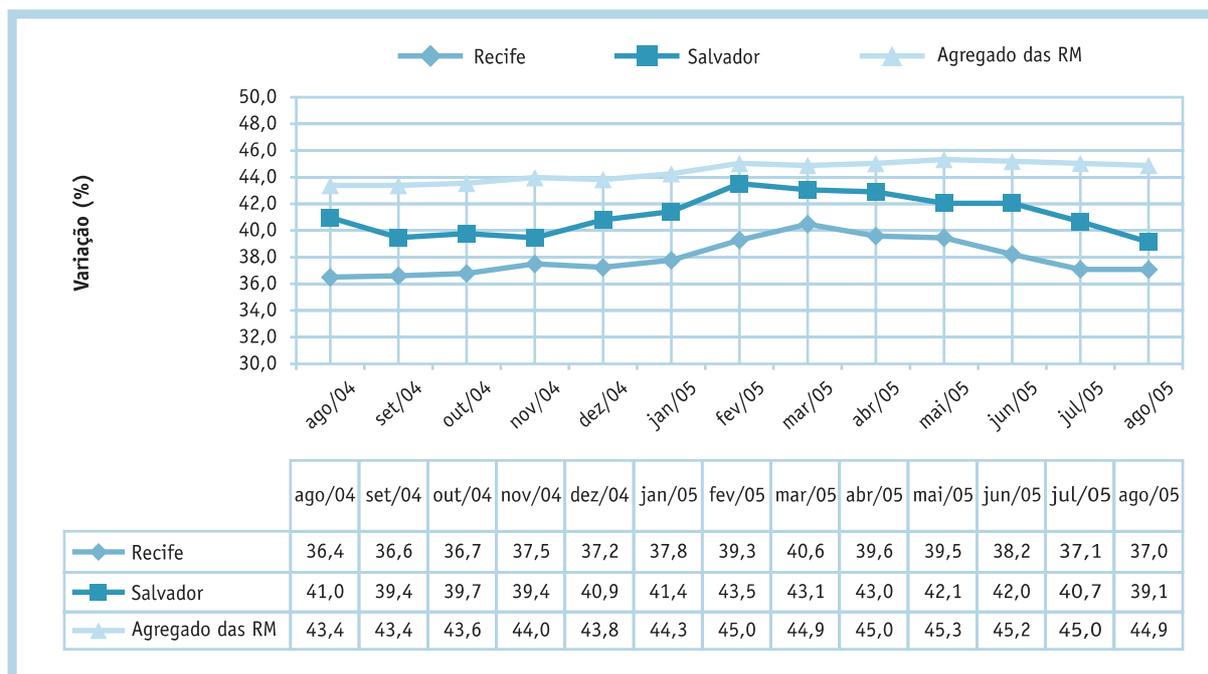


Gráfico 21 – Participação do número de trabalhadores com carteira no total da população ocupada para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (ago./04-ago./05).

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nas modalidades de inserção consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria), observou-se uma estabilidade em relação a julho de 2005 para as

regiões pesquisadas do Nordeste. Na comparação anual, entretanto, verificou-se um incremento expressivo dos trabalhadores sem carteira em Salvador (19,6%).

9.2 - Rendimento

Em agosto, o valor do rendimento médio real habitualmente recebido para o agregado das seis regiões investigadas foi estimado em R\$ 973,20 – aumento de 0,7% em relação a julho de 2005. É o quarto aumento consecutivo do rendimento médio da população ocupada. Já na comparação com o mesmo mês de 2003, esse rendimento médio aumentou 3,7% (Gráfico 22).

No que se refere aos rendimentos médios, relativos às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, os dados de agosto apontam para uma elevação nas três categorias de

trabalho na comparação mês/mês anterior e mês/mesmo mês do ano anterior. Os maiores incrementos foram registrados para as modalidades de inserção consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria) (Tabela 33).

Quando a comparação é feita com janeiro de 2005, a PME registra, para as regiões investigadas, crescimento no rendimento dos trabalhadores com carteira assinada (3,7%), enquanto o rendimento médio dos trabalhadores sem carteira assinalou um ligeiro crescimento de 0,4%.

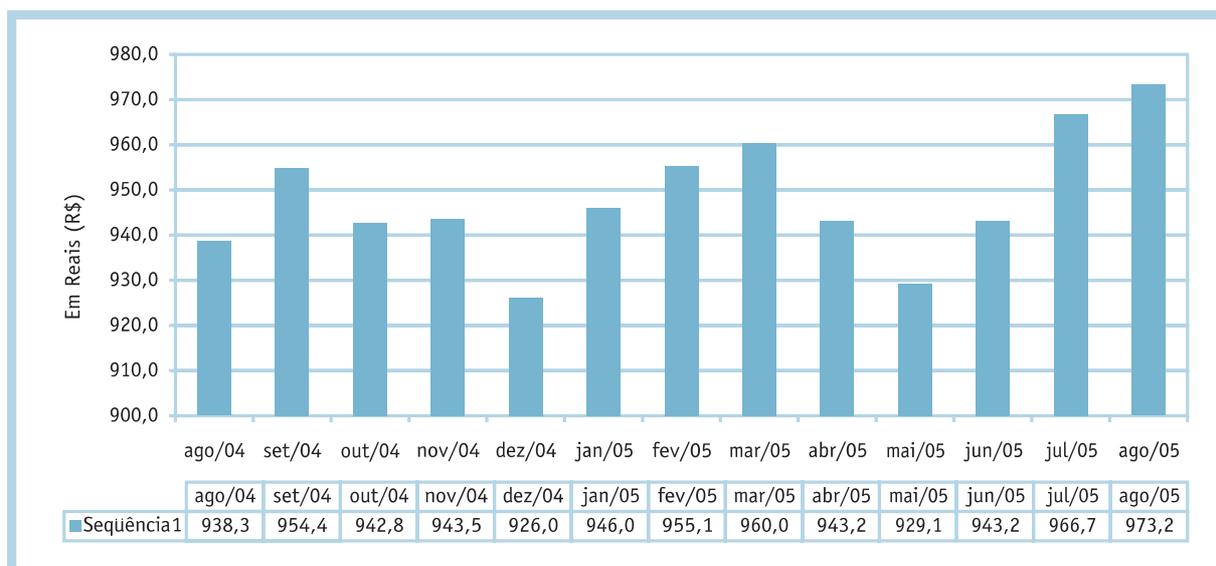


Gráfico 22 – Rendimento médio real habitualmente recebido para o total das áreas cobertas pela PME (ago./04-ago./05).

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETEBE Conjuntura Econômica.

Tabela 33 – Brasil: rendimentos médio real habitualmente recebido (R\$)

Categoria de Posição na Ocupação	Ago. de 2004	Jul. de 2005	Ago. de 2005	Ago.05/ Jul.05 (%)	Ago.05/ Ago.04 (%)
Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado	972,38	977,50	990,50	1,3%	1,9%
Empregados sem Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado	610,64	628,37	643,40	2,4%	5,4%
Trabalhadores por Conta Própria	741,13	759,96	772,00	1,6%	4,2%

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal do comércio: (ago./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

A expansão do rendimento médio do segmento “com carteira” resulta, sobretudo, das conquistas salariais obtidas pelos trabalhadores no primeiro semestre de 2005. Pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)⁷¹ revela que das 347 negociações salariais⁷² entre entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários avaliadas, 66% conseguiram rea-

justes superiores à inflação acumulada em 12 meses – para cada base – de acordo com o INPC-IBGE⁷³ e 18% reposição exata da inflação. Somente em 16% das negociações, os reajustes foram insuficientes para recompor a inflação (Tabela 34). Estas negociações salariais satisfatórias, certamente, são decorrentes em grande medida do bom desempenho da economia brasileira em 2004 e no primeiro semestre de 2005.

⁷¹ DIEESE. As negociações salariais no primeiro semestre de 2005. n. 10, ago./05. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁷² Vale salientar que foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos.

⁷³ DIEESE, op. cit.

Tabela 34 – Reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC – IBGE. Brasil (jan.-jun./96-05)

Ano	Total	Superior/Igual ao INPC - IBGE	
		Nº	%
1996	133	78	58,6
1997	355	197	55,5
1998	238	152	63,9
1999	169	90	53,3
2000	214	146	68,2
2001	339	242	71,4
2002	292	160	54,8
2003	363	152	41,9
2004	420	318	75,7
2005	347	290	83,6

Fonte: DIEESE. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

É o maior percentual de reajustes iguais ou superiores ao INPC-IBGE⁷⁴ conquistado pelos trabalhadores num primeiro semestre desde o início da pesquisa em 1996. Esse resultado somente é superado pelas negociações do segundo semestre de 2004, quando 90% dos reajustes foram iguais ou superiores à inflação (Tabela 35).

As regiões metropolitanas de Salvador e Recife assinalaram comportamentos semelhantes no mês de agosto. Salvador exibe um aumento de 4,5% do rendimento médio real em relação

ao mês anterior, confirmando a trajetória crescente do rendimento médio entre maio/2005 e agosto/2005. Na comparação com agosto de 2004, ocorreu um incremento de 6,6%.

Avaliando segundo as categorias de posição na ocupação, a categoria dos “com carteira no setor privado” registrou incremento do rendimento médio de 2,7% na comparação mês/mês anterior. Esse crescimento dos rendimentos já vem se observando pelo quarto mês consecutivo. Em relação a agosto de 2004, ocorreu aumento de 2,0%.

Tabela 35 – Distribuição de reajustes salariais em comparação com o INPC – IBGE, Brasil (jan.-jun./05)

Varição	Nº	%
Acima do INPC	228	65,7
Mais de 5%	1	0,3
De 4,01% a 5%	1	0,3
De 3,01% a 4%	8	2,3
De 2,01% a 3%	20	5,8
De 1,01% a 2%	98	28,2
De 0,01% a 1%	100	28,8
Abaixo do INPC	57	16,4
De 0,01% a 1%	42	12,1
De 1,01% a 2%	9	2,6
De 2,01% a 3%	2	0,6
De 3,01% a 4%	2	0,6
De 4,01% a 5%	2	0,6
Mais de 5%	0	0,0
Igual ao INPC	62	17,9
Total	347	100,0

Fonte: DIEESE. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁷⁴ Id.

Os rendimentos dos trabalhadores sem carteira de trabalho no setor privado também aumentaram 2,7% na comparação mês/mês anterior. Na comparação anual, o acréscimo foi de 12,1%.

Em Recife, o mês de agosto aponta para um ligeiro crescimento de 0,5% dos rendimentos médios dos trabalhadores com carteira assinada na comparação com julho de 2005. É a quarta progressão consecutiva nessa base de comparação. Por outro lado, os trabalhadores sem carteira no setor privado registraram uma redução de 1,3% nos seus rendimentos. Na comparação com agosto de 2004, o rendimento médio dos “com carteira” apresentou ampliação de

3,9%, enquanto os “sem carteira” tiveram uma queda de 3,0%.

A progressão dos rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado nos últimos meses, tal como para o agregado nacional, está fortemente vinculada aos resultados positivos obtidos pelos trabalhadores nas negociações salariais no primeiro semestre de 2005. De acordo com o Dieese⁷⁵, 49% de um total de 79 acordos coletados na região Nordeste resultaram em aumentos salariais reais. Apesar de positivos, os números para o Nordeste ficaram abaixo dos registrados nas regiões Sul (71%) e Sudeste (72%).

9.3 - Considerações Adicionais

Sobre a Criação de Empregos Formais

Segundo estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁷⁶, para o mês de agosto, o nível de emprego formal, no Brasil, mantém trajetória de crescimento. Verifica-se a tendência de expansão tanto no mês em análise quanto no acumulado do ano e nos últimos 12 meses, com um saldo líquido de 135.460 empregos, fruto de 1.071.798 admissões e 936.338 desligamentos, resultado esse superior ao do mês anterior (117.473 postos de trabalho).

Em agosto, o nível de emprego formal assinalou expansão de 0,53% em comparação ao mês anterior. Com relação ao mesmo mês do ano anterior, esse nível apresentou retração de 0,41 ponto percentual. Mesmo assim, representa um desempenho satisfatório, já que a traje-

tória de geração de postos de trabalho formal em 2004 destacou-se dos demais anos.

No acumulado do ano, foram criados 1.219.236 postos de emprego com carteira, o segundo melhor desempenho para o período. Já nos últimos 12 meses, o saldo é da ordem de 1.276.066, com variação de 5,19%.

Setorialmente, com exceção da agropecuária, os demais segmentos apresentaram saldo líquido positivo no balanço entre emprego e desemprego formais em agosto de 2005. A geração de postos de trabalho foi liderada pelo setor de Serviços, com a geração de 70.181 novos empregos, 52% do saldo mensal. Em seguida, vem o Comércio e a Construção Civil, representando, respectivamente, 32,0% e 13,5% de participação no saldo total. A Agropecuária registrou saldo negativo, no período, de 20.541,

⁷⁵ Id.

⁷⁶ BRASIL. MTE. CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Tabela 36 – Variação absoluta no acumulado do ano do emprego formal, segundo os setores de atividade econômica: Brasil

Mês/ Ano	Total das Atividades	Extrativa Mineral	Ind. de Transf.	S.I.U.P	Const. Cível	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Jan a Ago/02	819.999	3.307	146.994	4.773	21.402	133.638	261.565	27.346
Jan a Ago/03	677.912	5.465	137.361	2.081	-14.000	94.183	210.397	20.614
Jan a Ago/04	1.466.446	8.271	454.555	6.671	90.057	214.875	383.520	26.964
Jan a Ago/05	1.219.236	8.316	218.331	9.980	91.206	205.361	453.530	33.061

Fonte: BRASIL.MET. CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

sendo a maior perda desde dezembro de 2004. Isso se deve à presença de fatores sazonais no período, relacionados à entressafra no Centro-Sul do Brasil e à estiagem no Rio Grande do Sul e na Bahia.

No que se refere ao acumulado do ano, destaque para serviços que vêm mantendo sua performance de crescimento. Neste setor, foram gerados 453.530 postos de trabalho. Já a Indústria de Transformação (3,70%) demonstra uma expansão modesta em relação a 2004 (8,43%). O Comércio e a Agropecuária geraram, respectivamente, 205.361 e 199.400 empregos com carteira.

Com relação aos dados regionais, o Nordeste registrou, no mês de agosto, saldo líquido de 30.083 empregos formais, correspondendo a 22,2% do total dos empregos criados no Brasil. Esse resultado perde apenas para o Sudeste que apresentou um saldo de 73.196 postos de trabalho ou 54% do total nacional.

No período janeiro a agosto, a região Nordeste apresentou o melhor desempenho de ano. Com esse resultado, o Nordeste supera a região Norte, obtendo, assim, o terceiro melhor resultado entre as regiões brasileiras.

Todos os Estados da região Nordeste assinaram saldo positivo em julho, exceto Rio Gran-

de do Norte. No entanto, o Estado se recuperou em agosto, contabilizando 3.173 postos de emprego formal criados (variação de 1,24%). Já em agosto, foi Alagoas que eliminou 104 postos de emprego formal. Todos os outros Estados apresentaram acréscimos no trabalho formal em agosto.

Os dados do Caged⁷⁷, para o Estado do Ceará, demonstram que o nível de emprego formal continua a crescer pelo sexto mês consecutivo. Foram criadas 5.986 oportunidades de trabalho, o que representa uma elevação de 0,93% no contingente de trabalhadores com carteira assinada – aumento de 2.355 mil novos postos em relação a julho. No acumulado do ano, o Estado registra um saldo de 16.404 empregos formais uma elevação de 2,62%, segundo melhor desempenho entre os Estados nordestinos, sendo responsável por 22% do saldo da Região. Todos os setores apresentaram saldo positivo, com exceção da Extração Mineral. Esta foi responsável pela eliminação de 64 empregos formais (-0,83%). Os setores que mais empregaram no mês foram a Indústria de Transformação (1.924 mil ou 1,08%) e a Agropecuária (1.852 ou 10,22%). Sobre os municípios com mais de 50.000 mil habitantes, o Caged⁷⁸ indica que Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte foram responsáveis pela criação de 2.427, 532 e 265 empregos celetistas, respectivamente.

⁷⁷ Id.

⁷⁸ Id.

Tabela 37 – Evolução do emprego por nível geográfico: Região Nordeste

Nível Geográfico	Variação (%)		
	Ago/05	Acumulado no Ano	Últimos 12 Meses
Nordeste	0,81	2,02	4,54
Maranhão	0,53	4,82	5,61
Piauí	0,68	2,90	2,23
Ceará	0,94	2,62	4,62
Rio Grande do Norte	1,24	2,72	2,25
Paraíba	2,95	1,53	3,01
Pernambuco	0,73	0,28	4,68
Alagoas	-0,05	-12,59	2,06
Sergipe	0,52	2,15	5,26
Bahia	0,57	5,56	5,94

Fonte: BRASIL.MTE. CAGED. Disponível em: <www.caged.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

O Maranhão obteve saldo positivo pelo oitavo mês consecutivo, com a geração de 1.194 postos de emprego formal. Entre janeiro e agosto de 2005, o emprego com carteira assinada registrou um crescimento de 4,82%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, o que significa abertura de 10.398 ocupações formais. Os setores que mais contribuíram para esse desempenho foram Serviços (3.723), Agropecuária (2.476), e Comércio (2.333).

No mês de agosto, Pernambuco registrou o acréscimo de 5.250 postos de trabalho, incremento de 0,72%. Os setores que mais demandaram trabalho formal foram Serviços e Comércio que criaram, respectivamente, 2.541 e 2.354 empregos com carteira assinada. Por outro lado, a Agropecuária e a Extrativa Mineral eliminaram 845 postos de trabalho formal. No acumulado do ano, foram criados 1.990 empregos formais, sendo a Indústria de Transformação responsável pela perda de 11.535 ocupações.

Após três meses de crescimento, o Caged⁷⁹ registrou uma desaceleração na geração de emprego no Rio Grande do Norte, no mês de julho. Entretanto, o Estado apresentou uma recupera-

ção em agosto, fechando o mês com saldo positivo de 3.173 novos postos de trabalho e elevação de 1,22%. No acumulado do ano, o Estado registra aumento de 2,72%, o que significou 6.834 novas oportunidades de emprego. O destaque ficou para a Agropecuária que apresentou saldo de 1.721 – (8,82%) – novas frentes de trabalho (54% do saldo total do Estado), o Comércio e os Serviços registraram 0,99% e 0,56% respectivamente. Para os municípios com mais de 50.000 mil habitantes, o Caged⁸⁰ registra que, Mossoró (2,44%) e Natal (0,54%) criaram 762 e 725 novos postos de trabalho, respectivamente.

Após três meses consecutivos da retomada de criação de empregos, Alagoas apresentou um saldo negativo (-104), correspondendo à variação de -0,05% em agosto. Essa perda pode ser considerada pequena, comparada a março do mesmo ano que foi de 18.080. No acumulado do ano, a evolução de emprego formal também está desfavorável, registrando a eliminação de 30.889 empregos formais. A Indústria de Transformação (35.209) foi o principal setor responsável por essa perda, juntamente com a agropecuária (687) e Serviços Ind. Utilidade Pública (107). No entanto, nos últimos doze meses,

⁷⁹ Id.

⁸⁰ Id.

o Estado contabilizou a abertura de 4.325 postos de trabalho com carteira assinada.

O Caged⁸¹ indica que a Bahia apresentou o oitavo mês consecutivo de crescimento. Em agosto, o crescimento do emprego celetista foi de 0,56%, referente à abertura de 6.047 postos de trabalho. No acumulado do ano, foram criadas 56.549 frentes de trabalho, correspondente ao aumento de 5,56%. Vale salientar que o Estado foi o maior gerador de empregos na região Nordeste no ano e nos últimos 12 meses. Setores que se destacaram no mês de agosto foram: Serviços (3.713 vagas ou 0,82%), Construção Civil (1.961 vagas ou 3,07%) e Comércio (1.465 ou 0,57%). A Agropecuária apresentou o pior resultado do ano com um saldo negativo (-1,84%), fruto de apenas 6.401 contratações contra 8.054 desligamentos durante o mês de agosto. Entre os municípios com mais de 50.000 mil habitantes, Salvador (0,88%), Lauro de Freitas (1,37%) e Camaçari (1,81%) foram responsáveis pela criação de 3.420, 900 e 878 empregos formais, respectivamente.

De acordo com os dados da Caged⁸², Paraíba obteve o melhor desempenho da região Nordeste, tanto em termos absolutos quanto relativos, o que significa a criação de 6.256 postos de trabalho com carteira assinada. Os principais setores responsáveis por esse resultado foram a Indústria de Transformação (3.460), a Agropecuária (2.253) e Serviços (354). De janeiro a agosto do ano corrente, o resultado já é mais modesto, contabilizando 3.278 empregos formais gerados, um aumento de 1,53%.

Em agosto de 2005, foram abertos 1.444 postos de trabalho no Piauí, equivalente a um incremento de 0,68% em relação a julho. Setorialmente, a Indústria de Transformação (561), Serviços (271) e o Comércio (236) contribuíram para essa performance.

O nível de emprego formal assinalou um crescimento de 0,51% em Sergipe, correspondendo à geração de 837 postos de trabalho formal. No acumulado do ano, foram gerados 80.967 postos de trabalho formal. Destaque para a eliminação do contingente de trabalhadores com carteira assinada na Agropecuária entre janeiro a agosto de 2005, o qual totalizou a perda de 1.626.

Analisando setorialmente a região, verifica-se que os Serviços continuam a liderar o saldo mensal com 9.294 mil (30,89% do total), melhor do que no mês anterior, quando o saldo, para Serviços, ficou um pouco acima dos cinco mil empregos. Destaque também para o Comércio, 6.422 mil ou 21,35%. No acumulado do ano, os Serviços mantêm o destaque entre os setores, com 58.306 empregos formais o setor responde por 55% do total da Região seguido pelo Comércio, 28.284 mil, 27%. Muitos setores vêm apresentando um saldo negativo entre janeiro/agosto de 2005. É o caso da Indústria de Transformação que registrou 29.662 empregos perdidos no período. Outro setor que vem eliminando postos de trabalho é a Agropecuária que, apesar de ter apresentado saldo positivo no mês de agosto (3.641), apresentou saldo negativo no acumulado do ano de 2.241 mil. ●

⁸¹ Id.

⁸² Id.

10 - SETOR EXTERNO

10.1 - Balança Comercial Brasileira

O ano de 2005 tem sido um ano excepcional para o comércio exterior brasileiro. Durante todos os meses, os montantes exportados e importados bateram recordes históricos, relativamente aos valores registrados desde 1990.

Em agosto, o saldo comercial de US\$ 3,67 bilhões foi resultado de exportações (US\$ 11,35 bilhões) que cresceram 25,2%, e importações (US\$ 7,68 bilhões) 36,5% superiores às registradas no mesmo período de 2004.

No acumulado do ano, o saldo já alcança US\$ 28,34 bilhões e um crescimento de 29,4%, relativamente ao mesmo período de 2004. Como se pode depreender do Gráfico 23, constata-se que a expansão das exportações brasileiras tem superado sistematicamente o aumento das importações, ainda diante do crescimento das mesmas desde agosto de 2003.

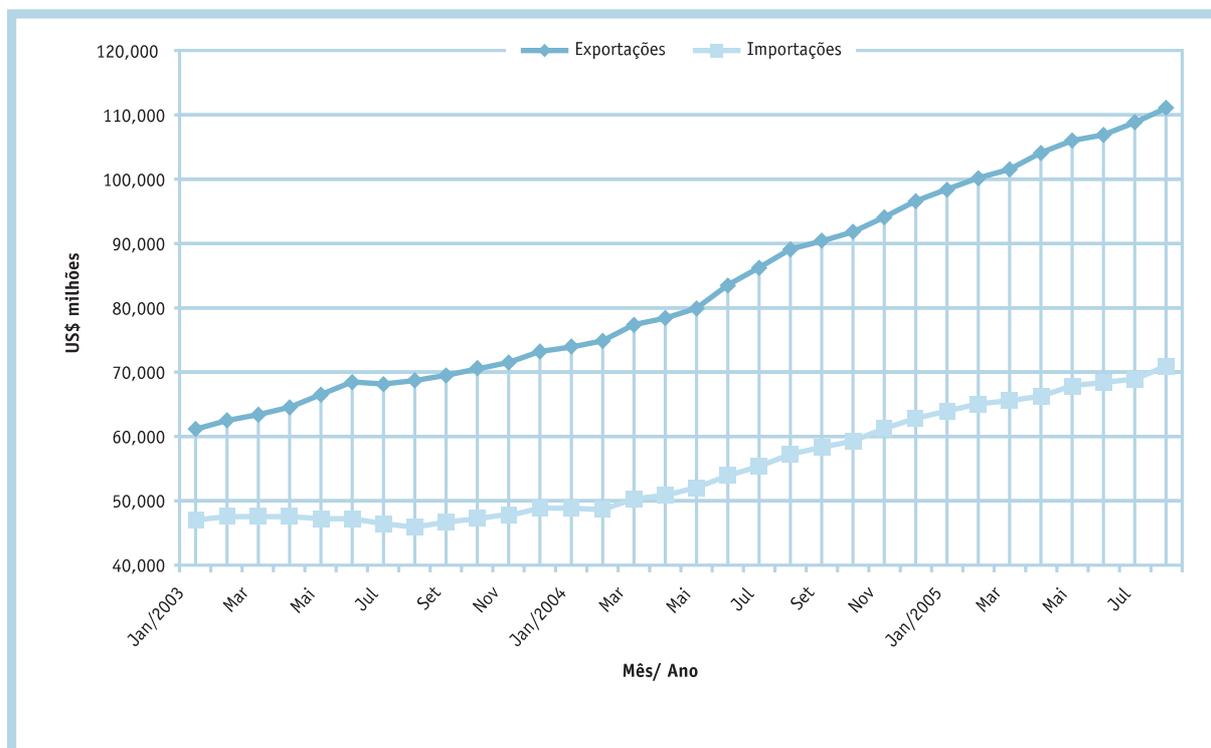


Gráfico 23 – Brasil: exportações e importações acumuladas em 12 meses jan./03-ago./05 (US\$ milhões).

Fonte: IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

10.1.1 - Exportações

Para o período janeiro-agosto/2005, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio⁸³ apresenta comentários auspiciosos acerca do desempenho das exportações brasileiras, assinalando os recordes batidos, apesar da apreciação cambial.

É incontestável o incremento significativo dos valores exportados pelo país em 2004 e ao

longo de 2005. São US\$ 78,086 bilhões exportados até agosto deste ano, sendo 68,4% de produtos industrializados.

A decomposição das exportações por fator agregado revela que o crescimento está presente em todas as classes de produtos, sendo mais expressivo nos manufaturados, com aumento de 28,08%.

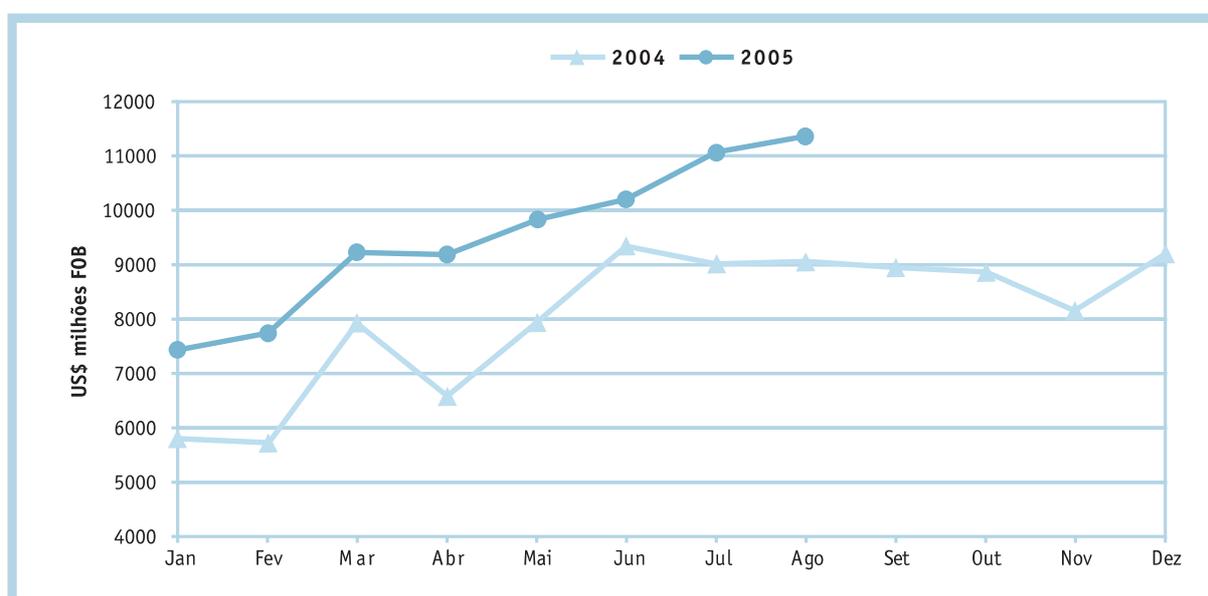


Gráfico 24 – Exportações brasileiras: 2004/2005.

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 38 – Brasil: exportação por fator agregado (jan.-ago./2004)

Exportações	Jan-Ago/2005	Jan-Ago/2004	Var. %
Básicos	22.500	19.406	15.94
Semimanufaturados	10.463	8.514	22.89
Manufaturados	41.584	32.466	28.08
Operações Especiais	1.539	969	58.82
Total	76.086	61.355	24.01

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁸³ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Balança comercial brasileira: janeiro-agosto/2005*. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

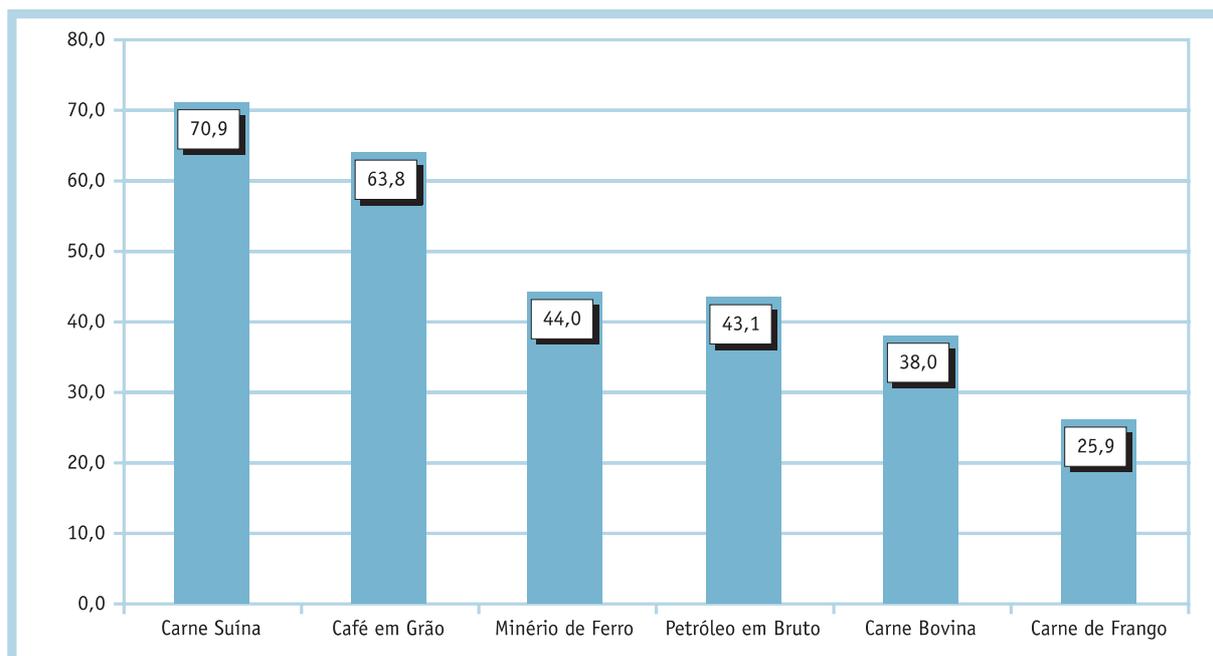


Gráfico 25 – Brasil: taxa de crescimento das exportações de produtos básicos (jan.-mai./05). Var. % 2005/04 para média diária

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

A classe de produtos básicos registrou a menor variação (15,9%). Já os produtos que apresentaram os maiores incrementos nos valores exportados estão listados no Gráfico 25.

Minérios de Ferro e seus concentrados (US\$ 701,7 milhões), soja mesmo triturada (US\$ 696,1 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 636,2 milhões) e carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, inclusive miúdos (US\$ 317,4 milhões) somaram 61% do total exportado em produtos básicos.

Dos produtos destacados pelo crescimento do valor exportado, o minério de ferro e o petróleo em bruto tiveram seus aumentos fortemente influenciados pelo crescimento dos preços. O primeiro, em virtude do aquecimento da demanda mundial e, o segundo, pela redução da oferta devido a acidentes climáticos.

A exportação de carnes apresentava-se em um cenário extremamente favorável como resultado da seca na Austrália, da doença da vaca

louca na Europa e da gripe asiática. O recente episódio da descoberta de casos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul deve repercutir sobre as exportações de carne, tanto bovina como suína, possivelmente afetando os seus preços, na medida em que os mercados compradores forem restringidos. O cenário permanece bom para a venda de carne de frango.

Na classe de produtos semimanufaturados, que se expandiram em 22,9%, os itens com as maiores taxas de crescimento podem ser vistos no Gráfico 26.

Açúcar de cana, em bruto (US\$ 201,5 milhões), pastas químicas de madeira (US\$ 154,9 milhões), couros e peles, depilados, exceto em bruto (US\$ 134,5 milhões), ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (US\$ 130,5 milhões), óleo de soja em bruto (US\$ 104,6 milhões), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (US\$ 79,8 milhões) representaram 65% do total de semimanufaturados.

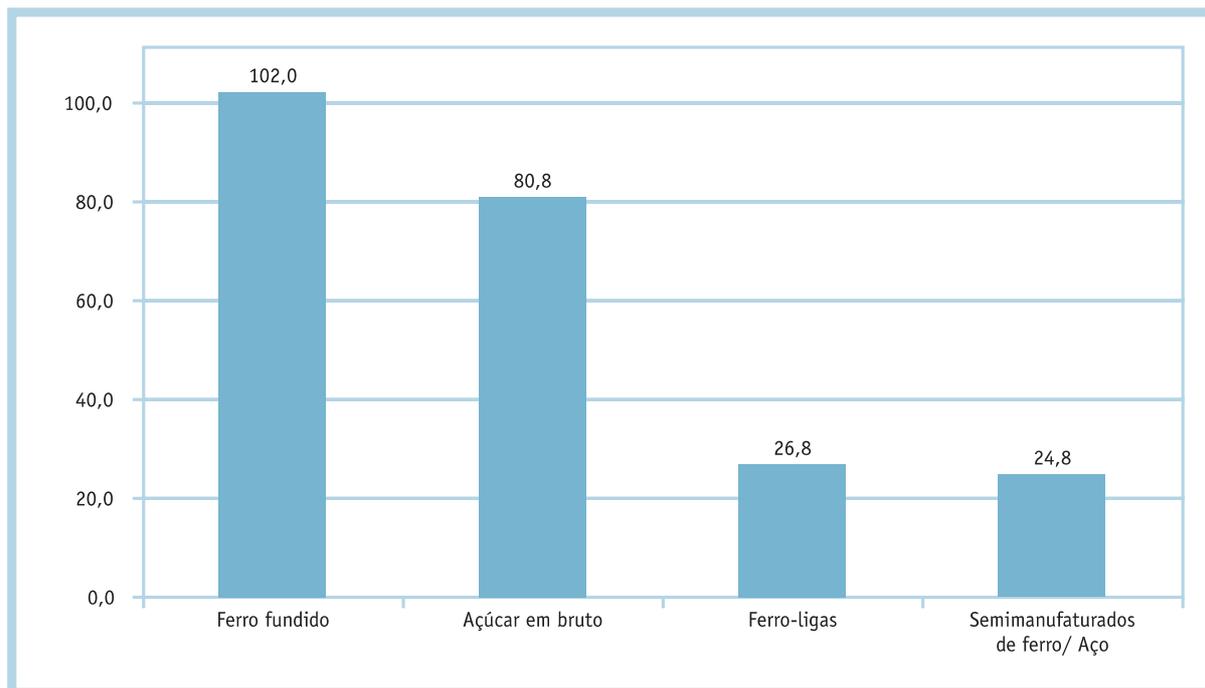


Gráfico 26 – Brasil: taxa de crescimento das exportações de produtos semimanufaturados (Jan.-Ago./05-04). Var. Percentual para a média diária.

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O crescimento das exportações de açúcar em bruto foi favorecido pelo aumento de seu preço que atingiu em 27/09 a maior cotação observada desde fevereiro de 1998 para os contratos na bolsa de Nova York. O preço tem se elevado em virtude do uso da cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível em contrapartida à alta do preço do petróleo no mercado internacional⁸⁴. Cumpre ressaltar que a alta ocorre em meio à promessa da União Européia (UE) de venda de seu excedente de açúcar branco no mercado nos próximos meses. A Europa alega que não pode implementar de imediato a redução das exportações do açúcar subsidiado, reivindicada por Brasil, Austrália e Tailândia junto ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Dentre a exportação de manufaturados, as maiores taxas de crescimento foram as dos itens descritos no Gráfico 27.

Dentre os manufaturados sobressaem-se:

- Automóveis de passageiros (US\$ 434,1 milhões);
- Aviões (US\$ 332,9 milhões);
- Partes e peças para veículos automóveis e tratores (US\$ 228,7 milhões);
- Produtos laminados planos de ferro ou aços (US\$ 226,5 milhões);
- Açúcar refinado (US\$ 207,7 milhões);
- Motores para veículos automóveis e suas partes (US\$ 205,7 milhões);
- Calçados, suas partes e componentes (US\$ 190,2 milhões);
- Aparelhos transmissores ou receptores e componentes (US\$ 182,0 milhões);
- Veículos de carga (US\$ 170,0 milhões);
- Gasolina (US\$ 128,5 milhões);

⁸⁴ PREÇOS do açúcar alcançam maior patamar desde 1998. Globo Rural, Disponível em: <http://www.agrobyte.com.br/noticias_agb.htm>. Acesso em: 02 jan. 2005.

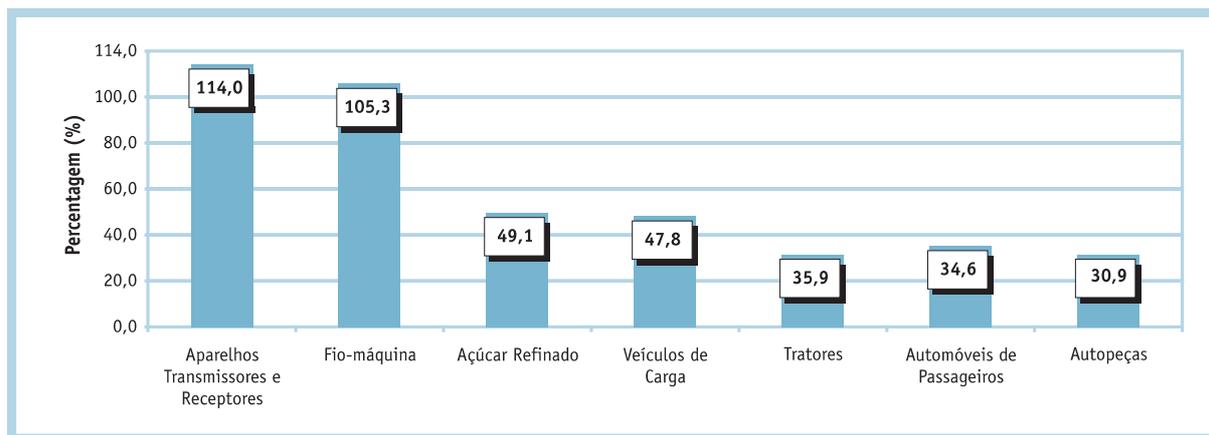


Gráfico 27 – Brasil: taxa de crescimento das exportações de produtos manufaturados jan.-mai./2005-2004). Variação percentual para a média diária.

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

- Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração etc. (US\$ 108, 8 milhões);
- Tratores (US\$ 107, 2 milhões);
- Óleos combustíveis (US\$ 101,3 milhões);
- Óxidos e hidróxidos de alumínio (US\$ 97,8 milhões);
- Polímeros de etileno, propileno e estireno (US\$ 97,4 milhões);
- Bombas, compressores, ventiladores e suas partes (US\$ 96,4 milhões);
- Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos (US\$ 88,1 milhões).

Representam 50,5% das exportações de produtos manufaturados brasileiras.

Para explicar o comportamento do comércio exterior brasileiro, destaca-se o efeito do aumento dos preços em um contexto favorável do cenário internacional.

Os Gráficos 28, 29 e 30 retratam o comportamento dos índices de preço de exportação para os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados no período entre janeiro de 2000 e agosto de 2005.

É evidente o crescimento dos preços dos produtos básicos, que não se apresentavam em patamar tão elevado desde 1998. O cenário de ascensão da economia mundial, com aumentos expressivos do PIB tanto das economias industrializadas como das emergentes, implicando maior demanda no comércio internacional, favoreceu o aumento dos preços, ainda que em menor proporção, dos produtos industrializados.

Cumprе ressaltar que o crescimento dos preços dos manufaturados vem sendo acompanhado por um aumento ainda maior da quantidade exportada. Os manufaturados já representam hoje mais da metade (54,6%) das exportações brasileiras, revelando a importância crescente da indústria para a evolução das exportações nacionais.

Outro aspecto a ser destacado é que, no ano de 2005, a indústria intensiva em pesquisa e desenvolvimento (P&D), de média-alta e alta intensidades tecnológicas, elevou a sua contribuição nas exportações brasileiras de 7,5%, no mesmo período de 2004, para 9% em 2005. Ao mesmo tempo, a contribuição dos setores de baixa e média intensidades tecnológicas para

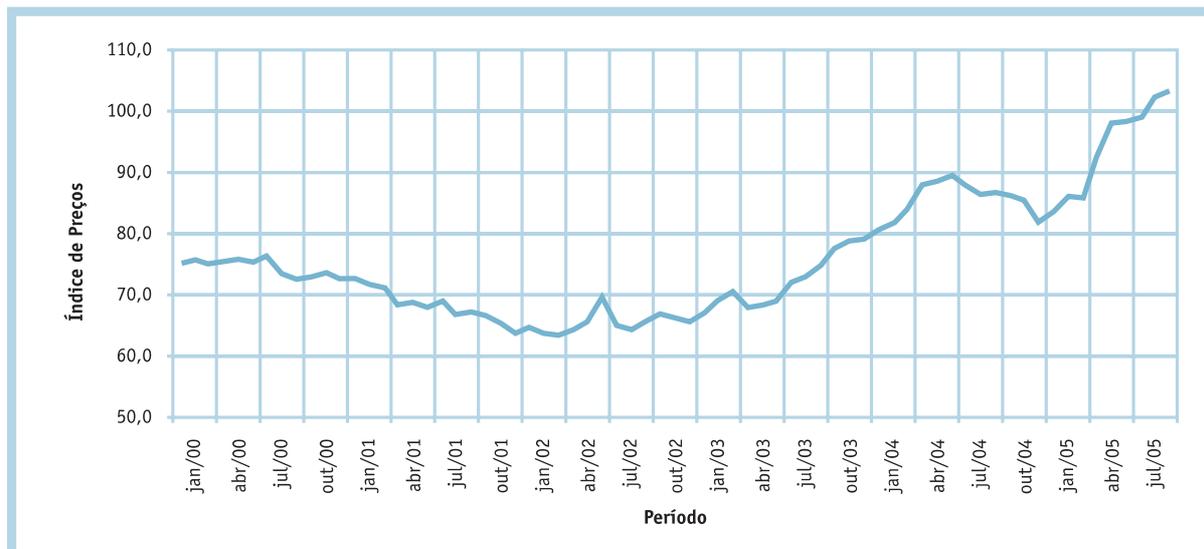


Gráfico 28 – Índice de preço das exportações - básicos.

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funccx.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

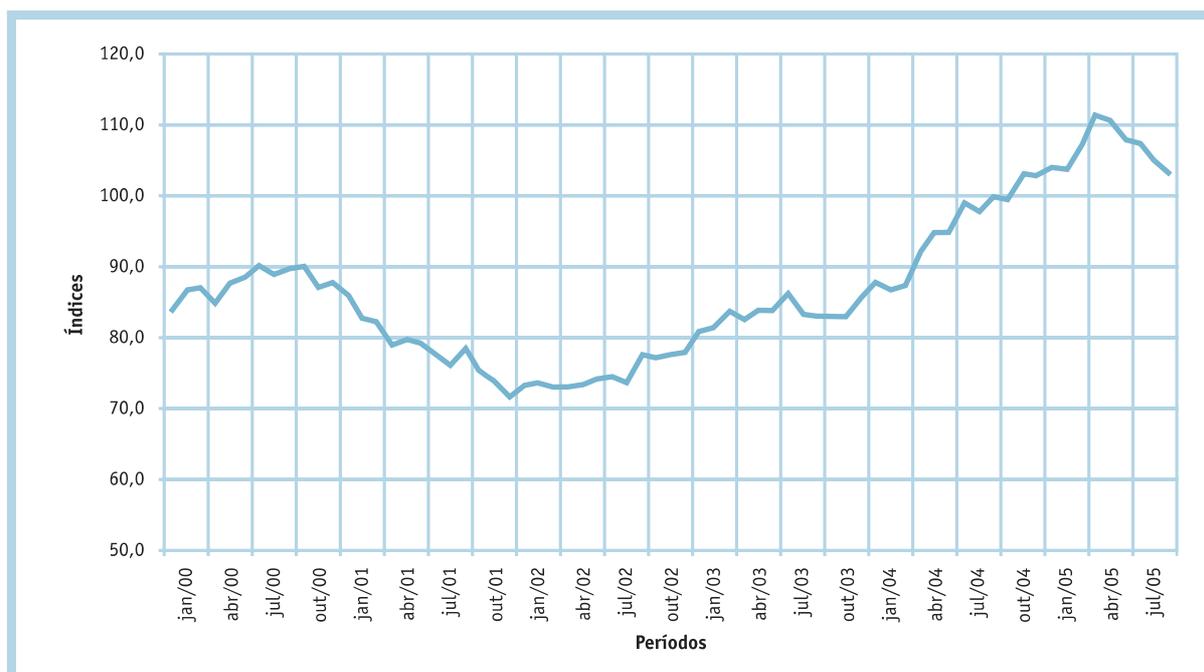


Gráfico 29 – Índice de preço das exportações: semimanufaturados.

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funccx.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

as vendas internacionais passou de 79%, em 2004, para 68,5% em 2005⁸⁵.

Por outro lado, há, ainda, a necessidade de uma política industrial que busque estimular

setores que apresentaram aumentos de seus *market-share* no mercado internacional. Somente 27% das exportações brasileiras são provenientes de setores que têm aumentado suas participações nas exportações mundiais.

⁸⁵ INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Temas do comércio exterior brasileiro na atualidade: agosto/2005. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. _____. Aspectos relacionados ao dinamismo e à tecnologia no comércio exterior brasileiro: o primeiro semestre de 2005. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

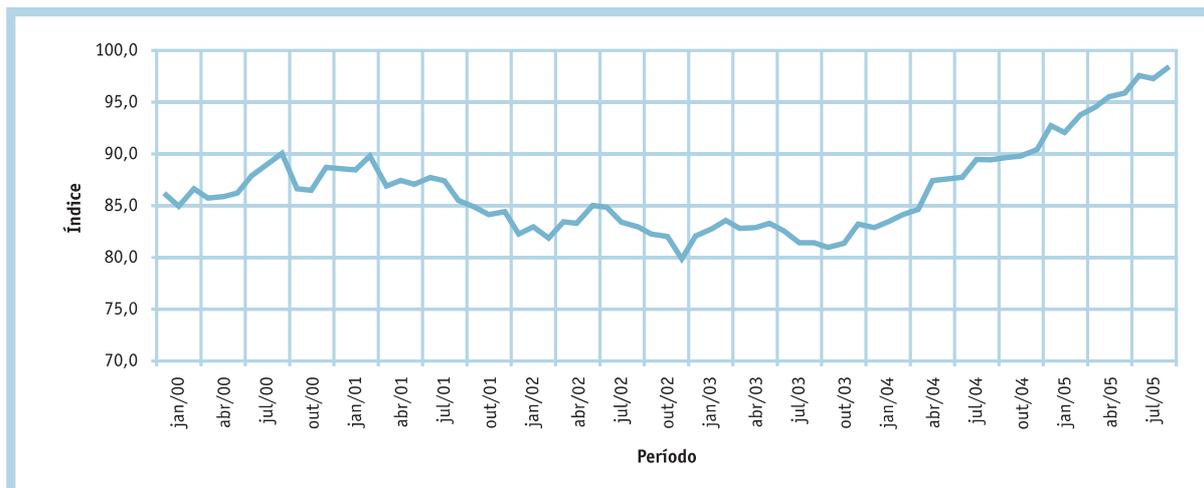


Gráfico 30 – Índice de preço das exportações: manufaturados.

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funccx.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

No que concerne aos mercados compradores de produtos nacionais, tem sido observada uma diversificação maior dos países envolvidos no comércio com o Brasil. Para o período ora em análise (janeiro-agosto 2005), Nepal (US\$ 971,4 milhões e 955,8%), Paquistão (US\$ 133,8 milhões e 187,3%) e Índia (US\$ 829,7 milhões e 141,9%) apresentaram os maiores crescimentos dentre os países que compraram mais de US\$ 100 milhões do Brasil.

As exportações por bloco econômico encontram-se dispostas no Gráfico 31.

Deve-se destacar que a apreciação cambial tem afetado a rentabilidade das exportações. A Fundação de Comércio Exterior – Funcex⁸⁶ – calcula o índice de rentabilidade das exportações totais a partir da taxa de câmbio nominal média do mês (R\$/US\$) corrigida pela relação entre o índice de preço das exportações totais e o índice

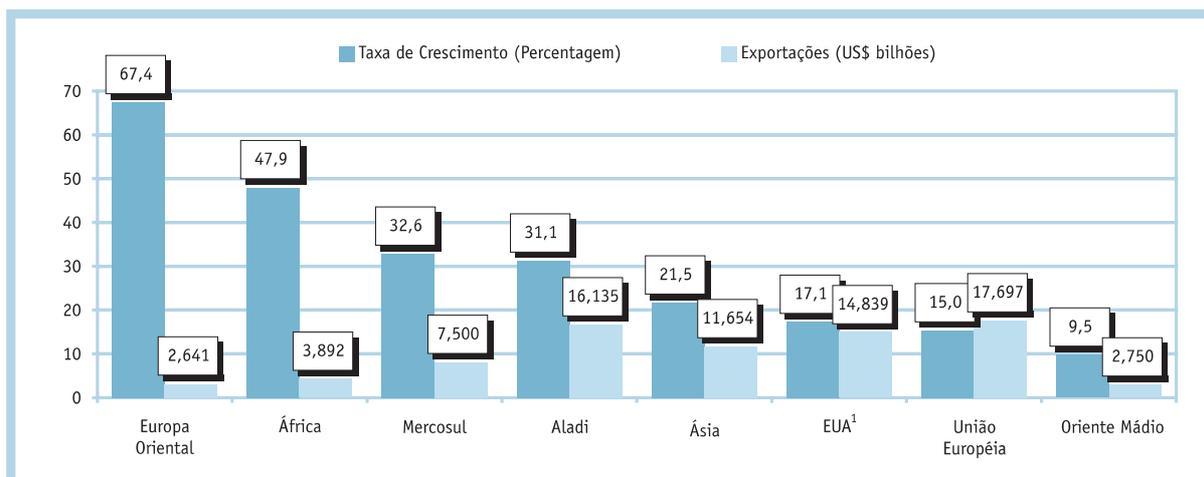


Gráfico 31 – Taxa de crescimento das exportações em ordem decrescente de expansão e valor das exportações janeiro-agosto/2005-2004.

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (1) Inclui Porto Rico.

⁸⁶ FUNCEX. Disponível em: <www.funccx.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

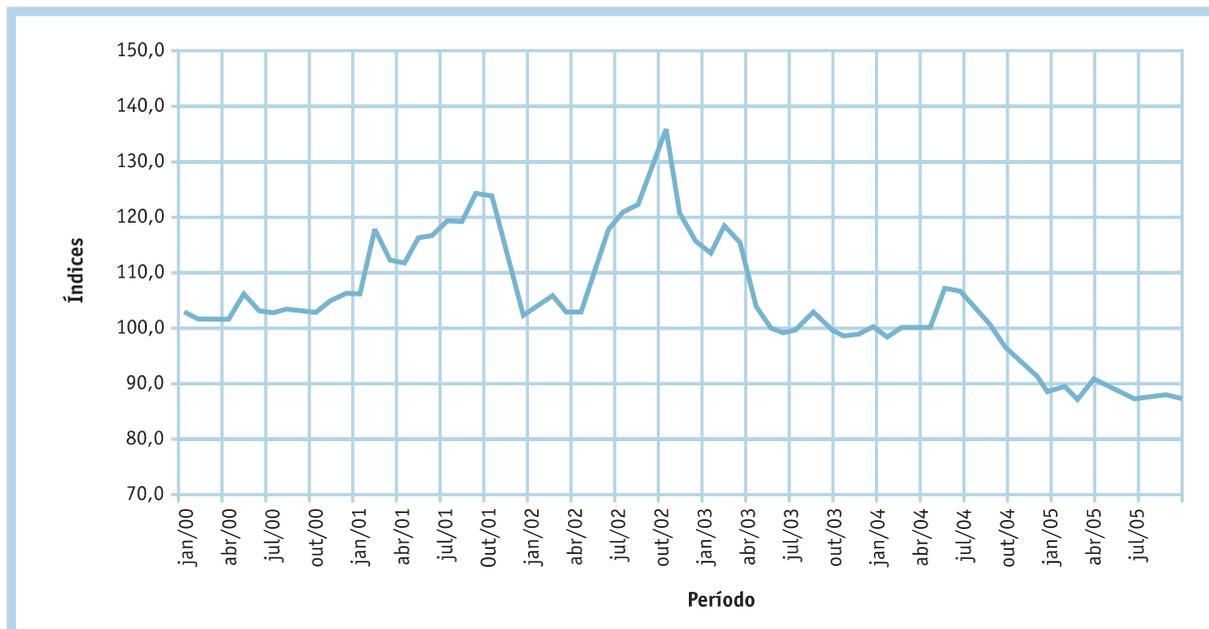


Gráfico 32 – Índice de rentabilidade das exportações

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funcec.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

ce de custo para o total das exportações. Desde 1985, este é o menor valor assumido da série.

Como vem ocorrendo um crescimento importante da participação dos produtos industrializados na pauta e a indústria vem tendo incrementos significativos de produtividade, acredita-se que o crescimento das exportações tem se mantido em virtude destes aumentos de produtividade. Ademais, neste sentido, tenha-

se em conta as políticas específicas de *market-share* das empresas transnacionais.

Como já foi comentado em outros números desta publicação, a apreciação cambial não repercute com a mesma força em todos os setores exportadores, pois, aqueles com maiores elevações de preços no mercado internacional e os respectivos ganhos de produtividade puderam compensar, total ou parcialmente, as perdas advindas do comportamento do câmbio.

10.1.2 - Importações

No período de janeiro a agosto de 2005, as importações brasileiras somaram US\$ 47,74 bilhões, representativos de incremento de 21,0%, relativamente aos oito primeiros meses de 2004.

A maior taxa de crescimento das importações foi registrada na categoria de bens de capital: 28,8%. Este aumento é decorrente quase

em sua totalidade do crescimento da quantidade de bens de capital importada, visto que, a estimativa para o índice de preços, calculado pela Funcex⁸⁷, demonstra a elevação de preços desta categoria de uso como sendo inferior a 5%, no período janeiro-agosto de 2005, relativamente ao mesmo intervalo de tempo de 2004.

⁸⁷ FUNCEX. Disponível em: <www.funcec.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Tabela 39 – Índice de taxa de câmbio efetiva real e taxa de câmbio real utilizando o IPC como deflator (Base: agosto 1994 = 100)

Período	R\$/US\$	R\$/Iene	R\$/Aladi*	R\$/Europa*	R\$/Cesta de 13 Moedas
2001	140,5	99,4	131,8	105,2	123,1
2002	147,1	99,9	97,1	118,5	120,1
2003	126,1	88,0	92,9	117,7	111,2
2004	112,6	82,2	86,6	114,9	103,6
Jan. 2005	99,8	74,5	77,2	107,7	93,8
Fev. 2005	96,4	71,2	75,4	102,3	90,2
Mar. 2005	100	73,4	78,7	106,9	94,0
Abr. 2005	95,6	68,6	75,2	100,2	89,1
Mai. 2005	91,0	65,7	72,1	93,6	84,5
Jun. 2005	89,9	63,7	71,8	88,7	82,5

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funcef.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Notas: Taxa de Câmbio Real: o índice de taxa de câmbio real (R\$/US\$ e R\$/Iene) é calculado com base na respectiva taxa de câmbio nominal média do mês (Bacen-Venda) corrigida de duas formas: (i) pela relação entre o correspondente índice de preços atacadista externo (US Wholesales Price ou IPA-Japão) e o índice de preços atacadista doméstico (IPA-DI da FGV); (ii) pela relação entre o correspondente índice de preço ao consumidor externo e o índice de preços ao consumidor doméstico (IPC-Di da FGV). Taxa de Câmbio Efetiva Real: o índice de taxa de câmbio real (R\$/Aladi, R\$/Europa e R\$/Cesta de 13 Moedas) é calculado com base nas taxas de câmbio reais dos países que compõem a respectiva cesta, ponderadas pela participação média de cada país na corrente de comércio (exportação e importação) do Brasil. Os vetores de ponderação atuais são: * Aladi: Argentina (63,3); Uruguai (6,3); Paraguai (5,7); Chile (11,6) e México (13,1).

* Europa: Alemanha (30,3); França (15,6); Itália (17,6); Holanda (14,6); Reino Unido (12,0) e Bélgica (9,8).

Cesta de 13 moedas: EUA (35,6); Japão (7,0); Alemanha (9,6); França (4,9); Itália (5,6); Holanda (4,6); Reino Unido (3,8) e Bélgica (3,1); Argentina (16,3); Uruguai (1,6); Paraguai (1,5); Chile (3,0) e México (3,4).

A segunda maior taxa de crescimento deve-se ao item combustível, o qual, por sua vez, foi fortemente influenciado pelo sistemático aumento de preços do petróleo no mercado internacional. Este fato é de crucial importância para expansão dos investimentos produtivos.

A taxa de câmbio efetiva, conforme descrita na Tabela 39, tem favorecido às importações em um cenário de crescimento da economia nacional, inclusive da produção de bens de capital (aumento de 2,7%, segundo o IBGE). ●

Tabela 40 – Brasil: importação por categoria de uso (jan.-ago./05-04) US\$ Milhões FOB)

	Janeiro/Agosto		Var. % 2005/04 p/ média diária
	2005	2004	
Bens de Capital	9.829	7.932	28,8
Matérias-primas e intermediários	24.987	21.155	18,1
Bens de Consumo	5.254	4.366	20,3
Não-duráveis	2.866	2.312	24,0
Duráveis	2.388	2.054	16,3
Automóveis	453	380	19,2
Combustíveis e Lubrificantes	7.668	6.298	21,8
Petróleo	4.914	4.383	12,1
Demais	2.754	1.915	43,8
Total	47.738	39.451	21,0

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

11 - BALANÇA COMERCIAL NORDESTINA

Ratificando o bom desempenho observado no primeiro trimestre de 2005, as exportações do Nordeste continuaram crescendo, no período janeiro-agosto, a uma taxa superior à do Brasil. De fato, enquanto as exportações nordestinas atingiram US\$ 6,6 bilhões no acumulado desse período, resultado 32,7% superior ao registrado em igual período de 2004, na mesma base de comparação, as exportações brasileiras evoluíram 24,0%, alcançando 76,0 US\$ bilhões.

Essa expansão de quase 9 pontos percentuais acima daquela alcançada pela economia brasileira como todo, elevou a participação das exportações da Região no total nacional de 8,2% para 8,7%, quando se compara o acumulado no período com relação ao mesmo período de 2004 (Tabela 41).

Abrindo-se a pauta das exportações nordestinas, observava-se que ao longo dos dez pri-

meiros meses de 2005, em termo de valor, os principais produtos exportados foram: Combustíveis, Produtos químicos, Veículos, Ferros/aço e Açúcares (Gráfico 33).

Do ponto de vista estadual, das nove unidades nordestinas, apenas o Piauí (último do *ranking*), registrou queda de 18,2% nesse mesmo período de comparação, passando de US\$ 47,53 milhões para US\$ 38,90 milhões. Vale ressaltar que as exportações piauienses concentraram-se nos capítulos Gorduras e óleos (US\$ 7,8 milhões), Frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 5,5 milhões), dentro deste, destaque para castanha de caju (US\$ 4,9 milhões) (Gráfico 34).

A liderança nas exportações da região ficou com a Bahia, sexta na lista nacional dos estados exportadores – ganhou nacionalmente duas posições – respondeu por US\$ 3,71 bilhões ou 55,9% do total do Nordeste. Em termos

Tabela 41 – Exportação do Brasil e do Nordeste 2004 e 2005 – US\$ 1000 F.O.B

Mês	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
	2005	2005	2004	2004	2005/2004 Var. %	2005/2004 Var. %
Janeiro	7.444,140	685,898	5.799,645	566,398	28,4	21,1
Fevereiro	7.756,287	656,728	5.721,636	500,282	35,6	31,3
Março	9.250,704	790,428	7.926,995	581,219	16,7	36,0
Abril	9.201,536	744,905	6.589,499	471,054	39,6	58,1
Maiο	9.818,442	749,929	7.941,178	493,452	23,6	52,0
Junho	10.206,058	817,907	9.327,515	747,678	9,4	9,4
Julho	11.061,329	1.102,691	8.992,426	935,897	23,0	17,8
Agosto	11.346,312	1.090,578	9.056,464	706,130	25,3	54,4
Total jan-ago	76.084,808	6.639,064	61.355,358	5.002,110	24,0	32,7

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

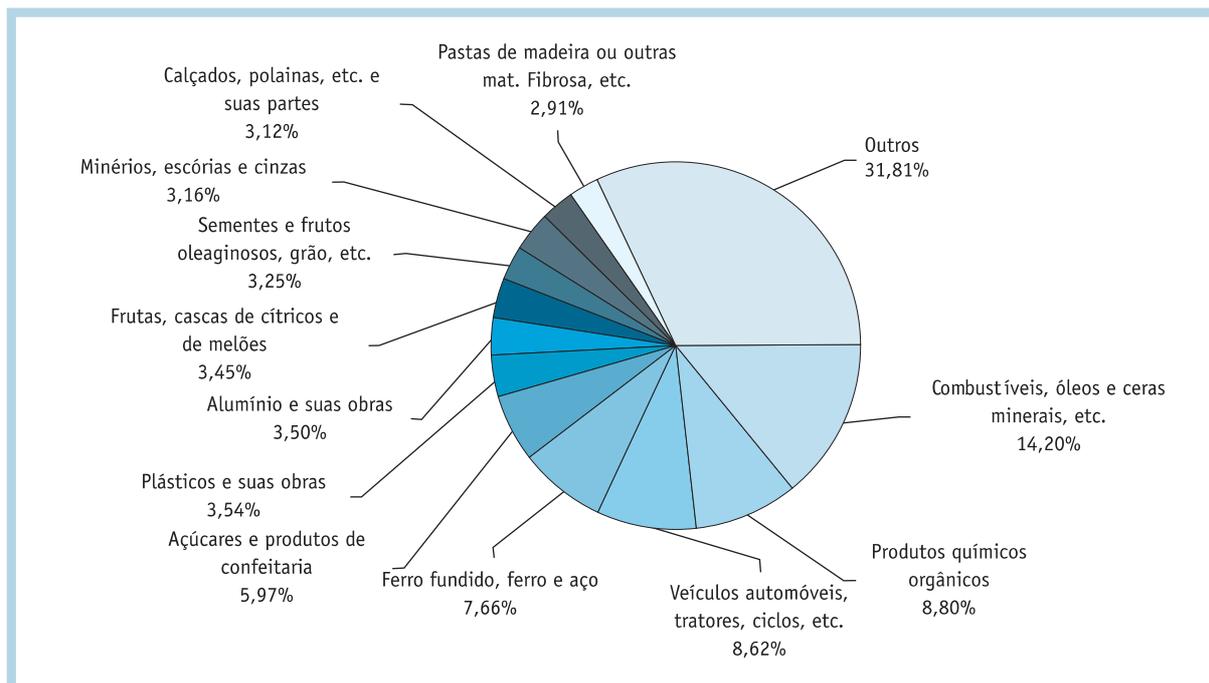


Gráfico 33 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Nordeste (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

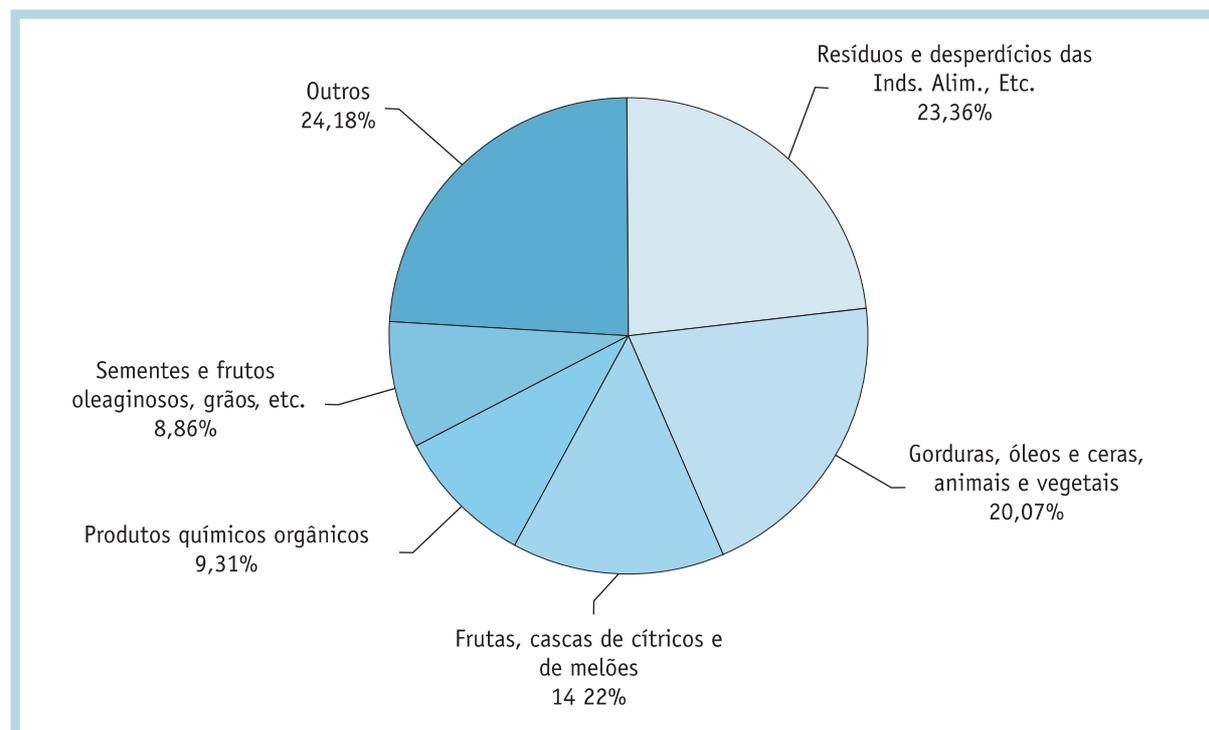


Gráfico 34 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Piauí (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

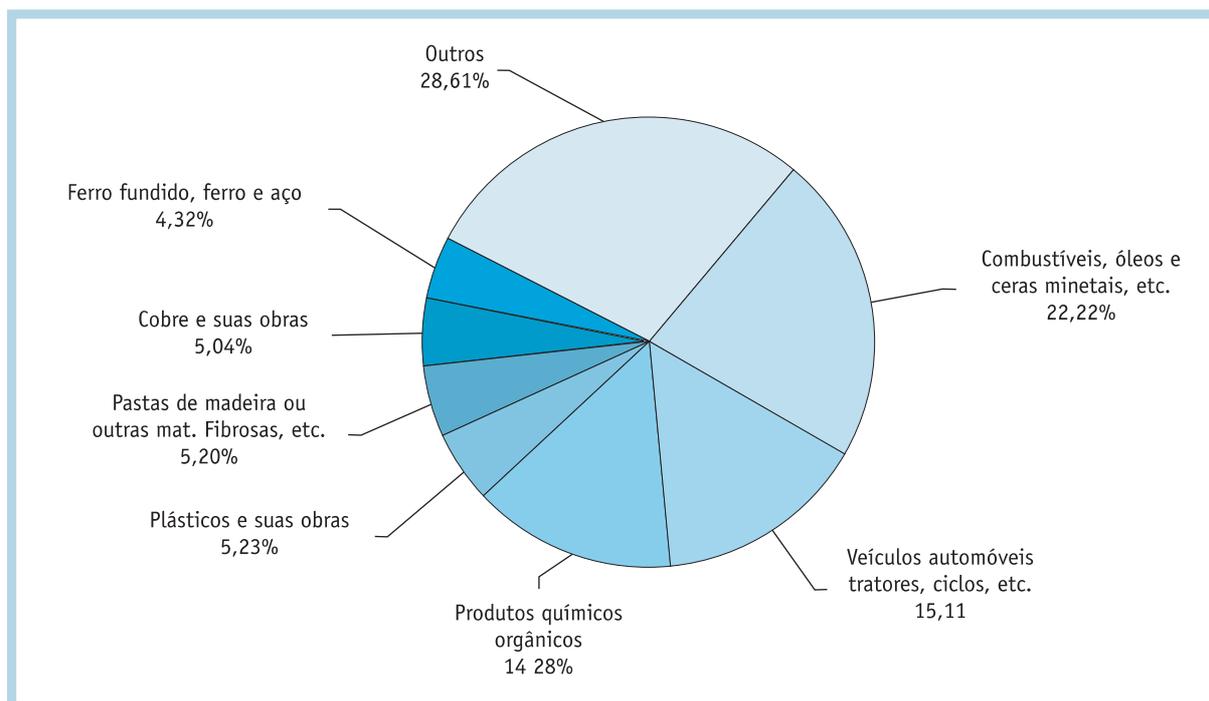


Gráfico 35 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Bahia (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

percentuais, as exportações baianas avançaram cerca de 49% em relação ao acumulado janeiro-agosto/2004 (US\$ 2,49 bilhões). Isoladamente, o produto de maior destaque na sua pauta foi “combustíveis, óleos e ceras minerais etc”, com US\$ 825 milhões exportados (Gráfico 35).

Em segundo lugar ficou o Maranhão, com US\$ 943,02 milhões em vendas externas acumuladas, crescimento de 20,2%. Vale ressaltar que esse Estado concentra seus negócios em quatro produtos da cadeia minero-metalúrgica – e na rutina e quercetina, ambas usadas na indústria farmacêutica – que responderam por 97,1% da sua pauta de exportações (Gráfico 36).

O terceiro lugar foi ocupado pelo Ceará que exportou US\$ 608,30 milhões no período, expansão de 9,7%. O setor coureiro-calçadista, com vendas US\$ 213,8 milhões, aumento de 7,4%, e o de castanha de caju (amêndoa e LCC),

com US\$ 101,8 milhões, incremento de 8,4%, representou 51,9% das exportações globais do Estado (Gráfico 37).

Na quarta posição situou-se Pernambuco, com exportações de US\$ 439,60 (expansão de 57,3%), cabe destaque para açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 102,9 milhões e incremento de 5,2%) (Gráfico 38).

Em termos de incremento, a pauta das exportações pernambucanas apresentou como principal destaque o capítulo Borrachas e suas obras, incremento de 303,6%, alcançando o valor absoluto de US\$ 32,6 milhões.

Alagoas, na quinta posição, mas bem próximo do valor exportado por Pernambuco, graças a uma expansão de 46,0%, alcançou US\$ 411,75 milhões. Abrindo-se a sua pauta, verificou-se crescimento nos seus principais capítu-

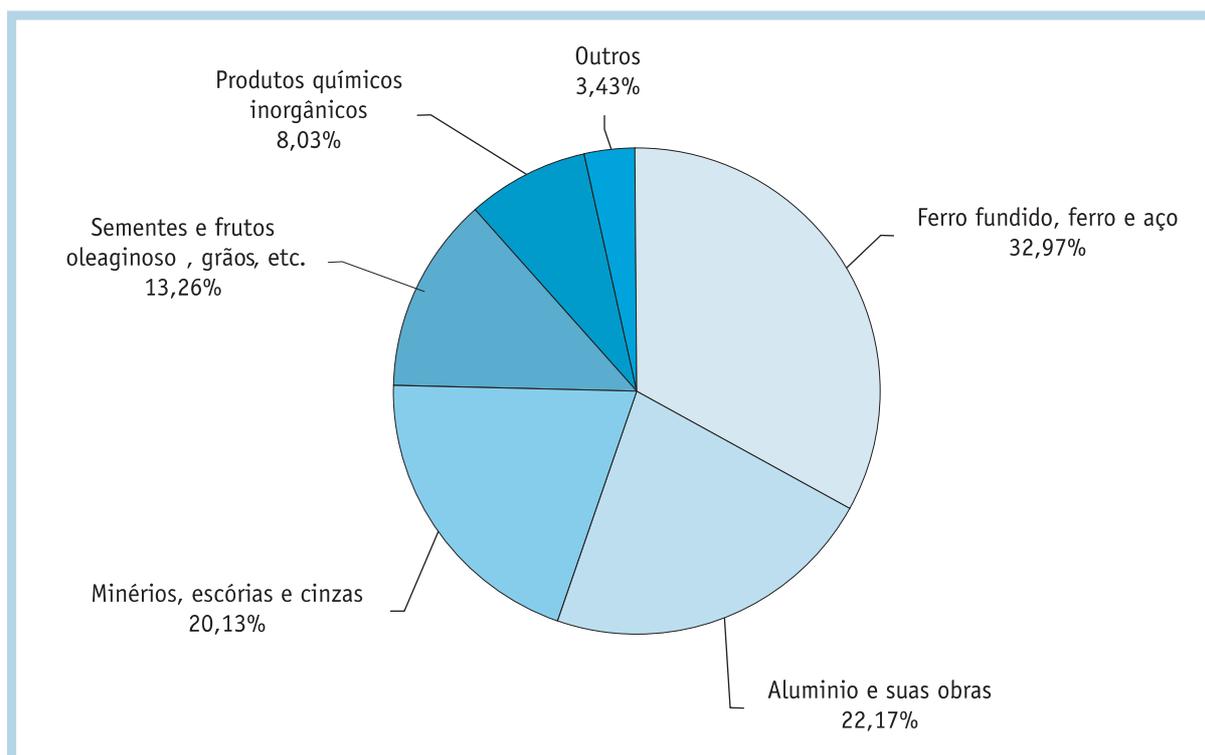


Gráfico 36 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Maranhão (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

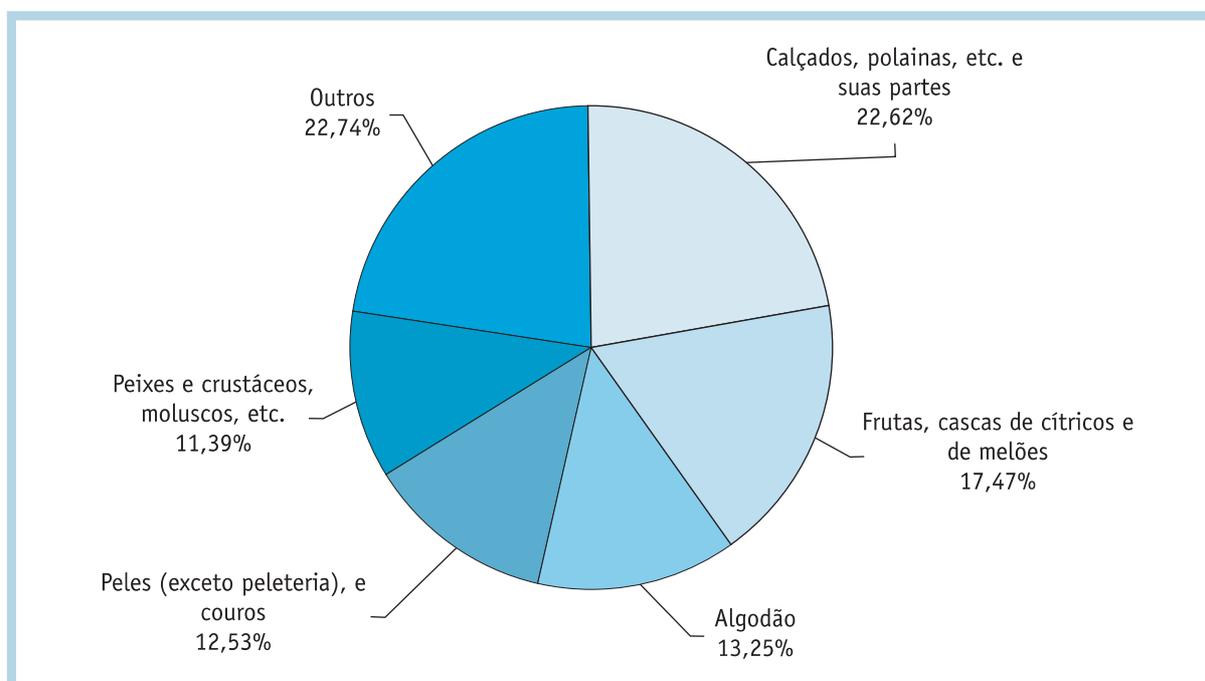


Gráfico 37 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Ceará (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

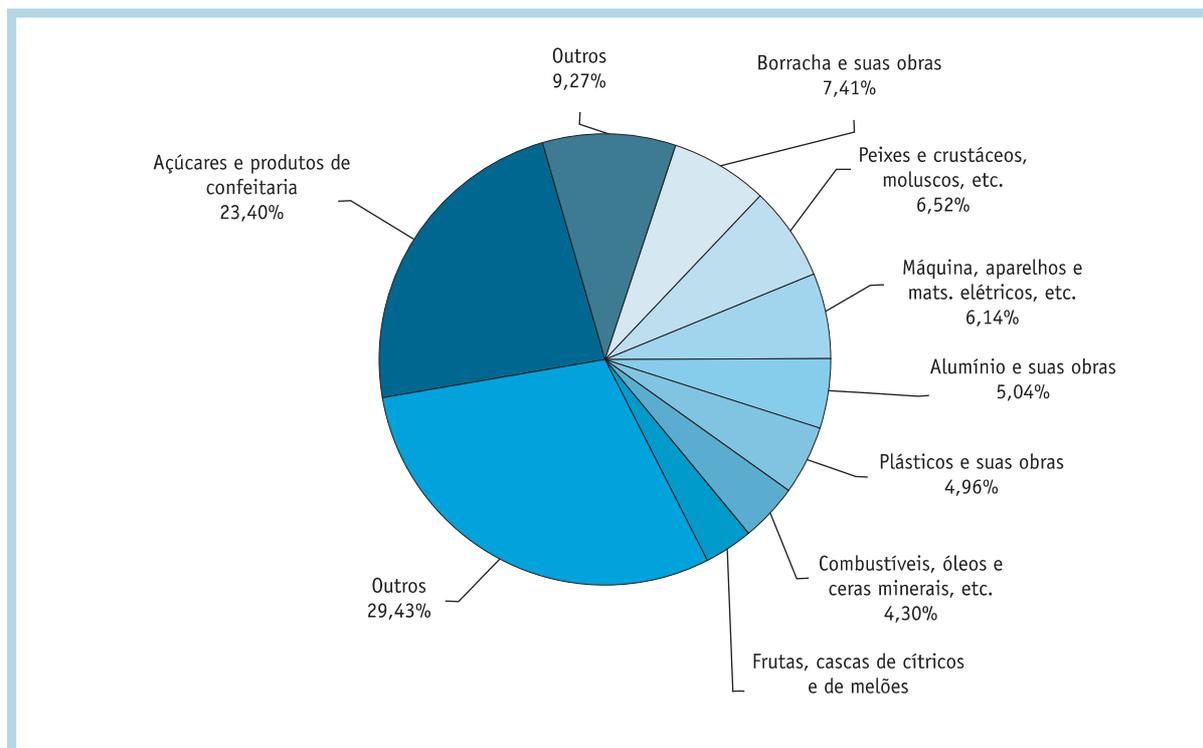


Gráfico 38 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Pernambuco (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

los exportados. Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 267,5 milhões), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 94,6 milhões) e produtos químicos orgânicos (US\$ 35,7 milhões) com expansões de 43,5%, 46,2% e 57,6%, respectivamente (Gráfico 39).

Representada pelo capítulo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, a indústria de álcool projeta bons negócios. Tal expectativa é decorrência de uma demanda externa crescente devido à assinatura do protocolo de Quioto, que exige a geração de energia com menor presença de poluentes. Segundo esse protocolo, entre 2008 e 2012, deve haver uma redução mínima de 5,2% em relação ao nível dos gases emitidos em 1990.

O Estado do Rio Grande do Norte exportou US\$ 402,18 milhões entre janeiro e agosto de 2005, ou cerca de 39,1% a mais que o observado em igual período de 2004.

Combustíveis, óleos e ceras minerais etc, com um único produto – óleos brutos de petróleo (US\$ 233,7 milhões) apresentaram crescimento de 141,2% e responderam por cerca de 58% do total. Outro capítulo muito significativo na pauta das exportações potiguar é o relativo a Frutas, cascas de cítricos e de melões cujo valor alcançou US\$ 48,6 milhões, embora tenha sofrido um decréscimo de 30,0%. Os melões e a castanha de caju norte-rio-grandense já são disponíveis no mercado europeu (Holanda, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Itália, Suécia, Portugal, Noruega), na América do Norte (EUA, Canadá) e em alguns países da América Latina (Uruguai e Venezuela) (Gráfico 40).

A Paraíba (US\$ 149,47 milhões e expansão de 16,5%) teve como destaque em crescimento o capítulo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (121,2%), que totalizou US\$ 15,8 milhões, seguidos de outros artefatos têxteis confeccio-

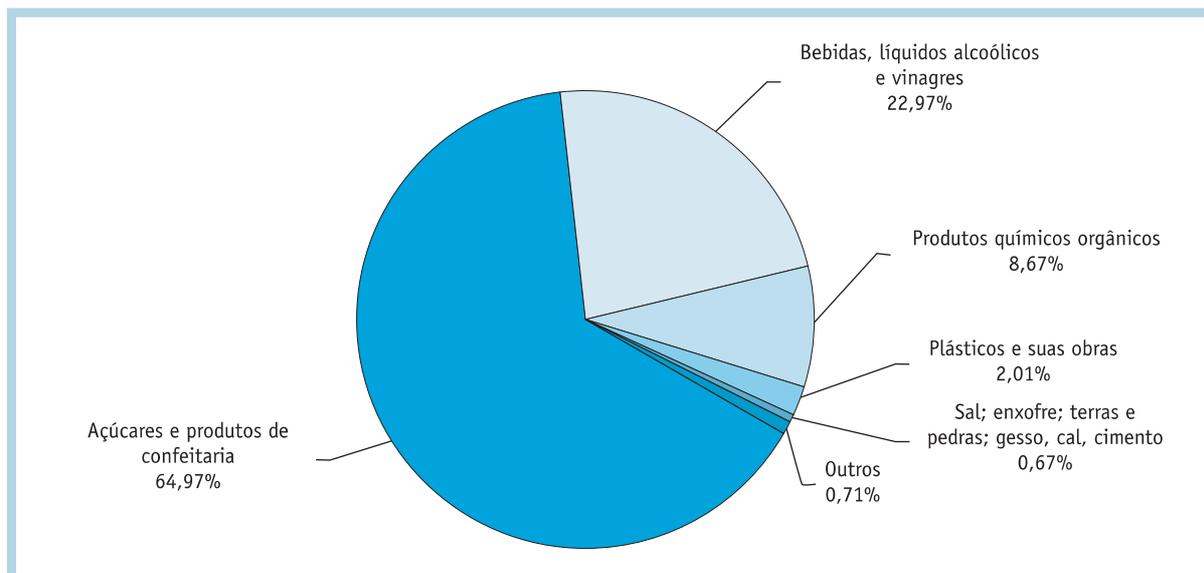


Gráfico 39 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Alagoas (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

nados, etc. (US\$ 59,8 milhões e aumento de 23,0%) (Gráfico 41).

Finalmente, Sergipe com expansão de 46,5%, acumulou nos oito meses iniciais de 2005, US\$ 45,61 milhões. Dos quatro capítulos de maior destaque na pauta, no período em análise, três apresentaram crescimento: adubos e fertilizantes (374%), algodão (116%) e sal/pedras/gesso/cal/cimento (52%) (Gráfico 42).

Relativamente às exportações nordestinas, verifica-se que os dez maiores destinos são Estados Unidos (21,59%), Argentina (9,72%), México (6,58%), Holanda (5,32%), Bahamas (4,50%), Espanha (4,08%), Espanha (3,77%), Itália (3,24%), França (3,16%) e Federação Russa (2,55%), representando, conjuntamente, 64,51% das vendas internacionais do Nordeste. Por bloco econômico, as exportações se distribuíram conforme o Gráfico 43.

As perspectivas para as exportações nordestinas neste ano de 2005 deverão ser influenciadas pelo câmbio apreciado. As cotações da moeda americana desceram a R\$ 2,36/US\$ ao final de agosto do corrente ano. Com relação às principais moedas⁸⁸, até agosto o real acumulava uma apreciação em doze meses, de 16,6%, face ao dólar; 16,0%, comparativamente ao iene; e 13,4%, em relação à Aladi. Comparado a uma cesta ponderada pela participação média de cada país europeu na corrente de comércio do Brasil, até agosto, o real estava apreciado⁸⁹ em 13,0%.

As importações nordestinas (US\$ 4,13 bilhões) distribuíram-se em bens de capital (US\$ 708,1 milhões), bens intermediários (US\$ 1.549,9 milhões), bens de consumo (US\$ 241,2 milhões) e combustíveis e lubrificantes (US\$ 1.631,5 milhões). Ver Gráfico 44.

⁸⁸ BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA FUNCEX. Rio de Janeiro, ano IX, n. 9, set. 2005. Também é descrita no apêndice desta publicação a metodologia de cálculo da taxa de câmbio efetiva real.

⁸⁹ A ponderação da cesta da Europa é: Alemanha (30,3), Itália (17,6), Holanda (14,6), Reino Unido (12,0) e Bélgica (9,8).

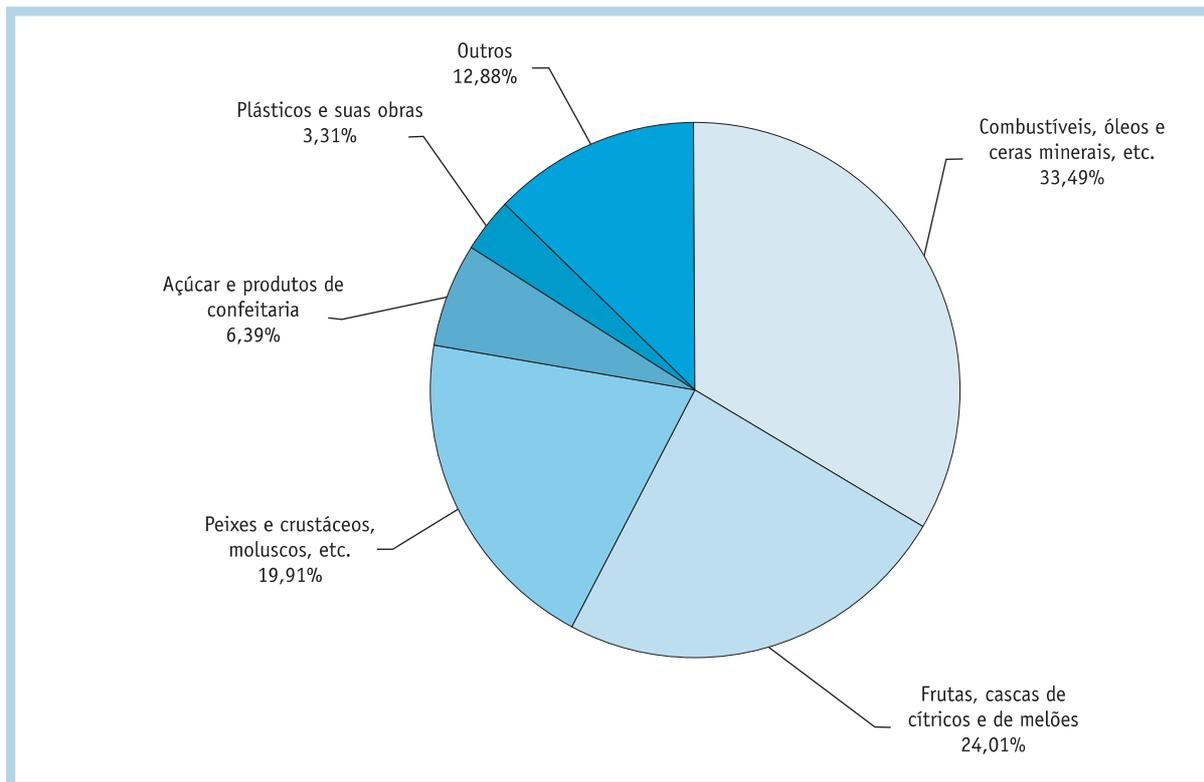


Gráfico 40 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Rio Grande do Norte (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

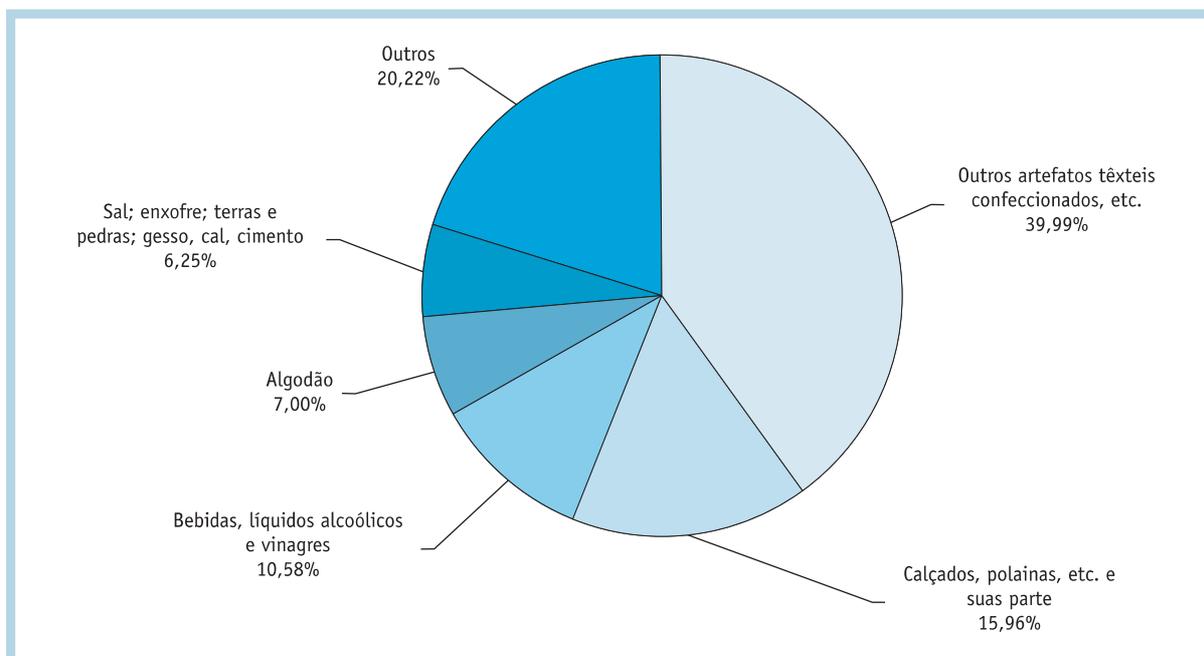


Gráfico 41 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Paraíba (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

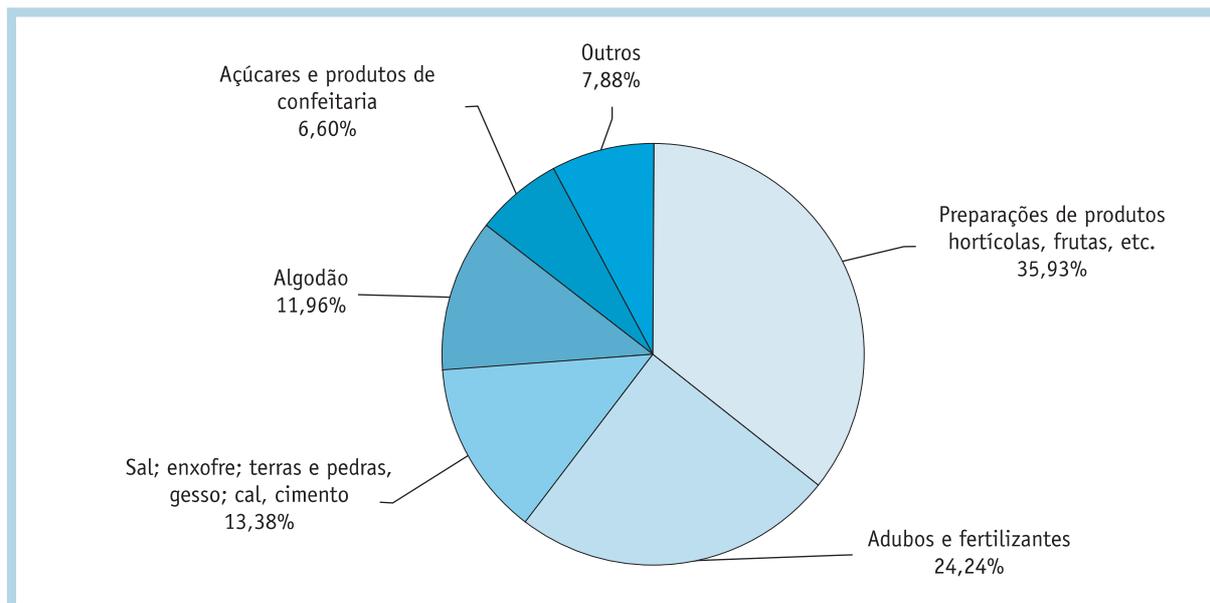


Gráfico 42 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Sergipe (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

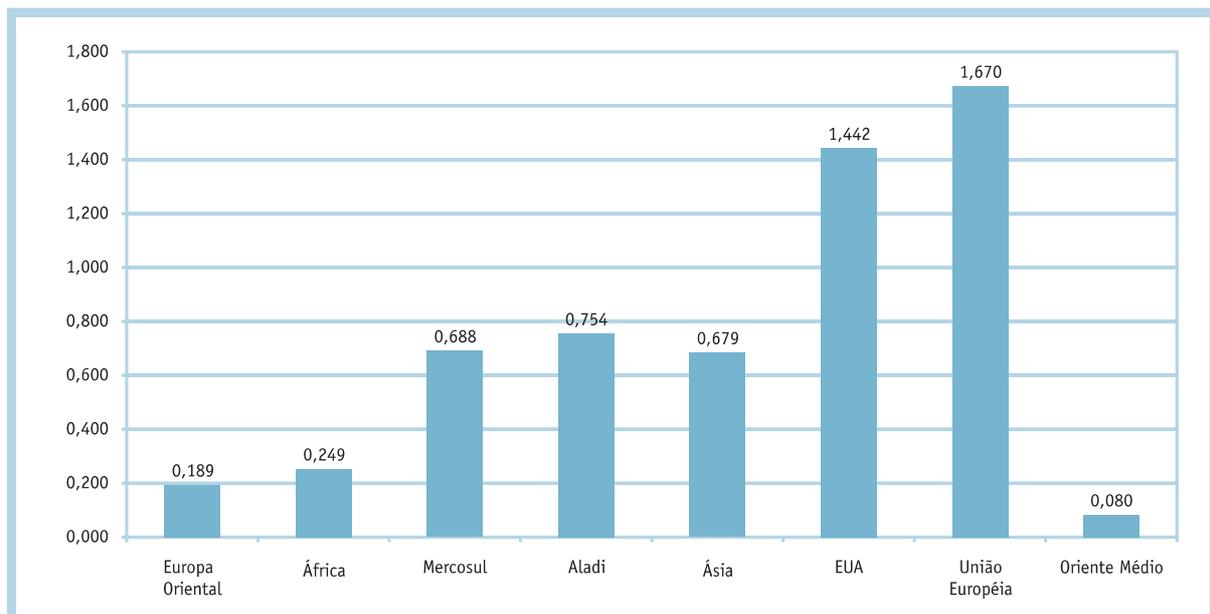


Gráfico 43 – Exportações por bloco econômico: Nordeste (jan.-ago./05).

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

Nota: África (Exclusive Oriente Médio), Aladi (Exclusive Mercosul), Ásia (Exclusive Oriente Médio) e EUA (Inclusive Porto Rico).

Houve expressivo crescimento do item combustíveis e lubrificantes (152,0%), em relação aos oito primeiros meses de 2004, e redução significativa dos bens de consumo intermediários (-6,8%). As compras de insumos industriais

(US\$ 1.240,9 milhões), subitem dos bens de consumo intermediários, diminuíram 4,0%, enquanto o item bens de capital apresentou expansão de 27,6%.

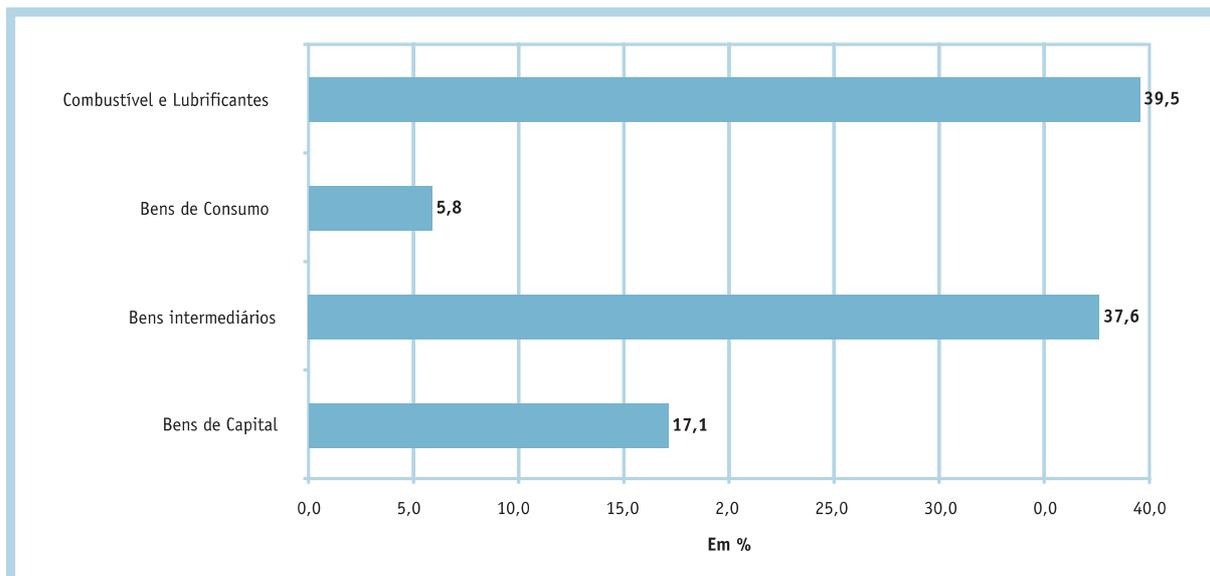


Gráfico 44 – Importações nordestinas (milhões US\$ FOB).

Fonte: BRASIL. MDIC. SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

No tocante à evolução do saldo da balança comercial nordestina, verificou-se crescimento de 32,7% quando confrontado o resultado do período janeiro-agosto/2005 com o de igual período de 2004. Mencione-se que este desem-

penho poderia ter sido bem mais positivo, caso o valor acumulado das importações nesse mesmo período não tivesse evoluído 32,8%, ou seja, 0,1 ponto percentual mais que o alcançado pelas exportações do Nordeste. ●

12 - BALANÇOS DE PAGAMENTOS

Nos sete primeiros meses do ano, o saldo em transações correntes foi de US\$ 7,8 bilhões ante US\$ 6,2 bilhões no mesmo período de 2005 – variação de 26,6%. Em doze meses, o superávit em transações correntes atingiu 13,3 bilhões, o segundo maior valor da série histórica, inferior somente ao resultado de US\$ 14,2 bilhões obtido em abril de 2005. Assim, a relação transações correntes/PIB passou de 1,80%, entre janeiro e julho de 2004, para 1,83%, entre janeiro e julho de 2005 (Tabela 42).

O bom desempenho da conta de transações correntes está associado, principalmente, à trajetória crescente do superávit na balança co-

mercial em 2005, apesar da apreciação da taxa de câmbio (ver seção sobre setor externo).

Esses resultados favoráveis ocorreram apesar dos déficits nas contas de serviços e renda. No período janeiro-julho, as remessas líquidas de renda e serviços revelaram um incremento de 32,9%, comparativamente ao mesmo período de 2004.

Parte significativa desse crescimento decorre, sobretudo, da elevação nos fluxos de remessas de lucros e dividendos relativos a Investimentos Diretos Estrangeiros, os quais atingiram 4,7 bilhões, entre janeiro e julho de 2005, contra 2,9 bilhões no mesmo período de 2004 –

Tabela 42 – Brasil: saldo das transações correntes (US\$ milhões)

Período	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses/ PIB
2004 Jan	689	4693	0,91
Fev	208	5095	0,98
Mar	761	5673	1,07
Abr	-749	5862	1,09
Mai	1484	6459	1,19
Jun	2021	7992	1,44
Jul	1807	9045	1,61
Ago	1751	9570	1,68
Set	1749	9984	1,72
Out	1033	10954	1,86
Nov	-222	10874	1,82
Dez	1207	11738	1,94
2005 Jan	822	11870	1,93
Fev	134	11797	1,88
Mar	1748	12784	2,00
Abr	712	14245	2,19
Mai	616	13377	2,01
Jun	1252	12609	1,86
Jul	2592	13394	1,94

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

incremento de 58,0%. As remessas de lucros e dividendos vinculadas aos investimentos em carteira também registraram um crescimento expressivo de 52,9%, na mesma base de comparação. Vale destacar o crescimento de 101,9% nos fluxos de remessas a título de aluguel de máquinas e equipamentos na balança de serviços (Tabela 43).

No que se refere à conta capital e financeira de balanço de pagamentos, os sete primeiros meses do ano acumularam déficit de 2,4 bilhões. Este resultado decorreu principalmente do comportamento do item "outros investimentos" (envolve créditos comerciais, emprésti-

mos, moedas e depósitos, outros ativos e passivos de operações de regularização), que elevou sua saída líquida de recursos de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 13,8 bilhões.

Os investimentos em carteira, por sua vez, atingiram o montante de US\$ 2,1 bilhões nos sete primeiros meses do ano, em contrapartida às saídas líquidas de US\$ 4,0 bilhões no mesmo período de 2004. Os investimentos líquidos em ações alcançaram US\$ 3,8 bilhões entre janeiro e julho de 2005, sendo US\$ 3,2 bilhões relacionados com ações negociadas no País e US\$ 586 milhões relativos a ações negociadas no exterior.

Tabela 43 – Brasil: renda de investimentos (jan./04-05) (US\$ Milhões)

Discriminação	2004*			2005*	
	Jul	Jan-Jul	Ano	Jul	Jan-Jul
Total de rendas	-1502	-11870	-20520	-2073	-14600
Receitas	193	1732	3199	205	1813
Despesas	1696	13602	23719	2277	16413
Salários e ordenados	10	113	181	6	138
Receitas	27	216	354	25	187
Despesas	18	103	173	19	49
Renda de Investimentos	-1512	-11982	-20701	-2078	-14738
Receitas	166	1517	2845	179	1626
Despesas	1678	13499	23546	2258	16364
Renda de Investimento direto	-508	-3030	-5799	-681	-4848
Receitas	29	559	1061	24	419
Despesas	537	3588	6860	705	5267
Lucros e dividendos	-439	-2492	-4937	-601	-4367
Receitas	23	499	916	15	361
Despesas	463	2991	5853	616	4728
Juros de empréstimos Intercompanhias	-69	-538	-861	-80	-481
Receitas	6	59	145	9	58
Despesas	74	597	1007	89	539
Renda de Investimentos em carteira	-826	-6539	-10439	-1161	-7532
Receitas	29	376	733	67	503
Despesas	856	6915	11173	1228	8035
Lucros e dividendos	-36	-1591	-2400	-80	-2432
Receitas	0	2	4	0	5
Despesas	36	1594	2404	80	2437
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-790	-4947	-8039	-1081	-5100
Receitas	29	373	729	67	498
Despesas	820	5321	8768	1148	5598
Renda de outros investimentos (1)	-178	-2414	-4463	-236	-2358
Receitas	108	582	1051	89	704
Despesas	286	2996	5514	325	3063

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Nota: (1) Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstitos, depósitos e outros ativos e passivos.

* Dados preliminares.

Tabela 44 – Brasil: investimentos estrangeiros diretos (jan-jul./04-05) (US\$ Milhões)

Discriminação	2004*			2005*	
	Jul	Jan-Jul	Ano	Jul	Jan-Jul
Estrangeiros no País	1600	5645	18168	2035	10601
Ingressos	2018	9335	25758	4008	16149
Saídas	419	3690	7592	1973	5548
Participação no capital	1494	6054	18570	2332	8382
Ingressos	1665	6998	20542	3385	11301
Moeda	1471	5214	15972	2249	9601
Conversões (1)	193	1773	4557	1116	1677
Mercadoria	1	11	13	0	24
Saídas	171	944	1971	1033	2920
Empréstimos intercompanhias	106	-409	-405	-297	2219
Desembolsos	353	2337	5216	643	4848
Amortizações	247	2746	5621	940	2629
Dos quais conversões	122	969	1829	421	614

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (1) Inclui conversões de juros, empréstimos intercompanhias, créditos de fornecedores, títulos e empréstimos.

* Dados preliminares.

Já os investimentos em renda fixa registraram saldo negativo de US\$ 569 milhões, em função principalmente das amortizações referentes aos bônus emitidos pelo setor privado (US\$ 599 milhões) e às notes e commercial papers (US\$ 1,9 bilhão) negociados no exterior.

As entradas líquidas de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no período janeiro-julho atingiram o valor de 10,6 bilhões, 87,8% superior aos US\$ 5,6 bilhões ingressos no mesmo período de 2004. Desse total, US\$ 8,3 bilhões correspondem a investimentos na forma de participação e US\$ 2,2 bilhões a empréstimos intercompanhias (Tabela 44).

Por outro lado, os investimentos brasileiros no exterior contabilizaram US\$ 2,0 bilhões no acumulado dos sete primeiros meses do ano, contra US\$ 1,4 bilhão no mesmo período de 2004 – incremento de 41,1%.

Apesar do crescimento das saídas de capital de investidores brasileiros, o investimento direto líquido passou de US\$ 4,1 bilhões no período janeiro-julho de 2004 para US\$ 8,5 bi-

lhões no mesmo período deste ano (crescimento de 104,0%). Com isso, a relação IDE/PIB evoluiu de 1,63% para 2,46%, nessa mesma base de comparação.

Do ponto de vista setorial, os investimentos foram direcionados prioritariamente para o setor de serviços, que recebeu nos sete primeiros meses do ano 59,1% do total de IDE. Os destaques ficaram por conta dos segmentos de correio e telecomunicações (13,2%), comércio (11,4%) e serviços prestados a empresas (11,1%).

Já os investimentos destinados ao setor industrial representaram 36,9% do total. Os principais receptores foram produtos alimentícios e bebidas (15,5%), fabricantes e montadoras de veículos automotores (4,3%) e produtos químicos (5,5%).

O setor que compreende a agricultura, pecuária e extração mineral absorveu somente 4% do total no período janeiro-julho, significando uma queda de 7,5% em relação ao mesmo período de 2004. Em especial, os ingressos direcionaram-se para a extração de petróleo (1,6%) e para a agricultura/pecuária (1,0%).

A evolução positiva dos fluxos da Balança de Pagamentos vem repercutindo favoravelmente nos indicadores de endividamento externo da economia brasileira. Essa melhora, associada à maior liquidez internacional, vem possibilitando a queda dos *spreads* dos títulos soberanos e privados brasileiros negociados no sistema financeiro internacional em relação aos títulos norte-americanos.

A elevação do PIB nominal em dólares e a redução do estoque da dívida externa entre 2003 e 2005 têm provocado uma diminuição

dos indicadores que relacionam o estoque de dívida externa e o PIB (Dívida total Líquida/PIB, Dívida Total/PIB e Serviço da Dívida/PIB).

O crescimento extraordinário das vendas externas nos últimos três anos contribuiu positivamente para a queda dos indicadores que revelam o comprometimento do valor das exportações em relação ao estoque e aos serviços da dívida externa (Serviço da Dívida/Exportações, Dívida Total/Exportações e Dívida Total Líquida/Exportações). ●

13 - FINANÇAS PÚBLICAS

13.1 - Governo Federal

O esforço fiscal que vem sendo empreendido pelo Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) conseguiu gerar um superávit primário de R\$ 49,4 bilhões (3,92% do PIB) nos primeiros oito meses do ano, revelando um acréscimo de 20,8%, sobre o resultado obtido no mesmo período do ano passado (R\$ 40,9 bilhões, ou 3,61% do PIB). Por outro lado, considerando os resultados mensais obtidos ao longo do ano, observa-se que o saldo de agosto, R\$ 4,3 bilhões, foi ligeiramente inferior ao de julho (R\$ 5,1 bilhões). A maior parte do superávit ocorrido nesse mês de

agosto foi decorrente do resultado do Tesouro Nacional, que registrou um saldo primário positivo de R\$ 7,1 bilhões, mas ainda inferior aos R\$ 8,2 bilhões verificados em julho. O aumento do lucro das empresas e, conseqüentemente, o crescimento de 28,9% das contribuições de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), relativamente ao mesmo período do ano anterior, fizeram com que a receita líquida do Governo Central aumentasse para R\$ 259,9 bilhões no acumulado de janeiro a agosto, acima dos R\$ 224,4 bilhões do mesmo período de 2004 (Tabela 45).

Tabela 45 – Resultado primário do governo central (*) Brasil: 2004-2005 (R\$ Milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Agosto	
	2004	2005
I. RECEITA TOTAL	268.595,8	314.584,0
I.1 Receitas do Tesouro	210.295,5	247.163,4
I.2 Receitas da Previdência Social	57.567,6	66.456,2
I.3 Receitas do Banco Central	732,6	964,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	44.226,5	54.721,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	224.369,2	259.863,0
IV DESPESA TOTAL	183.387,4	210.507,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais ⁽¹⁾	52.652,6	56.987,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	75.294,9	88.240,6
IV.3. Custeio e Capital	54.193,7	63.708,9
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central		
	372,2	392,9
IV.5. Despesas do Banco Central	873,9	1.178,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	40.981,8	49.355,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	3,61%	3,92%

Fonte: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Resultado do Tesouro Nacional*. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem eleitos no resultado primário consolidado.

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de, respectivamente, R\$ 21,8 bilhões e R\$ 213,6 milhões nesse período. As despesas da Previdência vêm crescendo desde o início do ano a um ritmo duas vezes maior que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* nominal, ou seja, enquanto a taxa de crescimento do PIB *per capita* é estimada em 8% no período, os gastos da Previdência tiveram aumento de 17,2%. Por outro lado, o crescimento da receita do Tesouro se deveu principalmente à lucratividade dos setores exportadores e de serviços regulados, além do preço do petróleo no mercado internacional, que contribuiu para o aumento nos pagamentos de *royalties*. Por esta razão é que os dados do Tesouro relativos à arrecadação, até agosto, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) revelam um acréscimo de receitas de, respectivamente, R\$ 7,6 bilhões e R\$ 3,9 bilhões, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Com esses resultados de agosto, as expectativas indicam que o esforço fiscal do governo deverá chegar ao final do ano a 4,90% do PIB, superior, portanto, à meta de 4,25%, ou R\$ 83,85 bilhões, estabelecida para o ano. Ao lado disso, os gastos com pagamento de juros também foram recordes no acumulado do período, totalizando R\$ 105,69 bilhões entre janeiro e agosto, o que equivale a 8,39% do PIB. Esse desempenho das despesas financeiras foi influenciado basicamente pelo comportamento dos juros.

As despesas do Tesouro Nacional corresponderam a 9,61% (R\$ 121,1 bilhões) do PIB no período de janeiro a agosto de 2005, relevando um pequeno crescimento (0,18%) sobre o mesmo período do ano passado. Concorreu para esse desempenho o aumento das despesas de custeio e capital, verificado no mês de agosto, superando a redução nos gastos com pessoal e encargos nesse mês. Ressalte-se que as despesas com benefícios

cresceram 17,2%, aproximadamente, o dobro da taxa de crescimento do PIB *per capita* projetada para 2005, contribuindo para a ampliação de 22,9% no déficit da Previdência Social.

Considerando o resultado primário do setor público consolidado, observa-se um superávit de R\$ 10,2 bilhões no mês de agosto de 2005, o que vai resultar, quando adicionado aos resultados mensais obtidos desde janeiro de 2005, num acumulado de R\$ 78,9 bilhões (6,3% do PIB), acima dos R\$ 63,7 bilhões (5,6%) registrados em igual período de 2004.

Desse superávit primário acumulado em 2005, o Governo Central (Governo Federal, INSS e Banco Central) respondeu por R\$ 50,5 bilhões (4% do PIB). Os governos estaduais e municipais, por R\$ 17,3 bilhões (1,4% do PIB) e as empresas estatais, por R\$ 11,1 bilhões (0,9% do PIB). No conceito nominal, que incorpora os encargos financeiros ao resultado primário, o fluxo foi deficitário em R\$ 3,2 bilhões no mês de agosto, que resulta num déficit nominal, no acumulado do ano, de 2,1% do PIB, acima, portanto, do percentual de 1,8% obtido no mesmo período do ano anterior. Como principal fonte de financiamento desse déficit nominal, destaca-se a expansão da dívida mobiliária em poder do mercado. De fato, a dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, totalizou R\$ 920,8 bilhões (48,8% do PIB) em agosto, com elevação de R\$ 5,1 bilhões em relação ao mês anterior. As emissões líquidas de LTN totalizaram R\$ 11,2 bilhões, enquanto os resgates líquidos em LFT chegaram a R\$ 12,9 bilhões.

Com relação à dívida pública, observa-se que a dívida líquida do setor público consolidada alcançou R\$ 973,7 bilhões em agosto, o equivalente a 51,7% do PIB. A expectativa do Banco Central é fechar o ano em 51,5% do PIB. Um dos fatores mais relevantes na evolução dessa relação dívida/PIB tem sido o uso do IGP-DI, que vem influenciando a trajetória da dívida por

conta das deflações verificadas nos últimos meses. Em agosto, o déficit nominal do setor público recuou para R\$ 3,24 bilhões, ante os R\$ 3,34 bilhões de julho. No ano, atingiu R\$ 25,76 bilhões (2,1% do PIB). A dívida bruta do setor

público consolidado, por sua vez, alcançou R\$ 1.412,1 bilhão (74,9% do PIB), comparativamente a R\$ 1.404,6 bilhão (74,5% do PIB) registrados em julho.

13.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

Considerando os fluxos acumulados em 12 meses, a necessidade de financiamento público (receitas menos despesas, inclusive o pagamento de juros) totalizou R\$ 51,3 bilhões em julho (2,73% do PIB), tendo o resultado primário gerado um excedente de recursos de R\$ 97,1 bilhões (5,16% do PIB, acima, portanto, da meta fixada para o ano de 4,25% do PIB). A maior contribuição foi do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) que gerou um superávit de R\$ 58,8 bilhões (3,12% do PIB) (Tabela 46).

É importante salientar que desde que o regime de metas fiscais foi implementado em 1999, o ajuste tem se processado mais pelo incremento das receitas e menos por um corte de gastos públicos. A exceção foi apenas em 2003, quando o maior superávit primário foi garantido por uma compressão significativa dos gastos primários, particularmente dos gastos com pessoal e investi-

mentos. Mas, de acordo com os dados contidos na Reprogramação Orçamentária de julho de 2005 (relativos à Execução Orçamentária de 2005) e do Projeto de Lei Orçamentária⁹⁰ para o ano de 2006, a meta de superávit primário do setor público consolidado ficará mantida em 4,25% nesses dois anos, garantindo-se os mesmos padrões de receitas e despesas primárias como proporção do PIB. Na realidade, considerando o aumento da arrecadação federal verificado até o mês de julho deste ano (6,10% em termos reais, utilizando-se como deflator o IPCA) e o resultado primário de 5,16% do PIB acumulado nos últimos doze meses (até julho), a meta de 4,25% do PIB para 2005 vai, certamente, deixar margem para um aumento substancial dos gastos como proporção do PIB nos próximos meses deste ano. Caso isso se verifique, o ajuste fiscal se efetuará, mais uma vez, com aumento de gastos, já que as receitas se mantêm em progressão ascendente.

Tabela 46 – Necessidade de financiamento do setor público. Fluxo em 12 meses

Discriminação	R\$ Milhões			% do PIB		
	Jan/Dez 03	Jan/Dez 04	Ago04/ Jul05	Jan/Dez 03	Jan/Dez 04	Ago04/ Jul05
Nominal	79.032	47.144	51.255	5,22	2,66	2,73
Juros Nominais	145.205	128.256	148.316	9,59	7,25	7,89
Primário	-66.173	-81.112	-97.061	-4,37	-4,58	-5,16
Governo Central						
(Governo Federal, BC e	-38.744	-52.385	-58.777	-2,56	-2,96	-3,12
Emp. Est. Federais	-9.597	-8.937	-14.341	-0,63	-0,51	-0,76
Governos Regionais						
(Estados e Municípios)	-13.821	-17.482	-20.827	-0,91	-0,99	-1,11
Emp. Est. Regionais	-4.010	-2.308	-3.115	-0,26	-0,13	-0,17

Fonte: Boletim do Banco Central (ago./05). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005.

⁹⁰Instrumento elaborado pelo Governo Federal e enviado, em 31 de agosto, para ser votado pelo Congresso até o final do ano.

13.3 - Estados e Municípios

13.3.1 - Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Nordeste, apresentou um crescimento nominal de 15,9% no primeiro semestre do ano, quando comparada ao mesmo período de 2004. Esse comportamento foi ligeiramente superior ao verificado no âmbito nacional (15,1%), mas não foi capaz de alterar a média histórica de participação relativa do Nordeste na arrecadação do ICMS nacional, que se situa no patamar dos 15%, conforme indicado no Gráfico 45.

Na análise desagregada por Estado, verifica-se que os três maiores da Região, Bahia, Pernambuco e Ceará, concentraram cerca de 70% do ICMS arrecadado no Nordeste, com destaque para a Bahia, que respondeu por 35% do

total de ICMS arrecadado no período de janeiro a junho de 2005, ao lado de Pernambuco, com 19% (Gráfico 46).

A arrecadação de ICMS cresceu em média 15% no âmbito nacional e 16% na região Nordeste, nos primeiros seis meses do ano, contra um crescimento de 19% no Norte e 15% no Sul. Dentre os Estados do Nordeste, os maiores aumentos, em termos de arrecadação de ICMS, foram verificados em Alagoas (30%) e Maranhão (27%). Os demais também experimentaram crescimento de arrecadação desse imposto no período, contribuindo para que o total regional alcançasse R\$ 10,8 bilhões, contra R\$ 9,3 bilhões arrecadados em 2004 (Tabela 47).

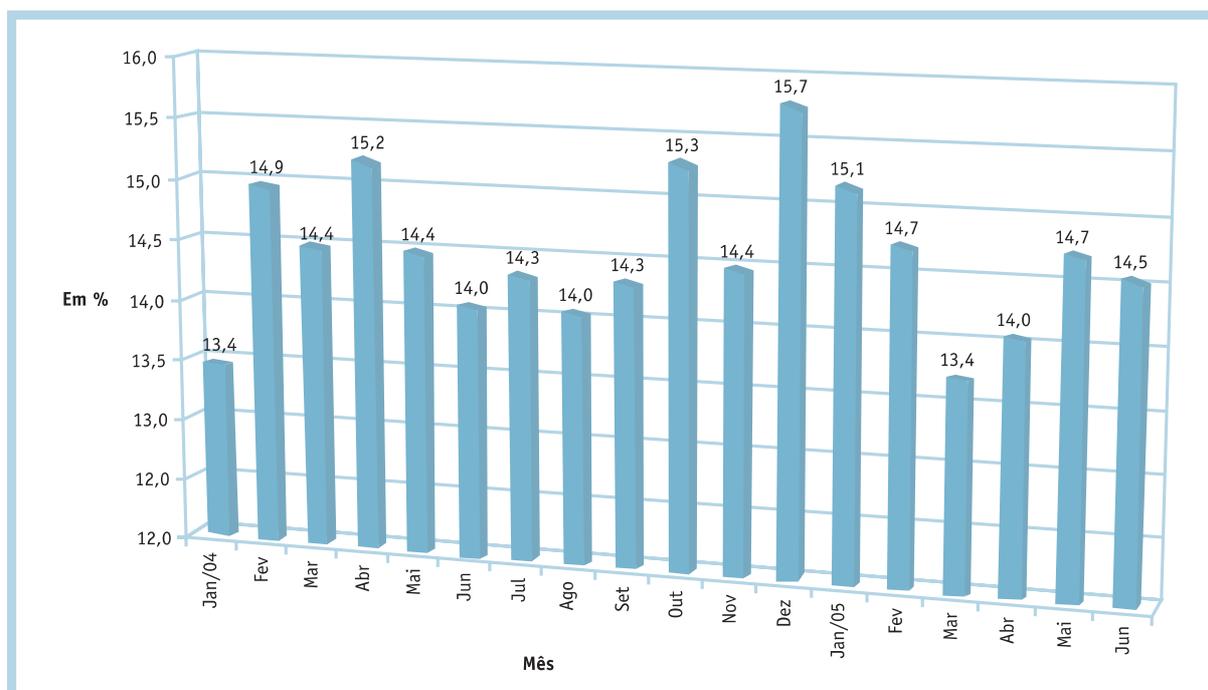


Gráfico 45 – Participação na arrecadação de ICMS no Brasil.

Fonte: BOLETIM DO BANCO CENTRAL. (ago./2005). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O Estado de São Paulo, que é responsável por parte expressiva da riqueza gerada no País (cerca de 30%) deteve, isoladamente, 33% do total de recolhimento deste tributo de janeiro a junho de 2005, seguido muito distante de outros importantes Estados arrecadadores, como Minas Gerais (10% do ICMS recolhido no país), Rio de Janeiro (9%) e Paraná (6%). Esses quatro Estados são responsáveis por quase 60% do ICMS recolhido no país. Vale observar, entretanto, que as recentes medidas tomadas pelos go-

vernos de dois desses Estados arrecadadores, ambos da região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais), comprometem o esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de harmonização das alíquotas de ICMS e a conseqüente eliminação da guerra fiscal. O governo de São Paulo, por exemplo, anunciou um pacote de medidas que reduz o ICMS para diversos setores, entre eles o de micro e pequenas empresas, produtos de consumo popular e ônibus movidos a gás natural. A variação para a redução da carga tributá-

Tabela 47 – Nordeste: arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan-Jul		Jan-Jul		Var. (%) 2005/2004
	2004	%	2005	%	
Maranhão	550,625	0,85	699,001	0,93	26,95
Piauí	351,234	0,54	417,264	0,56	18,80
Ceará	1.338,013	2,06	1.470,172	1,96	9,85
Rio Grande do Norte	640,518	0,99	746,610	1,00	16,56
Paraíba	537,734	0,83	647,176	0,86	20,35
Pernambuco	1.741,403	2,68	2.060,936	2,75	18,35
Alagoas	419,521	0,65	546,437	0,73	30,25
Sergipe	412,759	0,64	464,180	0,62	12,46
Bahia	3.345,043	5,15	3.769,863	5,04	12,70
Nordeste	9.336,850	14,36	10.821,639	14,48	15,90
Brasil	64.999,192	100,00	74.824,435	100,00	15,12

Fonte: BOLETIM DO BANCO CENTRAL (ago./2005). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

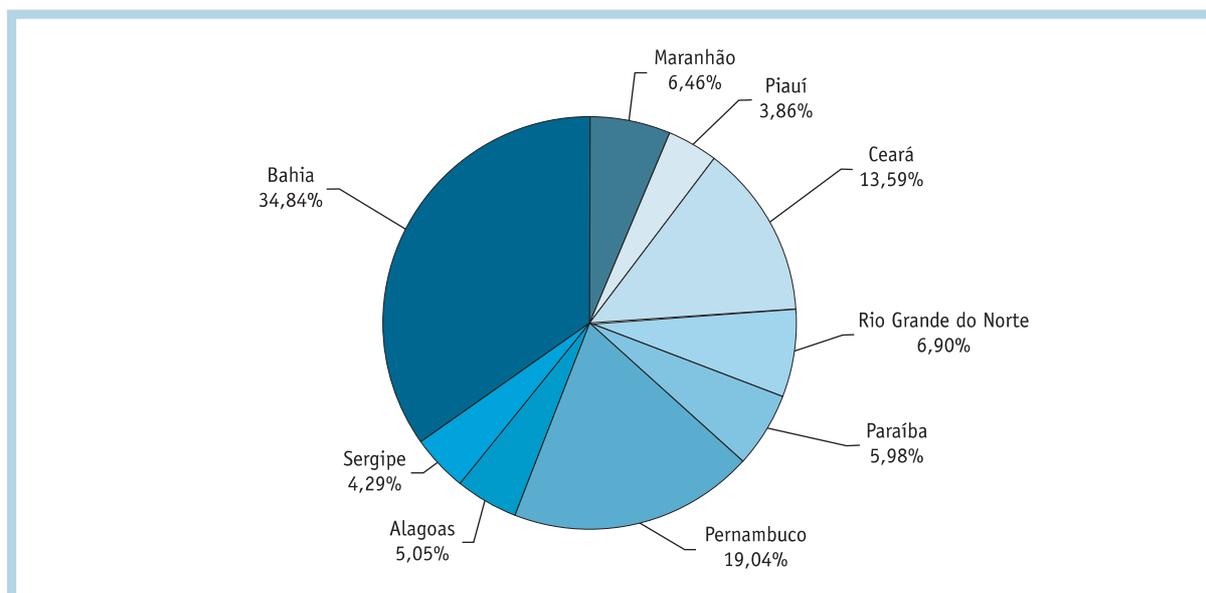


Gráfico 46 – Participação na arrecadação de ICMS dos estados nordestinos (jan.-jun./05).

Fonte: BOLETIM DO BANCO CENTRAL. (ago./2005). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

ria cai de 18% para até 7%. Essa mesma redução vai ocorrer em alguns setores da economia de Minas Gerais, uma vez que foi anunciada pelo governo mineiro a redução de ICMS de 150 pro-

duetos, compreendendo os ramos alimentícios, limpeza e higiene pessoal, material escolar e material de construção.

13.3.2 - Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias para os Estados e municípios do Nordeste alcançaram R\$ 2,4 bilhões no período de janeiro a agosto de 2005, sendo a maior parte dessas transferências destinada aos municípios do país, os quais foram contemplados com R\$ 1,5 bilhão, ou 64% do total dos recursos federais transferidos, enquanto os Estados receberam R\$ 858,8 milhões, ou 36% do total. Na realidade, o atual pacto federativo, estruturado a partir da Constituição de 1988, favoreceu a maior descentralização dos recursos públicos para os municípios, no entanto, não foi capaz de dotá-los de uma autonomia financeira para garantir a cobertura de todos os gastos decorrentes das novas responsabilidades que lhes foram atribuídas. Por esta razão, os municípios, sobretudo os mais pobres, sobrevivem graças à fonte de arrecadação proveniente das transferências (Constitucionais e Voluntárias) de recursos do Tesouro nacional.

Em termos da distribuição regional desses recursos, verifica-se que a região Nordeste foi a

principal absorvedora das transferências voluntárias da União no período de janeiro a agosto de 2005, recebendo R\$ 974,7 milhões (41% do total). As regiões Sul e Sudeste, por sua vez, receberam, conjuntamente, R\$ 989,0 milhões, enquanto a região Centro-Oeste foi contemplada com apenas R\$ 150,4 milhões (6%). Em termos de transferências por habitante, o Norte se destaca por apresentar um montante de receitas de R\$ 22,44 para cada habitante, seguido do Nordeste (R\$ 20,40) e Centro-Oeste (R\$ 12,93) (Tabela 48).

Dos Estados do Nordeste, os maiores beneficiários desse tipo de transferência foram Pernambuco, Bahia e Paraíba, que receberam dotações correspondentes a, agregadamente, R\$ 60 milhões, R\$ 49,8 milhões e R\$ 48,3 milhões, que conjuntamente corresponde a quase a metade do que foi enviado para a região. Considerando apenas as transferências voluntárias do Tesouro para os Estados, o Nordeste cai de participação no total nacional, passando a ter uma participação de apenas 31% (Tabela 49).

Tabela 48 – Regiões contempladas com transferência voluntárias (valores correntes em R\$ mil)

Regiões Brasileiras	2005	%	Transf. Por Hab. (R\$1,00)
	Jan/Ago		
Norte	289.679	12,1	22,44
Nordeste	974.662	40,5	20,40
Sudeste	717.287	29,8	9,90
Sul	217.685	9,1	10,82
Centro-Oeste	150.442	6,3	12,93
Total	2.403,754	100	14,15

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 49 – Transferências voluntárias para estados

	2004	2005		ANÁLISE VERTICAL (%)	% REALIZADO (2005/2004)
	ACUMULADO	AGOSTO	ACUMULADO		
Região Nordeste	1.035,736	61.775	321.259	37,41	31,02
Alagoas	64,886	6.340	24.391	7,59	37,59
Bahia	147,948	6.890	49.801	15,50	33,66
Ceará	136,347	9.374	32.931	10,25	24,15
Maranhão	118,801	2.713	21.014	6,54	17,69
Paraíba	112,778	8.756	48.329	15,04	42,85
Pernambuco	132,915	17,513	59.958	18,66	45,11
Piauí	160,252	3.087	39.479	12,29	24,64
Rio Grande do Norte	89,445	3.197	28.502	8,87	31,87
Sergipe	72,363	3.905	16.855	5,25	23,29
Brasil	2.734,430	167.600	858.758	100,00	31,41

Fonte: SIAFI Gerencial. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

A Bahia, talvez por apresentar o maior número de municípios, foi o Estado de maior influxo de transferências voluntárias para os municípios, na ordem de R\$ 151,3 milhões, seguido de Pernambuco, com R\$ 132,9 milhões, e Ceará, R\$ 106,8 milhões. As dotações desses três Estados correspondem a 60% das transferências desse tipo, enviadas para o Nordeste (Tabela 50).

Em termos setoriais, as maiores dotações de transferências voluntárias para os Estados do

ordeste foram oriundas de programas operacionalizados pelos Ministérios da Educação (com um volume de R\$ 139,5 milhões transferidos até agosto deste ano), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 93,2 milhões), Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (R\$ 14,9 milhões) e Trabalho e Emprego (R\$ 19,0 milhões). Esses quatro ministérios foram responsáveis por cerca de 31% das transferências voluntárias do período.

Tabela 50 – Transferências voluntárias para municípios

	2004	2005		ANÁLISE VERTICAL (%)	% REALIZADO (2005/2004)
	ACUMULADO	AGOSTO	ACUMULADO		
Região Nordeste	1.260,492	116.410	653.402	42,29	51,84
Alagoas	94.701	8.284	41.711	6,38	44,04
Bahia	265.337	29.201	151.276	23,15	57,01
Ceará	205.888	22.473	106.773	16,34	51,86
Maranhão	174,134	16.594	90.654	13,87	52,06
Paraíba	91.658	5.561	18.024	2,76	19,66
Pernambuco	198.883	19.736	132.887	20,34	66,82
Piauí	80.163	6.056	42.748	6,54	53,33
Rio Grande do Norte	94.912	5.128	44.186	6,76	46,55
Sergipe	54.815	3.379	25.143	3,85	45,87
Brasil	3.010,241	304.795	1.544,997	100,00	51,32

Fonte: SIAFI Gerencial. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

13.3.3 - Transferências Constitucionais

As finanças públicas dos Estados e municípios do Nordeste dependem basicamente do repasse das transferências constitucionais, FPE e FPM, devido ao baixo nível de atividade econômica e à predominância de mercados informais. Na realidade, essas transferências constituem um poderoso instrumento de política fiscal do Governo Federal, visando redistribuir a riqueza gerada no âmbito nacional, fortemente concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Assim é que o Nordeste, com apenas 13% de participação na renda gerada no país, chega a receber cerca de 40% das dotações desse tipo, transferidas para as regiões. Na realidade, dentre as principais fontes de recursos de Estados e municípios do Nordeste, as transferências constitucionais chegam a representar aproximadamente 57% de suas receitas, acima, portanto, do que se arrecada através do ICMS, principal fonte de arrecadação própria dos Estados, 43%. Para se ter uma idéia, na região Sudeste, na composição dessas duas fontes de receitas, a participação do ICMS equivale a 84%, equivalendo à parcela restante (16%) às transferências constitucionais.

De janeiro a setembro de 2005, as transferências constitucionais para os Estados nordestinos registraram um crescimento nominal de 21% relativamente ao mesmo período do ano passado, com um repasse de R\$ 9,6 bilhões para governos estaduais. Os maiores beneficiários dessas transferências foram a Bahia (R\$ 1,7 bilhão), Ceará (R\$ 1,3 bilhão), Maranhão (R\$ 1,3 bilhão) e Pernambuco (R\$ 1,2 bilhão) (Tabela 51).

As transferências constitucionais para os municípios, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), apresentaram desempenho semelhante ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), registrando no período um crescimento de 21%, o que representou um montante repassado de R\$ 6,7 bilhões (contra R\$ 5,6 bilhões no ano passado). Os municípios baianos se destacam como os maiores beneficiários desse tipo de transferência, com um volume total de R\$ 1,7 bilhão, vindo logo em seguida os municípios do Ceará (R\$ 998,5 milhões) e Pernambuco (R\$ 966,2 milhões). Independente desse desempenho, os desequilíbrios fiscais dos municípios têm sido, regra geral, mais dramáticos que os dos Estados,

Tabela 51 – Nordeste: fundo de participação dos Estados - FPE (R\$ mil)

UF	FPE				Crescimento %
	2004		2005		
	Valor	%Nordeste	Valor	%Nordeste	
Alagoas	625.684.852	7,93	758.449.470	7,93	21
Bahia	1.413.201.607	17,91	1.713.070.096	17,91	21
Ceará	1.103.480.010	13,99	1.337.628.402	13,99	21
Maranhão	1.085.627.364	13,76	1.315.987.587	13,76	21
Paraíba	720.257.250	9,13	873.089.268	9,13	21
Pernambuco	1.037.799.720	13,15	1.258.011.353	13,15	21
Piauí	649.944.597	8,24	787.856.912	8,24	21
Rio Grande do Norte	628.361.997	7,96	761.694.680	7,96	21
Sergipe	624.962.925	7,92	757.574.357	7,92	21
Nordeste	7.889.320.322	100,00	9.563.362.126	100,00	21
Brasil	15.040.139.707	52,46%	18.231.520.152	52,46%	21

Fonte: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE

razão por que estão pleiteando junto aos seus representantes no Congresso Nacional a alteração

da legislação constitucional para elevação da alíquota atual do FPM (22,5%) (Tabela 52).

Tabela 52 – Nordeste fundo de participação dos municípios - FPM (R\$ mil)

UF	FPE				Crescimento %
	2004		2005		
	Valor	%Nordeste	Valor	%Nordeste	
Alagoas	372.643.965	6,70	454.330.852	6,74	21
Bahia	1.421.422.459	25,55	1.704.589.203	25,28	21
Ceará	819.457.566	14,73	998.489.232	14,81	21
Maranhão	632.149.230	11,36	775.907.145	11,51	21
Paraíba	507.149.490	9,12	616.846.148	9,15	21
Pernambuco	795.540.625	14,30	966.186.540	14,33	21
Piauí	390.129.254	7,01	475.035.393	7,04	21
Rio Grande do Norte	396.374.395	7,13	474.002.348	7,03	21
Sergipe	228.010.186	4,10	277.725.732	4,12	21
Brasil	5.562.877.171	100,00	6.743.112.594	100,00	21
	15.762.307.409	35,29%	19.104.722.642	35,30%	21

Fonte: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE

